

ENSAIOS SOBRE MASCULINIDADES NA ATUALIDADE

ROSANE MANTILLA DE SOUZA
PLÍNIO DE ALMEIDA MACIEL JR.

EDSON LUIZ DEFENDI

organizadores

educ

ENSAIOS SOBRE MASCULINIDADES NA ATUALIDADE



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Reitora: Maria Amalia Pie Abib Andery

educ

EDITORA DA PUC-SP

Direção

Thiago Pacheco Ferreira

Conselho Editorial

Maria Amalia Pie Abib Andery (*Presidente*)

Carla Teresa Martins Romar

Ivo Assad Ibri

José Agnaldo Gomes

José Rodolpho Perazzolo

Lucia Maria Machado Bógus

Maria Elizabeth B. T. Morato Pinto de Almeida

Rosa Maria Marques

Saddo Ag Almouloud

Thiago Pacheco Ferreira (*Diretor da Educ*)

ENSAIOS SOBRE MASCULINIDADES NA ATUALIDADE

ROSANE MANTILLA DE SOUZA
PLÍNIO DE ALMEIDA MACIEL JR.
EDSON LUIZ DEFENDI
organizadores

educ

São Paulo
2022

Copyright © 2022. Rosane Mantilla de Souza, Plínio de Almeida Maciel Jr.

e Edson Luiz Defendi. Foi feito o depósito legal.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfoury/PUC-SP

Ensaio sobre masculinidades na atualidade / Rosane Mantilla de Souza, Plínio de Almeida Maciel Jr., Edson Luiz Defendi. - São Paulo : EDUC, 2022.

214 p. ; 23 cm

Bibliografia.

ISBN. 978-65-87387-91-8

1. Masculinidade. 2. Identidade de gênero. 3. Relação homem-mulher. I; Souza, Rosane Mantilla de. II. Maciel Júnior, Plínio de Almeida. III. Defendi, Edson Luiz.

CDD 305.3

306.7

155.332

Bibliotecária: Carmen Prates Valls - CRB 8A./556

EDUC – Editora da PUC-SP

Direção

Thiago Pacheco Ferreira

Produção Editorial

Sonia Montone

Revisão

Simone Cere

Editoração Eletrônica

Waldir Alves

Gabriel Moraes

Capa

Gabriel Moraes

Imagem: Peace with Love por Pixabay

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino



Rua Monte Alegre, 984 – Sala S16

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3670-8085 e 3670-8558

E-mail: educ@pucsp.br – Site: www.pucsp.br/educ

“Se você quiser compreender alguma coisa,
simplesmente tente mudá-la.”

Urie Bronfenbrenner

Como diz Maturana (1995), conhecer é fazer distinções. Assim é compreensível o interesse e a preocupação das ciências humanas, biológicas e sociais com a questão de como tratar as diferenças entre homens e mulheres em seus estudos na atualidade. Isso porque durante séculos tais questões não estiveram em pauta, em função do paradigma positivista próprio das ciências na modernidade, que, pautado na objetividade, na estabilidade dos fenômenos e na simplificação em busca das leis que os regiam, consideravam homens e mulheres como passíveis de ser conhecidos em si mesmos, como reais, descrevendo suas características como verdades próprias de sua natureza. Dessa forma, cada qual, de acordo com seu objeto de estudo e seu método de pesquisa, enfocou as diferenças entre homens e mulheres ora do ponto de vista anatomofisiológico, relacionadas à evolução e à genética; ora na divisão dos papéis e participação no sistema de produção, tanto material como cultural, ou na compreensão e explicação do comportamento humano, suas reações, relações, sua visão de mundo.

Em comum, todos esses enfoques tinham como base características inatas próprias de ter o indivíduo nascido homem ou mulher. Nesse sentido, foram estabelecidas as categorias masculino/feminino, com expectativas de comportamento características do ser homem ou mulher, categorias essas que transformaram as diferenças em desigualdades, colocando as mulheres como cidadãs de 2.^a classe, hierarquicamente inferiores aos homens, controladas pelo poder patriarcal. São conhecidas as características próprias atribuídas ao masculino e

feminino, e, apesar do caráter dinâmico da vida e da sociedade, bem poucos movimentos de protesto femininos foram registrados até a segunda metade do século XX.

No campo da Psicologia esse tema era tratado até então com uma visão normativa, de tipificação sexual, presente nos estudos de personalidade, nas relações familiares, princípios educacionais, relações afetivas, enfim, pautas próprias de comportamento esperadas para meninos se tornarem masculinos, e meninas femininas, de acordo com as normas e padrões de desenvolvimento.

Porém, as mudanças que vinham ocorrendo no mundo pós-Segunda Guerra Mundial, os progressos científicos, tecnológicos, as crises econômicas, fortaleceram os protestos contra a ordem vigente, denunciando as implicações decorrentes dessa concepção tradicional do comportamento de homens e mulheres, que basicamente não considerava a inserção das pessoas no mundo, visto como uma teia de relações, ignorando o caráter dinâmico da sociedade e suas inter-relações do ponto de vista econômico, político, científico, cultural, comunicacional, organizacional.

O conhecido movimento feminista que eclodiu no exterior nos anos 1960, tomou forma no Brasil nos anos 1970, evidenciando-se pelo Movimento de Mulheres contra a Ditadura Militar. No mundo todo, grupos de pesquisa, estudo e movimentos ativistas de mulheres surgiram com reivindicações por igualdade de direitos, sobretudo visando às leis relativas ao trabalho e a outros direitos civis das mulheres, estendendo-se muito rapidamente aos aspectos da vida privada, com reflexos constantes no empoderamento das mulheres, na apropriação de seu corpo, relações interpessoais, especialmente com o sexo oposto, costumes, comportamento e posição na família.

Nos primeiros 20 anos, estudos e ações sociais efetivas buscavam desenvolver a conscientização de que aquela situação nada tinha de “natural”, sendo o resultado de uma construção que visava a um ordenamento social baseado no poder. Um exemplo foi a defesa do direito reprodutivo para as mulheres, movimento mundial de grande impacto pelo que representa para a identidade das mulheres e que

aqui no Brasil teve como sede a Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, coordenando intervenções em toda a América do Sul (Projeto Prodir, coordenação de Carmem Barroso).

Cada vez mais consolidava-se a noção de que ser homem ou ser mulher, feminino ou masculino era ser o que a sociedade espera deles/as. Na Psicologia os primeiros estudos sobre a questão da feminilidade/masculinidade tiveram como foco a força dos estereótipos de papéis sexuais sobre o comportamento de homens e mulheres.

As pesquisas de Sandra Bem, em meados dos anos 60 do século passado, são um rico exemplo dessa informação. Ela ofereceu, por meio de suas pesquisas, uma alternativa para escapar dos estereótipos sexuais, tendo em vista que os papéis tradicionais masculinos e femininos restringem o comportamento em muitas situações humanas. Por meio de um questionário com itens de emoções e atitudes socialmente classificados como masculinos, femininos e neutros, concluiu que quanto maior o grau de comportamento sexualmente tipificado, maior o desconforto da pessoa em agir de forma tida como de outro sexo. O mais interessante, porém, foi que em 2.000 estudantes universitários ela encontrou 10% de jovens que apresentavam características de ambos os sexos em combinações variadas, e que a presença de uma determinada característica não impedia a de seu contrário, ainda que em diferentes proporções apresentando uma possibilidade de comportamento andrógino.

Assim, segundo a autora, uma sensação saudável de masculinidade/feminilidade só seria possível quando as pessoas se sentissem livres para fazer suas próprias combinações de temperamento e comportamento eliminando o constrangimento artificial que as predefinições determinam. A Psicologia, como as ciências sociais em geral, só saiu da armadilha da tipificação sexual quando surgiu o conceito de gênero.

No nosso caso pessoal, foi de fundamental importância a presença de Teresita de Barbieri em seminário internacional sobre direitos reprodutivos, ocorrido na Fundação Carlos Chagas, que introduziu entre nós o conceito de gênero. E por que pensar em

termos de gênero é tão importante? Porque ao envolver a perspectiva subjetiva com o princípio anatômico fisiológico objetivo usado na classificação da diferença entre os sexos, introduz a dimensão social, histórica, contextual dessa diferença em uma instância que lhe é anterior, denotando o caráter complexo dessa conceituação. Do ponto de vista do conceito de gênero, o que importa é discutir os processos de construção histórica, linguística em que se formam homens e mulheres. Portanto, gênero é uma categoria relacional, e contextual, que tenta contemplar as complexidades e conflitos existentes na formação dos sujeitos, incluindo necessariamente todos os lados, pois, a partir das reivindicações feministas, as visões do masculino, de masculinidade, fatalmente serão modificadas, sejamos a favor ou contra.

O grande valor deste livro está justamente na riqueza e clareza das discussões sobre o tema da masculinidade, tanto do ponto de vista teórico-conceitual, da pesquisa, como das experiências de vida de pessoas particularmente inseridas nas mais diversas denominações de gênero, para além do sexo biológico, que merecem ser respeitadas e consideradas como um legítimo outro nas nossas relações.

O livro trata com grande competência a enorme variedade deste fenômeno cujo nível de complexidade não admite soluções simplistas, sejam de negação ou de hipervalorização das diferenças. Tenho o orgulho e a honra de apresentar este trabalho, fruto da terceira geração de professores do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com quem tive, e ainda tenho mais remotamente, o prazer de trabalhar, ensinar e aprender.

Parabenizo os autores pela excelente contribuição ao processo de construção do conhecimento quanto a um assunto tão atual, tão pertinente e tão mal compreendido pelo senso comum, fruto de sua dedicação inteligente e trabalho constante em busca de fornecer conteúdo científico para embasar boas relações interpessoais e o bem-estar psicológico das pessoas. Aprender o conceito de gênero em toda

sua dimensão e implicações certamente evitaria distorções correntes e vieses ideológicos que tanto prejudicam relações sociais pacíficas e sem preconceito.

Recomendo vivamente esta leitura!

Rosa Maria Stefanini de Macedo

Professora Emérita do Programa
de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP

Referência

MATURANA, H. R. (1995). "Ciência e cotidiano: a ontologia das explicações científicas". In: WATSLAWICK, P. e KRIEG, P. *O olhar do observador*. Campinas, Editorial Psy, pp. 163-198.

Há 20 anos, certamente muitas pessoas no Brasil que se deparassem com um livro intitulado *Ensaaios sobre masculinidades na atualidade* reagiriam com surpresa. De lá para cá, o tema vem sendo objeto de investigação e discussão, tanto no âmbito acadêmico quanto na mídia, na propaganda, redes sociais e sociedade em geral. Mas, afinal, o que terá contribuído para isso?

Do ponto de vista histórico, até muito recentemente a masculinidade era tida no senso comum e mesmo na academia como um atributo natural do homem, sendo frequentemente associada com qualidades como competição, exibição de agressividade, sexualidade predadora e afastamento dos afetos. Por outro lado, não deixa de ser curioso o fato de a masculinidade ser objeto cotidiano de conferência por meio de expressões como “seja homem!”, “homem que é homem não chora!”, “aja como um homem!”. Assim, se a masculinidade é da essência de um homem, por que os homens estão a todo o tempo cobrando ou sendo cobrados quanto a serem “homens de verdade”? Quer dizer que pertencer ao sexo masculino não implica necessariamente ser detentor da masculinidade? Nos últimos trinta anos a resposta para essa pergunta tem sido um redondo “não!”

Desde a década de 1980, as perspectivas teóricas que partiam do pressuposto de uma essência masculina vêm sendo criticadas de forma contundente, sendo que a masculinidade virou tema de questionamento e investigação sob o escrutínio dos estudos de gênero. Certamente, a principal contribuição dos estudos de gênero para a produção do conhecimento e a transformação da realidade é ter trazido para a visibilidade algo que até então se supunha como natural, a-histórico: as relações de poder que são produtos da história humana e, portanto, podem ser contestadas e transformadas. Além disso, tais estudos contribuem para discussões mais recentes sobre o mascaramento ou apagamento de saberes não hegemônicos, e, nesse sentido, colaboram sobremaneira para uma guinada epistemológica.

O conceito de gênero foi utilizado pela primeira vez pelo psicólogo neozelandês John Money em 1955, e adquiriu a sofisticação teórica que hoje apresenta no âmbito dos estudos feministas a partir de 1975 (cf. Lattanzio e Ribeiro, 2018). Assim, quando começaram as primeiras publicações sobre homens e masculinidades nos anos de 1980, o objetivo não era a discussão sobre eles como a norma ou como seres genéricos, mas entender como os homens vivem vidas masculinas.

Dentre os diferentes teóricos que se dedicaram aos estudos sobre homens e masculinidades na perspectiva de gênero, a socióloga australiana Raewyn Connell se destacou com seu livro *Masculinities*, cuja primeira edição é de 1995, quando ela se apresentava e era conhecida como Robert W. Connell. Nessa obra, Connell (1995, p. 71) afirma que “a masculinidade é ao mesmo tempo a posição nas relações de gênero, as práticas pelas quais homens e mulheres se comprometem com essa posição de gênero e seus efeitos na experiência corporal, personalidade e cultura”. Assim, propõe pensarmos as masculinidades como projetos de gênero que se vinculam a estruturas sociais como nacionalidade, classe social e raça/etnia, por exemplo, o que nos leva inevitavelmente a falar de masculinidades.

Desse modo, as formulações e proposições de Connell (1995) favorecem a compreensão de que os projetos masculinos de gênero são dinâmicos, ganhando contornos e assumindo características particulares em diferentes contextos de interação, competição e negociação. Nos últimos anos, começou-se a falar de “masculinidade tóxica”. O termo nos parece perigoso. Ao utilizá-lo, corremos o risco de patologizar e, com isso, estabelecer uma divisão entre “bons homens” e “homens doentes ou disfuncionais”, escamoteando a responsabilidade pelas ações individuais e nos eximindo da necessidade de compreender que instituições como família, escola, igreja, partido político, entre outras, são generificadas, e que temos um problema cultural produzido pela ação e transmissão coletiva. Além disso, um diagnóstico também pode obscurecer o fato de que as masculinidades são negociadas e transformadas historicamente e ao longo do ciclo de vida dos indivíduos.

No caso deste livro, as contribuições da discussão de gênero estão centradas nos sentidos das relações de poder entre homens e mulheres, bem como das relações entre os homens. Os diferentes ensaios atestam que algumas masculinidades são mais valorizadas do que outras, e que, ao se considerar gênero interagindo com variáveis como classe, raça, orientação sexual, idade, nacionalidade, capacidade e etnia, o que se produz como resultado é multiplicidade e complexidade.

Gênero é tema transdisciplinar. Embora quase todos os textos que compõem este volume tenham sido escritos por psicólogos, nossa preocupação foi refletir sobre resultados de pesquisa, principalmente provenientes de dissertações de mestrado e teses de doutorado, transformando-os em ensaios breves que apoiem a prática de trabalho com homens em múltiplos contextos sociais e institucionais. Portanto, há dois ensaios focados em teoria-pesquisa, outros que tratam da construção de significados para os homens e as masculinidades, enquanto outros ainda focam a paternidade.

No Capítulo 1, Plínio de Almeida Maciel Júnior apresenta considerações sobre o impacto dos estudos críticos das masculinidades em sua trajetória como psicólogo e pesquisador. Situa sinteticamente a evolução histórica do conceito de gênero e a emergência dos estudos de masculinidade, para posteriormente iluminar as provocações que este campo do conhecimento tem trazido para o fazer da psicologia no âmbito da pesquisa e da prática profissional.

No Capítulo 2, Rosane Mantilla de Souza trata das repercussões que a teorização sobre gênero e masculinidades traz para o campo da pesquisa, mais especificamente na entrevista qualitativa. A materialidade do gênero no comportamento durante a interação, o impacto do sexo do entrevistador sobre o homem participante e estratégias para favorecer a qualidade da investigação são escrutinados pela autora.

A seguir tratamos de temas que se referem a sexualidade e masculinidades, ou seja, como as prescrições e os estereótipos podem afetar a construção de vida de homens, bem como sua saúde mental e

relacional. A conexão entre os simbolismos atribuídos ao corpo masculino, as práticas sexuais e amorosas e as expectativas psicológicas sociais dos próprios homens emolduram as temáticas discutidas.

No Capítulo 3, Marcela Cordeiro Félix de Lima trata do intercâmbio amoroso entre homens e mulheres e suas experiências distintas, mas que se relacionam e complementam. Introduz conceitos de gênero e socialização sexual no mundo contemporâneo, de modo que compreendamos como as desigualdades são construídas e sustentadas por práticas cotidianas que produzem identidades e modelam comportamentos.

Edson Luiz Defendi traz no Capítulo 4 uma discussão sobre o preconceito de gênero experimentado por homens, jovens, gays e afeminados dentro da comunidade LGBT. Baseado em um dos resultados de sua tese de doutoramento, o ensaio aponta para a discriminação sofrida por esses jovens, que demonstram que, para além do arco-íris acolhedor idealizado por eles, os padrões de masculinidade presentes entre homens gays na comunidade LGBT oprimem e excluem seus pares que se comportam de formas compreendidas como próprias do feminino.

No Capítulo 5, Renato Caio Silva Santos aprofunda e expande observações obtidas em sua tese de doutorado. De forma instigante, com vinhetas vívidas e tocantes, nos conduz por uma teia de significados construídos na relação entre gênero e raça, e nos faz refletir sobre o papel do corpo negro na prostituição masculina de luxo, traduzindo suas conexões com um padrão social mais amplo, historicamente construído e perpetuado.

Encerrando essa vertente de capítulos voltados para os temas de sexualidade e masculinidade, no Capítulo 6, Natália Nigro de Sá, Lucas Thiago Pereira da Silva e Regina Szytli nos introduzem no universo dos cuidados paliativos pediátricos. Desafiam-nos a pensar como a masculinidade é permitida e expressa no contexto hospitalar e como é a realidade de crianças e adolescentes adoecidos, seu direito a se manterem agentes da própria identidade e de seu desenvolvimento psicossocial. Expõem lacunas importantes sobre o papel de

profissionais de saúde e familiares na manutenção ou combate a discursos tóxicos e machistas que podem impactar negativamente meninos e adolescentes.

Posteriormente, os capítulos tratam de temas mais óbvios na ordem de gênero: o trabalho, a carreira e o dinheiro. Diferentes, mas associados, esses temas multiplicam sua expressão no cotidiano dos relacionamentos conjugais.

Compreender as experiências de homens casados com mulheres executivas expatriadas foi o objetivo da dissertação de mestrado de Lectícia Maria Zambrano de Araújo Raposo. No Capítulo 7, ela desenvolve reflexões sobre a tomada de decisão conjugal pela expatriação, o processo vivenciado pelo homem que se torna “do lar” e suas adaptações locais, bem como a retomada da carreira. Oferece-nos tanto contribuições no âmbito do trabalho clínico quanto fundamentos para as empresas desenvolverem modos de acolhimento diferencial para os maridos acompanhantes.

Quais os impactos do uso do dinheiro na construção das masculinidades? De que modo a falta dele afeta a autoestima e a saúde mental dos homens? É este o propósito do ensaio de Valéria Maria Meirelles no Capítulo 8, que aborda o tema também na perspectiva da psicologia do dinheiro. O capítulo nos permite apreender como o dinheiro intermedeia a vivência conjugal e como seu uso sustenta modos de ser e fazer masculinos e femininos.

No Capítulo 9, Sonia Lígia Angélico e Ronald Setton discutem algumas crenças e valores sociais que pautam a relação entre o trabalho remunerado e as expressões do masculino. Para tanto, partem de uma situação anedótica vivida por Ronald com uma motorista que lhe prestou serviço de transporte requisitado por um aplicativo, trazendo uma reflexão sobre como os estereótipos profissionais são atravessados de forma profunda pelas prescrições de gênero.

Finalmente, há cinco ensaios sobre paternidade. Tratar da paternidade é circunscrever o gênero na família das últimas quatro ou cinco décadas, quando emergiram, principalmente no universo urbano, famílias mais igualitárias, nas quais ambos os cônjuges

exercem trabalho extradomiciliar remunerado e o cuidado da prole é de alguma maneira compartilhado. Tornar-se cuidador na ação, e não só no provento, redundará em maior compreensão e tolerância em relação ao controle sobre os relacionamentos interpessoais. Se por milênios a masculinidade e a paternidade se confundiram na ideia do patriarca que representa o masculino como a lei e a ordem, a paternidade é um dos aspectos da masculinidade que mais tem se modificado, caminhando para o universo das trocas afetivas, expandindo e transformando as concepções de masculino.

Os ensaios que escolhemos sobre a paternidade tratam mais de dor e dificuldades do que dos prazeres de ser pai, porque esperamos que os múltiplos profissionais que atuam com homens/pais acolham seus sofrimentos, suas dúvidas, conflitos e demandas de crescimento.

No Capítulo 10, Carlos David de Freitas e Rosane Mantilla de Souza apresentam o pai no contexto judiciário, caracterizando as demandas paternas nas disputas de guarda unilateral e compartilhada para depois ampliar a discussão, retratando a transição da subjetividade e a transformação de ações e sentimentos que o homem vivencia quando é o responsável pelo cuidado direto dos filhos. Tangenciando os temas do judiciário, Maria Thereza Alencar Lima nos traz no Capítulo 11 o atravessamento de aspectos tradicionais de autoridade familiar masculina nas limitações do padrasto em seu relacionamento com os filhos da companheira, bem como a complexidade do relacionamento com o ex-marido.

No Capítulo 12, transitamos então pela vivência da homoparentalidade. Nele, Vera Lúcia Moris discorre sobre o trabalho que vem realizando na coordenação de grupos de apoio com homens gays com filhos de casamentos heterossexuais. Reflete como os pais homossexuais têm vivenciado diversas transformações no modo como exercem o cuidado e conduzem a vida familiar homoafetiva, tendo como um dos principais ganhos a consolidação do vínculo afetivo com os filhos.

Nos dois últimos capítulos, nos detemos em observar os pais interagindo nos contextos de saúde-adoecimento. Erika Campos Gomes, no Capítulo 13, mostra o pai perante o adoecimento crônico

de um filho. Apresenta inicialmente algumas das demandas que esse tipo de adoecimento ocasiona à família para depois indicar como é necessária uma análise de gênero para compreender os comportamentos paternos, desde a imersão no papel tradicional de provedor como uma defesa à impotência, até as consequências da imersão no universo dos sentimentos.

Enquanto no capítulo anterior são tratadas perdas em geral mais funcionais, o Capítulo 14 trata do luto masculino pela morte de um filho. Fabíola Mancilha Junqueira e Maria Helena Pereira Franco nos conduzem a compreender o luto como decorrência do rompimento de um vínculo significativo. Analisam as especificidades desse processamento, ressaltando que, diante da morte de filho ou filha, o pai pode viver e expressar seu luto mobilizado por regras socioculturais mais ou menos explícitas, mas ressaltam que o que legitima o vínculo do homem com seu filho é, também, o que deveria legitimar seu luto. A complexidade desta experiência é abordada, bem como a importância da continuidade das pesquisas sobre o tema.

Compartilhar o processo de trabalho dos autores, cujas produções extensas e complexas puderam se transformar em ensaios objetivos, trouxe-nos grande admiração e prazer. Esperamos que nossos ensaios estimulem a reflexão sobre as relações de gênero e masculinidades em sua complexidade de manifestações, de forma a contribuir para intervenções e cuidados mais contextualizados e éticos.

Rosane Mantilla de Souza
Plínio de Almeida Maciel Jr.
Edson Luiz Defendi

Referências

- CONNELL, Robert W. (1995). *Masculinities: knowledge, power and social change*. Los Angeles, University of California Press.
- LATTANZIO, Felipe F. e RIBEIRO, Paulo de C. (2018). Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. *Psicologia Clínica*, v. 30, n. 3, set./dez.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Os estudos críticos das masculinidades e seus reflexos
na produção de conhecimento e na prática da psicologia clínica21
Plínio de Almeida Maciel Júnior

CAPÍTULO 2

Depende de quem você é e de como você faz:
sobre o gênero na entrevista qualitativa de pesquisa37
Rosane Mantilla de Souza

CAPÍTULO 3

Relacionamento amoroso:
gênero e socialização sexual no mundo contemporâneo51
Marcela Cordeiro Felix de Lima

CAPÍTULO 4

Ser um jovem gay afeminado na comunidade LGBT65
Edson Luiz Defendi

CAPÍTULO 5

“Quando você é moleque e tá na rua é bandido. Quando é adulto, é uma
bênção sexual”: masculinidades e raça na prostituição de luxo masculina.....77
Renato Caio Silva Santos

CAPÍTULO 6

Masculinidades e o contexto dos cuidados paliativos pediátricos:
uma perspectiva de gênero89
Natália Nigro de Sá, Lucas Thiago Pereira da Silva, Regina Szyllit

CAPÍTULO 7

Quando o cônjuge acompanhante da expatriação é o homem..... 103
Lectícia Maria Zambrano de Araújo Raposo

CAPÍTULO 8

Masculinidades, gênero e dinheiro..... 115
Valéria Maria Meirelles

CAPÍTULO 9

“Ao volante, eu sou um homem”: gênero, masculinidades e trabalho 129
Sonia Ligia Angélico, Ronald Setton

CAPÍTULO 10

A guarda judicial pleiteada e concedida ao pai	139
Carlos David de Freitas, Rosane Mantilla de Souza	

CAPÍTULO 11

Quem escuta e quem diz o não: os padrastos em ação	153
Maria Thereza de Alencar Lima	

CAPÍTULO 12

Considerações sobre alguns desafios de homens pais homossexuais.....	167
Vera Lúcia Moris	

CAPÍTULO 13

Particularidades da paternidade quando o filho tem uma enfermidade crônica	181
Erika Campos Gomes	

CAPÍTULO 14

Quando um homem perde um filho: gênero e vivência do luto	193
Fabíola Mancilha Junqueira, Maria Helena Pereira Franco	

Sobre os autores	207
------------------------	-----

Os estudos críticos das masculinidades e seus reflexos na produção de conhecimento e na prática da psicologia clínica

Plínio de Almeida Maciel Júnior

O conceito de masculinidade hegemônica não se assenta em uma teoria da reprodução social. [...] Colocada de outra maneira, a conceitualização da masculinidade hegemônica deveria explicitamente reconhecer a possibilidade da democratização das relações de gênero e da abolição de desigualdades de poder, e não apenas a reprodução da hierarquia. Um movimento transicional nessa direção requer uma tentativa de estabelecer como hegemônica dentre os homens uma versão da masculinidade aberta à igualdade com as mulheres. Nesse sentido, é possível definir uma masculinidade hegemônica completamente ‘positiva’.

(Raewyn Connell e James Messerschmidt, 2013)

Recentemente, completei vinte e quatro anos de ingresso no Programa de Mestrado em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), momento em que me deparei casualmente com aquilo que hoje é conhecido como o campo dos estudos críticos das masculinidades. Lembro-me do impacto desta experiência, pois me permitiu pela primeira vez entender que até então o que eu havia estudado e conhecia sobre o tema dizia respeito a uma masculinidade abstrata e universal sobre a qual nenhuma problematização era feita, ainda que isso não fosse necessariamente

verdade, pois, com o tempo, pude entender que essa discussão já vinha ocorrendo entre teóricas e pesquisadoras feministas, mesmo que de forma indireta, isto é, com o foco nas mulheres, mas sob uma perspectiva relacional de gênero.

O fato é que, ao longo de duas décadas de experiência com o tema, fico feliz em constatar que esta discussão tomou corpo, ganhou consistência, revelou divergências de entendimentos entre teóricas/os, apontou para aspectos fundamentais que vinham sendo negligenciados na produção de conhecimento estrangeira e brasileira, e mostra-se bastante profícua na atualidade. Meu propósito aqui é apresentar uma reflexão pessoal sobre o impacto dos estudos críticos das masculinidades na minha prática profissional como psicólogo e pesquisador. Assim, buscarei situar brevemente a evolução deste campo de estudos e problematizar em que medida ele se justifica hoje e que contribuições tem trazido para o fazer de psicólogas e psicólogos neste Brasil contemporâneo.

Penso que a importância do tema está no fato de o privilégio da masculinidade ainda ser a tônica, com todas as consequências danosas que isso implica para as mulheres, para as pessoas cujas identidades e orientações de gênero ainda são entendidas como desviantes e problemáticas, e para a produção do conhecimento.

O feminismo acadêmico e a formulação do conceito de gênero

O conceito de gênero emerge em contexto específico da discussão sobre a diferença sexual no âmbito do feminismo acadêmico e sofre reformulações ao longo do tempo, chegando hoje àquilo que pode ser traduzido por Scott (2012, p. 347) quando afirma que “gênero é uma questão perpetuamente aberta: quando pensamos que foi resolvida, sabemos que estamos no caminho errado”.

“Gênero” é um termo que se originou do trabalho clínico e de pesquisa do psicólogo neozelandês John Money em 1995, ganhando notoriedade com Robert Stoller, psiquiatra, psicanalista e professor

da Universidade da Califórnia. Em 1968, Stoller utilizou a expressão “identidade de gênero” no contexto de trabalhos clínicos que estava desenvolvendo com pessoas intersexuais (na época, referidas como hermafroditas) que foram educadas de acordo com as convenções associadas ao gênero no qual foram reconhecidas no nascimento. Portanto, ao utilizar o termo, Stoller visava estabelecer uma distinção entre natureza e cultura. Nesse sentido, sexo estaria vinculado aos aspectos anatômicos, fisiológicos e morfológicos, e gênero teria relação com os aspectos sociais, culturais e históricos associados diferencialmente com cada um dos sexos.

É a partir da década de 1970, e especialmente no âmbito do pensamento feminista do Norte Global, que passam a ser formuladas, de fato, teorias de gênero com impacto no campo das ciências sociais. Sem dúvida, em algumas delas se reconhece a distinção entre sexo e gênero proposta no final da década de 1960 por Robert Stoller, enquanto outras buscam ultrapassar essa dicotomia. A título de exemplo, no primeiro caso podemos citar a antropóloga estadunidense Gayle Rubin (1975/2017, p. 17), para a qual “toda a sociedade também tem um sistema de sexo/gênero – um conjunto de disposições pelas quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana, social, e satisfeita de uma maneira convencional”. No segundo caso, podemos pensar na definição da historiadora Joan Scott (1986/2019, p. 67), que criticou o que chamou de “usos descritivos de gênero” e propôs uma formulação de gênero como categoria de análise histórica: “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Nesse sentido, Scott transforma mulheres e homens em perguntas (em vez de categorias fixas), entendendo os corpos sob um ponto de vista social, o que, em última análise, e conforme Nicholson (2000), leva o conceito de sexo a se tornar parte do próprio conceito de gênero.

O principal objetivo na formulação do conceito por algumas teóricas feministas foi apontar para a dimensão social e política das

relações entre os sexos, explicitando que não se trata de relações naturais, e sim de construções sociais dinâmicas e passíveis de transformação, que, ao mesmo tempo, geram e são resultado das mudanças sociais.

Scott (2012) afirma haver intenso debate sobre gênero, e, como consequência, a falta de um uso geralmente aceito deste conceito na literatura. Em seu artigo, indaga sobre a que estamos nos referindo quando falamos de gênero, se a uma “questão de mulheres, de desigualdade, de diferença sexual ou a uma combinação disso tudo” (ibid., p. 332). A teórica sustenta que é exatamente por isso que os debates sobre gênero são sempre políticos.

Uma das proposições compartilhadas pelas teóricas que formularam e/ou passaram a utilizar o conceito “gênero” é que a anatomia não é destino e que os papéis socialmente desempenhados pelas mulheres não resultavam de ditames biológicos, mas de convenções sociais (Scott, 2012).

Quando o gênero começou a ser proposto como construção social, o objetivo dessas teóricas era de analisar as relações entre mulheres e homens do ponto de vista da desigualdade e do poder. Uma das conclusões resultantes dessa análise foi a de que gênero era um sistema de organização social que dizia respeito a todas as pessoas.

Gênero era sobre mulheres e homens, sobre como os traços atribuídos para cada sexo justificavam os diferentes tratamentos que cada um recebia, como eles naturalizavam o que era fato social, econômico e desigualdades políticas, como eles condensavam variedades da feminilidade e masculinidade em um sistema binário, hierarquicamente arranjado. (Scott, 2012, p. 333)

No entanto, a própria Scott (2012) reconhece que o foco de muitas pesquisas acadêmicas, de movimentos políticos e da cobertura da mídia feitos sob a insígnia de gênero tem sido especialmente as

mulheres. Neste artigo, ela desenvolve uma excelente reflexão sobre o que acredita terem sido as razões para isso, especialmente as tensões políticas dentro do próprio movimento feminista (do Norte Global).

De todo modo, a pretensão aqui é a de explicitar, ainda que brevemente, que o campo dos estudos críticos sobre homens e masculinidades começa a se organizar a partir dos trabalhos de teóricos aliados com as pautas e questões feministas. Portanto, é importante também destacar que ele nasce em um período no qual as discussões feministas passavam por uma transição entre a ideia de identidade, que foi o centro das discussões na década de 1960 e parte da década de 1970, e a formulação do conceito de gênero a partir da década de 1980, com sua ênfase nas relações e na cultura (Hollanda, 2019). Nesse sentido, além dos trabalhos de Rubin (1975/2017) e Scott (1986/2019), há outras teóricas a ressaltar cujas contribuições dão conta de temas e questões centrais para a pauta teórica e militante feminista que hoje tem ganhado bastante destaque segundo Heloisa Buarque de Hollanda, como a crítica às perspectivas binárias de sexo e gênero, às formulações teóricas colonialistas de gênero e à completa ausência da discussão sobre as demandas específicas das mulheres negras, chicanas, latinas, asiáticas, judias e das regiões do chamado Terceiro Mundo (Hollanda, 2019), temas que sem dúvida também têm impacto no âmbito dos estudos críticos das masculinidades. Temos a proposta da escritora, teórica e lésbica radical francesa Monique Wittig da heterossexualidade como um regime político baseado na opressão das mulheres pelos homens. A denúncia da filósofa estadunidense Sandra Harding sobre a associação patriarcal entre o poder e o saber. O risco de se considerar gênero somente como derivação direta da diferença sexual, para o qual chamou a atenção a historiadora italiana radicada nos EUA Teresa de Lauretis. A interrogação da filósofa estadunidense lésbica e ativista pelos direitos LGBT Judith Butler sobre o chamado “essencialismo identitário”, que a levou a apontar para as relações tensas entre desejo, sexo e gênero, e ainda a propor sua formulação sobre a “performatividade”, afirmando que gênero é algo que fazemos constantemente, ou seja,

para ela gênero não tem nenhum estatuto ontológico para além dos atos que o constituem. Por sua vez, Gloria Anzaldúa, estudiosa estadunidense de origem mexicana, teórica cultural chicana e feminista associada à vertente pós-colonial, tem como uma de suas principais contribuições a formulação do termo “mestiçagem”, mostrando-se interessada nas contradições e justaposições de identidades conflitantes que se cruzam tanto do ponto de vista das raças/etnias, religiões e sexualidades quanto das línguas. Como escritora negra e ativista lésbica, a caribenha-estadunidense Audre Lorde traz para a pauta feminista a discussão sobre a suposta homogeneidade das experiências de todas as mulheres e convoca algumas a reconhecerem seu próprio lado opressor. Associada ao feminismo pós-colonial, a crítica e teórica indiana Gayatri Spivak reflete sobre os meios de acesso às subjetividades subalternas, algo que, por sua vez, se relaciona como a discussão sobre o lugar de fala da filósofa panamenha Linda Alcoff, uma questão central das pautas feministas contemporâneas entre os grupos de mulheres que se percebem excluídas das reflexões propostas por teóricas feministas brancas heterossexuais. Finalmente, embora não exclusivamente, no âmbito dos estudos feministas da diferença, temos as contribuições das teóricas negras estadunidenses Kimberlé Crenshaw (jurista) e Patricia Hill Collins (socióloga) com o conceito de “interseccionalidade”, formulado pela primeira no âmbito jurídico e desenvolvido pela segunda no campo dos estudos raciais, para dar conta de explicitar a sobreposição simultânea de múltiplas formas de opressão (de raça, classe social, gênero, sexualidade e nação), bem como os trabalhos da antropóloga, psicanalista, escritora e ativista brasileira Lélia Gonzalez, filha de pai negro e mãe indígena, que propõe a categoria político-cultural da “Amefricanidade”, visando entender os efeitos das análises interligadas do imperialismo, colonialismo e racismo, algo que claramente pode ser associado hoje com as denominadas teorias decoloniais de gênero (Hollanda, 2019).

Homens, gênero e masculinidades – um campo de estudos?

Inicialmente, os estudos sobre homens e masculinidades a que tive acesso ainda na língua inglesa foram os do sociólogo estadunidense Michael S. Kimmel e da teórica australiana Raewyn Connell, que na ocasião se apresentava como Robert W. Connell e assumiu publicamente sua identidade como mulher transexual na primeira década dos anos 2000.

Em 1987, Michael Kimmel foi o responsável pela organização do livro lançado naquele mesmo ano com o título *Changing Men: New directions in research on men and masculinity* (numa tradução livre, algo como “Homens em transformação: novas direções na pesquisa sobre homens e masculinidade”). Nove anos depois, quando já frequentava o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP e dava início à pesquisa que resultou na minha dissertação de mestrado (Maciel Jr., 1999), tive acesso a uma cópia desse livro, que me fora indicado por parecerista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), agência da qual obtive bolsa de financiamento à época. Nesse livro, já em sua Introdução e no capítulo 18, ambos escritos por ele próprio, Kimmel (1987) afirma não haver masculinidade no singular, propondo que as diversas masculinidades são constituídas em cada momento e contexto histórico por intermédio de concepções e práticas culturais, sendo, portanto, ativamente produzidas em dois contextos relacionais de poder: o contexto das relações entre homens e mulheres, e o das relações dos homens entre si. Para ele, o primeiro contexto define as desigualdades, dada a condição secundária das mulheres em relação aos homens na sociedade. No segundo, por sua vez, o status de poder é definido a partir de diferenças associadas a profissão, corpo, idade, etnia, classe social, orientação sexual, entre outros fatores, configurando dois sistemas de ordenamento social diferentes. Para o foco de interesse da discussão aqui realizada, cabe ressaltar que os ordenamentos e hierarquias expressos nas relações dos homens entre si se

constituem com base em modos de ser que são valorizados e desvalorizados socialmente. Interessante ressaltar que já naquele momento Kimmel chamava a atenção para o que hoje se conhece como interseccionalidade, embora evidentemente sem a consistência e sofisticação que o conceito ganhou após ser formulado por Kimberlé Crenshaw e desenvolvido por Patricia Hill Collins. Segundo ele, a valorização ou desvalorização social masculina passava pelo entrecruzamento da palavra “homem” com termos como rico, pobre, intelectual, iletrado, branco, negro, europeu, latino, jovem, velho, empregado, desempregado, dentre outros.

Outro destaque quanto à discussão de Kimmel sobre as masculinidades na perspectiva de gênero diz respeito ao privilégio masculino. Em sua obra *The Gendered Society* (Kimmel, 2000), ele relata uma situação na qual ouviu duas mulheres conversando. Uma era branca, a outra era negra, e o assunto dizia respeito ao enfrentamento da opressão masculina sobre as mulheres. Em dado momento, a mulher branca argumentou que todas as mulheres enfrentavam a mesma opressão, que todas estavam situadas no regime patriarcal e, por isso, argumentava ela, todas tinham um tipo de solidariedade intuitiva, uma irmandade. Ao ouvir o argumento de sua interlocutora, a mulher negra lhe pergunta o que ela via quando se olhava no espelho pela manhã, ao que a mulher branca respondeu: “eu vejo uma mulher”. Em seguida, a mulher negra respondeu: “esse é o problema: quando me olho no espelho, vejo uma mulher negra. Para mim, a raça é visível, para você, invisível”. Finalmente, diz Kimmel (2000), a mulher negra complementa: “é assim que o privilégio funciona. Ele é invisível para aqueles que o possuem”. Terminado seu relato, Kimmel observa que a partir daquela conversa ele se tornou um homem branco de classe média. Percebeu que raça, classe e gênero também tinham a ver com ele, concluindo que a invisibilidade é uma consequência do poder e do privilégio. Novamente temos aqui reflexos das discussões teóricas feministas sobre as ideias de Michael Kimmel.

Quanto às contribuições de Raewyn Connell para os estudos críticos sobre homens e masculinidades, sem dúvida uma das principais é

sua formulação do conceito de masculinidade hegemônica. Quando se trata desse conceito, é possível constatar que em um período de vinte anos ele evoluiu de forma substancial, dado que inicialmente partiu de uma base empírica ainda restrita e aos poucos foi sendo posto à prova em pesquisas e estudos sobre homens e masculinidades de diferentes partes do globo. Exatamente por isso é que também foi alvo de críticas contundentes (Connell e Messerschmidt, 2013).

Dentre as principais críticas, temos as seguintes: o conceito de masculinidade é pouco preciso e inconsistente porque acaba por tomar o caráter dos homens de forma essencialista, impondo-lhe uma falsa unidade, quando, de fato, se trata de uma realidade fluida e contraditória; foi formulado tendo por base uma concepção binária e heteronormativa de gênero; a dicotomia sexo *versus* gênero acaba por naturalizar e marginalizar o corpo; falar de múltiplas masculinidades acaba por produzir uma tipologia estática.

Em resposta a essas críticas, Connell e Messerschmidt (2013) afirmam que a principal razão pela qual o conceito prosperou no campo das ciências sociais e humanidades ao longo de duas décadas é justamente porque a concepção proposta inicialmente não era essencialista, mencionando, inclusive, pesquisas sobre masculinidades postas em atos por pessoas com corpos reconhecidos socialmente como “femininos”.

No que diz respeito à crítica sobre o risco de produção de uma tipologia estática de masculinidades, ambos a contrapõem dando, entre outros exemplos, o da pesquisa do antropólogo Matthew Gutmann sobre os significados de ser um “homem de verdade” na colônia de Santo Domingo, Cidade do México (Gutmann, 1996). Lá, segundo o pesquisador, na medida em que os homens se dão conta de que a masculinidade e a feminilidade são qualidades indefinidas, as identidades de gênero, por consequência, estão menos vinculadas a características inerentes, naturais e imutáveis. Com isso, afirmam Connell e Messerschmidt (2013), Gutmann conseguiu identificar diferentes manifestações de masculinidade, como a do “macho” e do

“covarde”¹, reconhecendo e detalhando que se tratava de identidades relacionais constantemente atravessadas por outras manifestações masculinas de gênero. Portanto, Connell e Messerschmidt (2013) afirmam sua rejeição a quaisquer concepções fixas e trans-históricas do conceito de masculinidade hegemônica, dadas as óbvias transformações nas definições sociais das masculinidades.

Quanto às críticas de que no conceito de masculinidade hegemônica estaria embutida a norma heterossexual, em artigo de 1985 escrito em coautoria com Tim Carrigan e John Lee (Carrigan, Connell e Lee, 1985), Connell já propunha como questão central desse conceito a divisão entre homens, chamando a atenção para a exclusão e subordinação dos homossexuais, algo que ela volta a reiterar em sua obra mais conhecida: *Masculinities* (Connell, 1995). Na resposta às críticas que afirmam a naturalização ou marginalização dos corpos em virtude de uma concepção binária subjacente ao conceito de masculinidade hegemônica, Connell e Messerschmidt (2013) apontam para o trabalho sobre a masculinidade de atletas profissionais realizado sob a coordenação do sociólogo estadunidense Michael Messner, que desde 1989 tem publicado livros e artigos baseados em pesquisas que tratam dos “custos” da masculinidade, incluindo lesões corporais e custos emocionais e/ou relacionais, bem como diferenças e desigualdades entre os homens, especialmente aquelas relacionadas à classe social, raça/etnia e orientação sexual. Dentre as reflexões produzidas por Messner e seus colaboradores, destacam-se aquelas que apontam para as especificidades da construção da masculinidade entre meninos e jovens com deficiências físicas, entre homens da classe trabalhadora que exercem funções que exigem altos esforços corporais, o impacto de doenças incapacitantes entre atletas profissionais, a violência interpessoal entre meninos nos jogos competitivos, entre outras (McKay, Messner e Sabo, 2000). Para Connell e Messerschmidt (2013), esses trabalhos desenvolvidos no final da década de 1980 já atestavam como os corpos masculinos

1 *Mandilón*, no original.

(e femininos) são afetados por processos sociais. Em suas obras, Raewyn Connell faz uso reiterado do termo inglês *embodiment*, que no campo das ciências sociais no Brasil costuma ser traduzido por “corporeidade”, “corporalidade”, “incorporação”, “experiência corporificada”, “corporificação social”, entre outras designações. Cabe esclarecer que, ao utilizar esse termo, a teórica está partindo da compreensão da chamada filosofia do *embodiment*:

Embodiment é a nomenclatura que tem sido prioritariamente utilizada pelas Ciências Sociais para falar dessa relação fundamental e entrelaçada que se cria entre corpo e mundo sócio-histórico-cultural [...]. O termo fala de [...] uma filosofia da carne, de uma consciência encarnada, de uma compreensão incorporada, enfim, de uma ontologia na qual a pessoa não é aquela que se encontra dentro de um corpo (uma mente, uma razão, uma subjetividade). Ela ‘é’ o próprio corpo, um corpo-pessoa que vive primeiramente em um mundo da prática e não da abstração”. (Flores-Pereira, 2010, p. 422)

Pautada na filosofia do *embodiment*, Raewyn Connell demarca sua posição crítica em relação às perspectivas discursivas de gênero e sexualidade. Outra crítica comum feita à teorização da autora sobre a masculinidade hegemônica, com a qual ela concorda e para a qual afirma haver solução, é a de que muitas pesquisas abordam as masculinidades mantendo um foco exclusivo sobre os homens e nas relações entre os homens, como se presumissem esferas distintas de masculinidades e feminilidades, e, assim, como se as mulheres não fossem parte fundamental destas análises. Para Connell, a solução deste problema é a adoção de uma perspectiva relacional de abordagem e análise das masculinidades.

O conceito de masculinidade hegemônica foi originalmente formulado em relação ao conceito de feminilidade hegemônica – prontamente renomeada de “feminilidade enfatizada” para reconhecer a posição assimétrica das masculinidades e das feminilidades em uma ordem patriarcal do gênero. No desenvolvimento

de pesquisas sobre homens e masculinidades, essa relação saiu de foco. Isso é lastimável por mais de uma razão. O gênero é sempre relacional, e os padrões de masculinidade são socialmente definidos em oposição a algum modelo (quer real ou imaginário) da feminilidade. (Connell e Messerschmidt, 2013, p. 265)

Nesse sentido, por exemplo, os autores afirmam que não devem causar estranheza análises sobre a apropriação de aspectos da masculinidade hegemônica por mulheres burguesas que tentam construir suas carreiras profissionais ou corporativas. No entanto, vale ressaltar que, para Connell, todas as feminilidades se formam em posições de subordinação à masculinidade hegemônica.

Especialmente para a Psicologia, um dos equívocos em que se pode incorrer quando se trata de pesquisas com e sobre homens e masculinidades é o do psicologismo, expresso na descrição e explicação das condutas masculinas sob a qualificação de “masculinidade hegemônica”. Muitas vezes isso se traduz nos artigos, dissertações e teses pelo uso de termos como “macho alfa”, “macho”, “dominador”, “sexista”, o que talvez tenha contribuído para a popularização do termo “masculinidade tóxica”. No entanto, quando se faz referência à masculinidade hegemônica, é importante destacar que há diferentes configurações de hegemonia:

Devido ao fato de que toda etnografia descobre uma cultura de gênero distinta, de que todo estudo de histórias de vida desvela trajetórias únicas de vidas de homens e de que toda análise estrutural define novas intersecções de raça, classe, gênero e geração, é logicamente possível definir “mil e uma” variações da masculinidade. Isso também é certamente verdadeiro para os reivindicadores da hegemonia. (Connell e Messerschmidt, 2013, p. 262)

Importante esclarecer também que, para Raewyn Connell, a hegemonia, isto é, o domínio social de determinado grupo, não é exercida exclusivamente pela força, mas se expressa por intermédio de uma dinâmica cultural que alcança a vida privada e os domínios

sociais (Connell, 1995). Assim, os meios de comunicação de massa, a educação, a ideologia, bem como os esportes e a música, podem perfeitamente servir de canais pelos quais a hegemonia se estabelece.

A hegemonia não necessariamente faz parte das condutas masculinas cotidianas de meninos e homens, mas se expressa parcialmente por exemplos de masculinidade veiculados nas figuras de grandes esportistas, atores ou cantores famosos. De fato, as masculinidades hegemônicas passam por reconstruções históricas que se dão nos níveis local, regional e global, e significativamente também nas relações entre homens e mulheres (Connell e Messerschmidt, 2013), o que só evidencia a sua complexidade e aponta para o equívoco de considerações que a tomam praticamente como um modelo identitário masculino, algo que é comumente encontrado em dissertações, teses, artigos e livros de psicologia que fazem uso do conceito.

Corroborando as perspectivas interseccionais de gênero, Connell e Messerschmidt (2013) afirmam ser fundamental considerar que impactos as dinâmicas combinadas de marcadores sociais como gênero, raça, classe social e região têm sobre as identidades. Sob esse ponto de vista, quando reflete sobre o discurso contra os homens entre as feministas burguesas brancas dos EUA, a filósofa e teórica feminista negra estadunidense bell hooks (hooks, 2019) afirma que essa posição não só desconsidera as relações construtivas entre mulheres e homens negros nos movimentos antirracistas como omite o poder e privilégio de muitas dessas mulheres em relação aos homens pobres, de cor e sem instrução.

Ainda sobre o marcador social racial nos estudos sobre homens e masculinidades, Conrado e Ribeiro (2017, p. 82) perguntam:

- 1) que privilégios estas masculinidades racializadas compartilham? Em que condições reais estas masculinidades racializadas lutam por estes privilégios?
- 2) dividendos patriarcais são recebidos 'do mesmo modo' por todos os sujeitos que vivenciam masculinidades?

Considerações finais

Para mim, tomar contato com as teorias de gênero e com os estudos críticos sobre homens e masculinidades foi fundamental. Antes de 1996, a discussão sobre se as diferenças nos comportamentos entre mulheres e homens resultavam do sexo (tido como “natural”, “biológico”, “fisiológico”) ou do gênero (ou melhor, das “determinações sociais”, já que o termo ainda não era utilizado, ou pelo menos não o tinha assimilado até ali) era constante, sendo que as explicações disponíveis não me convenciam.

Mesmo sendo plausível pensar que as diferenças sexuais e de condutas entre homens e mulheres seguiam algum tipo de predisposição inata, sempre me incomodava o fato de os defensores dessa proposição negligenciarem o papel fundamental das interações sociais. Por outro lado, o estudo da socialização dos gêneros com sua perspectiva funcionalista tampouco me convencia, ao propor explicações de que meninas e meninos aprendem os papéis sexuais com as respectivas identidades masculina e feminina que os acompanham, e que todo esse processo seria orientado por sanções, no sentido de contribuir para a manutenção de determinada ordem social. Tudo isso me fazia questionar uma interpretação que me parecia rígida sobre o processo de socialização. Afinal, identificado com uma perspectiva construtivista, não me parecia que esse processo fosse tranquilo e linear como queriam me convencer. Agências sociais como a família, a escola, grupos de amigos, etc., podem ser contraditórias entre si, e os indivíduos podem rejeitar ou modificar as expectativas sociais relacionadas aos papéis sexuais. Eu acreditava que as pessoas eram capazes de ativamente modificar ou criar papéis para si próprias, ainda que não totalmente apartadas das influências sociais. Outro incômodo que esta proposta analítica me trazia era por conta da tônica acentuada nas discussões sobre as diferenças entre mulheres e homens, como se não houvesse diferenças importantes das mulheres entre si e no amplo grupo das experiências masculinas.

À medida que me aproximei das discussões teóricas feministas de gênero e dos estudos de Michael Kimmel, Raewyn Connell e tantas outras pesquisadoras e pesquisadores, pude entender a complexidade desta discussão. Mais do que simplesmente dar conta de explicar as diferenças entre os gêneros, trata-se de entender por que meios e subterfúgios essas diferenças acabam servindo ao propósito de justificar privilégios, poder social e violências dos homens em relação às mulheres e a outros homens (cis e transexuais), a partir de análises e reflexões que se pautem definitivamente na inter-relação com a classe social, raça/etnia, orientação sexual, instrução, idade, etc.

A realização de pesquisas que levem em conta tais considerações podem, quem sabe, em um futuro breve, contribuir para a construção de novas versões de masculinidades hegemônicas “positivas”, isto é, abertas à igualdade com as mulheres e com todas as pessoas que hoje sofrem todos os tipos de violência e/ou que vivem em situações de vulnerabilidade social por não compartilharem dos mesmos privilégios sociais dos quais se beneficiam os homens cisgêneros heterossexuais brancos de classe média em nossa e em tantas outras sociedades pelo mundo.

Referências

- CARRIGAN, Tim, CONNELL, Robert W. e LEE, John (1985). Toward a New Sociology of Masculinity. *Theory and Society*, v. 14, n. 5, sept.
- CONNELL, Robert W. (1995). *Masculinities*. Cambridge, UK, Polity Press.
- CONNEL, Robert W. e MESSERSCHMIDT, James W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, jan./abr.
- CONRADO, Mônica e RIBEIRO, Alan Augusto Moraes (2017). Homem negro, Negro homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 1, jan./abr.
- GUTMANN, Matthew C. (1996). *The Meanings of Macho: Being a Man in Mexico City*. Berkeley, University of California Press.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (2019). “Introdução”. In: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, pp. 9-21.

- HOOKS, bell (2019). "Homens: companheiros de luta". In: HOOKS, bell. *Teoria Feminista – Da margem ao centro*. São Paulo, Perspectiva, pp. 111-130.
- KIMMEL, Michael S. (ed.) (1987). *Changing Men: New Directions in Research on Men and Masculinity*. Thousand Oaks, Sage Publications.
- KIMMEL, Michael S. (2004). *The Gendered Society*. 2 ed. Oxford, Oxford University Press.
- MACIEL JR., Plínio de Almeida (1999). *E agora, José?: um estudo exploratório sobre a concepção masculina de intimidade no relacionamento conjugal*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MCKAY, Jim, MESSNER, Michael A. e SABO, Don (eds.) (2000). *Masculinities, Gender Relations, and Sport*. Thousand Oaks, Sage Publications.
- NASCIMENTO, Marcos e CONNELL, Raewyn (2017). Reflecting on twenty years of Masculinities: an interview with Raewyn Connell. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 12, dez.
- NICHOLSON, Linda (2000). Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, v. 8, n. 2.
- RESTIER, Henrique e SOUZA, Rolf Malungo de (orgs.) (2019). *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades*. São Paulo, Ciclo Contínuo Editorial.
- RUBIN, Gayle (1975/2017). *Políticas do sexo*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo, Ubu.
- SCOTT, Joan W. (1986/2019). "Gênero: uma categoria útil para análise histórica". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, pp. 49-80.
- SCOTT, Joan W. (2012). Os usos e abusos do gênero. *Projeto História*, n. 45, dez.

Depende de quem você é e de como você faz: sobre o gênero na entrevista qualitativa de pesquisa

Rosane Mantilla de Souza

A entrevista é uma das estratégias mais utilizadas em pesquisa qualitativa e nas seções metodológicas de dissertações e teses, e é quase praxe a declaração de que pesquisador e participante constroem conjuntamente a realidade durante o procedimento. No entanto, ou por falta de tempo, ou porque realmente não refletiu a respeito, o pesquisador deixa de analisar seu papel no processo de coleta de informações ou na análise dos resultados obtidos. E mesmo os manuais de pesquisa, que ressaltam a importância do estabelecimento de um bom *rappor*t para obtenção das informações, pouco analisam o papel das características do pesquisador no desenvolvimento da entrevista.

Desde que passei a ministrar disciplinas e a orientar dissertações e teses sobre as masculinidades em uma perspectiva de gênero, tenho me deparado com a necessidade de gerenciar os impactos que suas expressões exercem no processo da investigação. Homens e mulheres não são formatados apenas pelo gênero, mas também pela idade, geração, classe social, orientação sexual, cultura, nível socioeconômico-educacional, religião e raça. Todas essas variáveis atuam na entrevista de pesquisa, sendo mais ou menos relevantes a depender do tema sob investigação e da experiência do pesquisador, mas sua influência é muito mais consciente para os envolvidos que o papel do gênero.

Para Scott (1986), a crença do “homem como a norma” levou à suposição de que conduzir entrevistas com eles é algo que não requer questionamentos, o que redundou em desinteresse sobre a interferência das masculinidades na condução de investigações. Mas, quando a pesquisa envolve a vivência do homem como homem, aprendi ser fundamental ajudar meus alunos e orientandos a refletir e analisar o papel do gênero na interação com seu participante de sexo masculino.

A materialidade do gênero se expressa tanto nas estratégias para enfrentar a falta de controle que o entrevistado vivencia no processo de entrevista, quanto no impacto do sexo do entrevistador sobre o comportamento do entrevistado, demandando o desenvolvimento de estratégias de aperfeiçoamento dos pesquisadores e dos procedimentos. Assim, o objetivo deste ensaio é identificar temas a serem considerados em uma análise de gênero da entrevista qualitativa de pesquisa.

Sobre gênero

Em 1987, o sociólogo norte-americano Michael Kimmel organizou um dos primeiros volumes sobre masculinidades numa perspectiva de gênero: *Changing Men – New directions in research on men and masculinity*. O todo dos capítulos chamava a atenção para o fato de que, embora as masculinidades variem de acordo com idade, classe, etnia ou orientação sexual, todas implicam em *não ser como as mulheres*. Essa “regra” geralmente conduz a condutas exageradamente masculinas e estabelece uma incerteza crônica sobre a identidade de gênero que precisa ser solucionada perante os outros. Como a masculinidade depende da aprovação dos outros homens, sua emoção mais destacada é o medo, o que situa a *homofobia como princípio organizador da virilidade*. Além disso, Kimmel relata que, nessa dinâmica, o medo leva à vergonha, ao silêncio e à violenta afirmação da masculinidade. E ninguém quer que isso atue quando tem que obter informações!

Longe de ser um produto pronto e imutável, atingido em um determinado momento do desenvolvimento psicológico do sujeito, gênero é ação e relação. Uma das proposições mais proveitosas que

emergiram no campo de estudos das masculinidades foi a de que se tornar masculino é algo que é negociado ao longo da vida do indivíduo, não só em oposição à feminilidade e à homossexualidade, mas também em relação às outras masculinidades. Para Connell (1995, 2000, 2005), as masculinidades (e as feminilidades) podem ser, então, compreendidas como “projetos de gênero”, ou seja, processos de configuração de práticas que, ao longo do tempo, transformam o ponto de partida (sexo) em gênero. Qualquer masculinidade, como uma configuração de práticas, é simultaneamente posicionada em um número de estruturas de relacionamento (família, escola, igreja, mídia).

A consonância ou dissonância entre o sexo do entrevistador e o do entrevistado têm sido bastante discutidas no campo da seleção de pessoal, desenvolvimento de carreira e admissão em cursos como MBA, mas as demandas inconscientes que se ativam quando o homem tem que garantir sua masculinidade perante o pesquisador não tem recebido a devida atenção na metodologia de pesquisa.

É central tornar-se consciente de *como* o homem busca se mostrar masculino, e como isso tem que ser manejado quando a entrevista é conduzida por um homem ou uma mulher. As exibições da masculinidade não são obstáculos para a obtenção das informações de que o pesquisador precisa, ao contrário, podem constituir parte significativa dos conteúdos de que necessita. Nesse sentido, observar todo o processo de comunicação do entrevistado, como aceita participar e que condições impõe, seus atos, como responde às perguntas e os sentimentos que evoca no pesquisador, faz parte da compreensão da expressão masculina.

Se concordamos com Kimmel que o conceito de gênero deve ser entendido em uma forma relacional, pois “gênero não é uma propriedade dos indivíduos, uma ‘coisa’ que se tem, mas um conjunto específico de comportamentos que são produzidos em situações sociais específicas” (Kimmel, 2017, p. 147), estamos tratando de um atributo situacional, quando se produzem comportamentos vistos pelos outros que estão na mesma situação como masculinos ou femininos.

Em vista disso, sustentar um *self* masculino será mais difícil em algumas situações, especialmente aquelas que põem em questão as crenças heteronormativas.

Minha experiência levou-me a perceber que a situação de entrevista pode oferecer uma oportunidade para que o homem represente a si próprio como alguém capaz de manter o controle, autonomia, e assim por diante, ou então materializar um contexto de ameaça, dado que é o entrevistador ou a entrevistadora quem dá o rumo da interação, colocando em xeque os elementos da autorrepresentação viril. Com isso, a depender do modo como a situação é conduzida, a entrevista pode se tornar um meio para a exibição de uma masculinidade ativa e colaborativa por parte do entrevistado, ou redundar em um impasse “sem dados”.

Sobre convites e participação

Schwalbe e Wolkomir (2001, 2003) realizaram uma extensa análise dos impactos das masculinidades no processo e processamento da entrevista de pesquisa, oferecendo sugestões para gerenciar muitas delas. Mas o contexto e as condições de trabalho, como, por exemplo, a possibilidade de pagamento, tornam suas sugestões nem sempre tão viáveis em nosso país. Assim, embora nos baseemos em suas indicações, traremos as circunstâncias mais frequentes do trabalho de pesquisa no Brasil. Os autores caracterizam dois tipos de ameaça que a entrevista traz para o homem: a ameaça de base, que se refere à situação da entrevista em si mesma, e as ameaças adicionais relativas a quem entrevista quem e sobre o quê.

A entrevista de pesquisa pode ser ameaçadora à medida que, nela, um estranho ou uma estranha conduzem o processo, formulam as perguntas e buscam informações sobre aspectos mais ou menos íntimos da vida do participante. Não podemos dizer que estas características da entrevista não sejam ameaçadoras para as mulheres, mas, no caso dos homens, há pelo menos duas questões

que o pesquisador deve enfrentar antes mesmo que a entrevista se inicie: a aceitação do pedido e a delimitação da estrutura própria da conversação.

Quando observamos o número de participantes em amostras de pesquisas realizadas com ambos os sexos, é quase regra a maior frequência de mulheres. No caso de entrevistas, não é incomum nos depararmos com a “caça ao homem”, manifesta no desespero de pesquisadores querendo conseguir mais participantes de sexo masculino para seus estudos, e se confrontando com a justificativa, longe da realidade dos fatos, de que homens são muito mais ocupados que mulheres.

Temos utilizado algumas estratégias de modo a fomentar maior disponibilidade masculina. Frequentemente, os estudos qualitativos se utilizam de amostras de conveniência e estratégias de bola de neve. Então, ao menos indiretamente, o pesquisador conhece seu potencial participante. Nos convites, geralmente é mencionado o tema da investigação, de modo que o homem se sinta incluído e adequado a participar da amostra, mas temos tido melhores resultados quando explicitamos a contribuição que a entrevista trará para um grupo específico de pessoas ou para a sociedade em geral, o que deixa evidente a importância de o homem enfrentar o desafio, dirimindo a dúvida sobre se vale a pena o tempo perdido. Além disso, por falar de tempo, é útil já explicar quanto se estima que durará o procedimento, abrindo a possibilidade de negociar a divisão da entrevista em dias diferentes.

Outro tema associado ao abrandamento da resistência em participar se refere à escolha de local onde a entrevista ocorrerá. Nos idos de 1994, quando as pesquisas qualitativas eram menos prestigiadas e as demandas de controle de variáveis bem mais rígidas, realizei entrevistas de história de vida focadas na experiência de paternidade de homens que detinham a guarda de filhos (Souza, 1994). Comecei tentando trabalhar em um contexto tradicional de pesquisa, em sala privada da Universidade, local que não trazia dificuldade de acesso para os indivíduos contatados. Mas, depois de três recusas cujas justificativas eram pouco convincentes, perguntei ao quarto potencial participante onde seria o melhor lugar para que a entrevista ocorresse.

A partir daí, as recusas quase que desapareceram, contanto que a entrevista fosse realizada na casa do participante. Embora na época tenha enfrentado comentários frequentemente jocosos e de cunho sexual por parte de meus colegas de pós-graduação, foi uma decisão que permitiu aprender cedo como o gênero se manifesta nas ações: para meus entrevistados, exibir sua casa organizada e eficiente, me levar a conhecer os filhos e ajudantes domésticas, ajudava-os a se sentirem mais no controle da situação, mostrando desde logo que eram bons pais e, com isso, diminuindo a ameaça que o meu “olhar psicológico” pudesse lhes trazer. E essa mensagem-sentimento foi fundamental para compreender suas vivências e o significado da paternidade para esses homens.

Brown (2008) também considera que ambientes não familiares podem ameaçar a masculinidade dos participantes, que podem se mostrar menos dispostos a conversar abertamente quando abordados em locais “neutros”. De fato, deixar o entrevistado escolher um lugar de sua conveniência para a realização da entrevista, desde que este seja suficientemente reservado para tal tarefa, não só favorece a diminuição das ameaças de base, mas também permite “informar” o status e poder masculino, por exemplo, fazendo o pesquisador aguardar em uma sala de espera cheia de clientes, ou na antessala de seu rico escritório. Temos verificado sistematicamente a efetividade desta conduta com homens de diferentes idades, condições conjugais, nível socioeconômico e orientação sexual (Souza, 1994; Lima, 2003; Maciel Jr., 2006; Moris, 2008; Raposo, 2014; Fender, 2016; Lima, 2018).

Ao concordar em participar da entrevista, por mais leve ou coloquial que ela seja, o homem estará abandonando certo controle e se expondo de forma patente. A estratégia autobiográfica ou a história de vida, normalmente estimulada por uma única frase ou pergunta, e muito usada nos estudos sobre masculinidade, traz consigo a grande vantagem de deixar o entrevistado com quase todo o poder de conduzir o processo, embora o entrevistador tenha que ser cuidadoso para em um segundo momento esclarecer temas que se referem ao objetivo central de seu estudo e que possam ter sido deixados de

lado, involuntariamente ou de forma proposital. Apesar disso, nesse segundo momento um vínculo de confiança já deve ter sido estabelecido (Raposo, 2014; Lima, 2018).

Outra manifestação de reação à condição vulnerável da entrevista refere-se ao participante entrar uma conversa não relacionada ao tema tratado, um “jogar conversa fora”, principalmente quando é o caso de um homem entrevistando um homem (Faria, 2001; Maciel Jr., 2006; Fender, 2016). Nesse caso, temos verificado o mesmo que Smith e Drummond (2003), ou seja, que, embora esse “bate-papo” seja pouco importante para aquilo que realmente interessa ao pesquisador, oferece a oportunidade de testar a sua disponibilidade como ouvinte. Além disso, a aceitação do “bate-papo”, discretamente conduzida para o tema, propicia um contexto mais empático, que favorece ao homem se revelar emocionalmente.

A segunda categoria de ameaça à masculinidade durante a entrevista, descrita por Schwalbe e Wolkomir (2003), e identificada igualmente em nossos trabalhos, pode ser entendida como “ameaças adicionais”. São advindas de duas fontes que interatuam: a formulação das perguntas sobre temas que, de modo implícito, põem a racionalidade do entrevistado em dúvida e a situação de quem está perguntando sobre o quê.

Em nossos trabalhos, temos verificado que, caso não haja reflexão a respeito da crença na racionalidade intrínseca dos homens, a entrevista conduzida por um homem pode se tornar a oportunidade de um enlace hegemônico que aumenta o risco de não se ter acesso a afetos, sentimentos, medos ou qualquer outro conteúdo que não possa estar contido numa masculinidade prescrita; por outro lado, a entrevista conduzida por uma mulher pode eliciar um comportamento de conquistador ou a luta pelo controle, ambos evidências de dança hierárquica. Assim, é fundamental estar consciente destes processos como elementos característicos da situação, e não como meros dificultadores circunstanciais. Há que se observar como e quando os indivíduos tentam expressar a masculinidade nessas

situações, visando favorecer o desenvolvimento de análises perspicazes das vidas dos homens como seres “generificados” (Maciel Jr., 2006; Lima, 2018).

A racionalidade e autonomia exageradas são tentativas de controle por parte de um homem que está sendo entrevistado sobre tema que envolve profundidade e precisão dos eventos e experiências da sua vida. Para obter tal relato sem que as tentativas de controle dificultem o trabalho, o pesquisador pode permitir a expressão do masculino conforme a ordem de gênero no início da entrevista, atitude que pode favorecer a “deposição das armas” e que, mais relaxado, o homem se mostre disposto a revelar suas incertezas, confusões e vulnerabilidades (Loureiro, 2009; Raposo, 2014).

Os controles compensatórios

Frequentemente, os dois tipos de ameaças adicionais (crença na racionalidade e sexo do entrevistado) interagem e se expressam em conjunto com estratégias de controle compensatório, dentre elas a testagem, a sexualização e a minimização (Schwalbe e Wolkomir, 2001, 2003).

A manifestação do controle compensatório na forma de *testagem* envolve todo tipo de tentativa por parte do entrevistado no sentido de expor a agenda ou a inferioridade do pesquisador, o que significa um meio de tentar se apoderar do assunto que está sendo tratado, colocando em xeque tanto a sua legitimidade como pesquisador quanto sua habilidade de manter o controle da situação: se ele ou ela demonstrar perturbação ou reservas, o controle se desloca para o entrevistado.

A testagem tende a ocorrer em entrevistas com ambos os sexos, embora com variações para ele ou ela. Mas o importante é reconhecê-la como expressões simbólicas de controle. Por exemplo, quando o participante solicita ao entrevistador de sexo masculino que a entrevista seja realizada em seu local de trabalho e o expõe a um intenso fluxo de interferência de toda espécie, que parece indicar o quanto

é ocupado e importante; ou quando em circunstância semelhante solicita café para si e para a entrevistadora, e comenta que naquela empresa todas as mulheres o servem, aludindo à sua posição hierarquicamente superior à dela. O que temos feito em ambos os casos é solicitar ao participante que sugira outro local mais privativo, demonstrando com isso que continua no controle, uma vez que a decisão está em suas mãos, mas que as circunstâncias atuais são inadequadas para pesquisa (Lima, 2003, 2018).

Outra estratégia é antecipar a própria testagem, deixando que o entrevistado faça a primeira pergunta e fornecendo-lhe a oportunidade de deflagrar o processo e se sentir menos desconfortável. Principalmente quando a entrevista é conduzida por uma mulher, deixar que o participante assuma o papel de especialista é estratégia efetiva, fazendo com que a ansiedade se dilua em uma experiência de poder. Por exemplo: *“eu conheço a experiência de mulheres que têm a guarda de seus filhos e isso traz desafios, mas eu não sei como é isso quando se é homem. Você sabe, pode me falar disso?”* (Souza, 1994).

A *sexualização* é outro modo de o participante tentar exercer controle compensatório na situação da entrevista. Envolve a manifestação inadequada de condutas de caráter sexual por parte de alguns homens quando são entrevistados por mulheres, normalmente uma tentativa de reassegurar o próprio controle que toma a forma de insinuação sexual, toque e comentários sobre a aparência da entrevistadora. No estudo de Lima (2003), essas situações quando ocorreram exigiram ser lidadas caso a caso. Algumas realmente eram dirigidas à diminuição do poder e da legitimidade da mulher como pesquisadora, enquanto outras refletiam a afirmação da masculinidade via papel de conquistador, o que se reproduziu no estudo de Pereira (2017). Reconduzir a entrevista ao tema optando pela perspectiva do especialista referida anteriormente tende a ser um meio efetivo de reenquadrar a situação.

A *minimização* é a terceira forma de manifestação do controle compensatório e se expressa por meio de respostas evasivas ou que não são fornecidas com a profundidade que se espera. É um modo

de tentar desqualificar a entrevista que pode levar o pesquisador a considerá-la perdida, embora possa ser manejada por meio da análise de seu significado. A primeira estratégia que pode ser utilizada é deixar a entrevista transcorrer livremente, mesmo que o participante persista no fornecimento de respostas vagas, pois isso faz com que se sinta no controle e, após o término, o/a pesquisador/a comenta que o entrevistado lhe forneceu um quadro geral muito bom, mas que ele/a ainda tem algumas dúvidas que gostaria de esclarecer. Moris (2002) fez uso desse procedimento com homens em contexto de pobreza de modo bastante efetivo; com isso, a entrevistadora admitia que a experiência do entrevistado era complexa e o desafiava a se superar, além de também ser um modo de permitir que ele se sentisse na condução do processo. Outra maneira é aproveitar o caráter competitivo que envolve a construção da masculinidade e evocar o que outros homens disseram, fazendo com que o entrevistado procure superar outros que supostamente falaram mais sobre suas experiências (Souza, 1994; Maciel Jr., 2006; Fender, 2016; Lima, 2018).

Diante da contenção emocional, é importante que o pesquisador preste atenção não só no que os participantes falam, mas no modo como eles dizem e lidam com o que foi dito: “... *não revelar ou expressar emoção quando se fala de assunto e experiências intensamente carregadas de afeto é uma conduta expressiva de gênero que exige análise*” (Schwalbe e Wolkomir, 2003, p. 63).

Embora não aconteça somente nas situações em que homens são entrevistados por homem, a tentativa de estabelecer um acordo tácito com o entrevistador é outra expressão da minimização. Ela geralmente se apresenta na forma de perguntas como “*você sabe o que eu quero dizer, não é?*”, e pode fazer com que o pesquisador acabe respondendo positivamente, porque não o admitir colocaria sua identidade masculina em jogo. Apesar de expressões como essa não implicarem sempre uma resposta estratégica, Schwalbe e Wolkomir (2003) dão algumas indicações do que pode ser feito para evitar a formação de uma “aliança perversa” com o entrevistado. Uma delas é a de responder que provavelmente sabe o que ele quis dizer, mas que

seria melhor não presumir nada para preservar o sentido do que está sendo dito (Faria, 2001). A outra é procurar articular as informações fornecidas pelo entrevistado e depois solicitar que ele as corrobore ou corrija, fazendo com que perceba que há alternativas plausíveis (Raposo, 2014).

A minimização também surge como reticência emocional, dissimulação ou revelação limitada das emoções. Diante dela, o melhor a fazer é não tentar explorar imediatamente tópicos que envolvam uma carga emocional, deixar o processo ir correndo e retomar o conteúdo posteriormente, quando a confiança tiver sido estabelecida. Schwalbe e Wolkomir (2003) propõem perguntar inicialmente sobre pensamentos para só depois explorar os sentimentos ou emoções associados. Segundo os autores, uma vez que um homem sente que justificou a si próprio dizendo o que pensa, fica mais à vontade para falar sobre o que sentiu. Outras considerações sobre o manejo da contenção emocional abrangem solicitar do entrevistado que relate a situação específica, perguntando em seguida como ele se sentiu (Lima, 2003), ou ainda evocar o que outros homens disseram em situações semelhantes (Souza, 1994).

Considerações finais

Não há uma categoria única e plena a que possamos chamar “homem”. Há homens concretos com suas histórias de vida únicas. Estudar e pesquisar as masculinidades é criar circunstâncias para que a variabilidade se manifeste. Homens e mulheres sustentam a ordem de gênero e expectativas estereotipadas de conduta no seu dia a dia tanto quanto as desafiam. A entrevista de pesquisa qualitativa que tenha como tema a vida dos homens como homens precisa ser suficientemente sensível para que rompa com as estereotipias.

A análise de gênero das estratégias de comunicação na entrevista de pesquisa não é um meio de oferecer uma caixa de ferramentas para “caçar participantes” e evitar impasses, mas expressa o

reconhecimento de que temos que criar as melhores condições possíveis para que as masculinidades se manifestem exatamente para além das prescrições e limitações sociais.

De modo geral, o que descrevemos como meios para contornar certas tentativas de evasão, contenção emocional e controle compensatório por parte de um homem que está sendo entrevistado por outro homem ou uma mulher, serve para que se sinta bem o suficiente para expor seus pensamentos e sentimentos. Isso só é atingido quando ele percebe ter criado uma imagem relativamente duradoura de si próprio como homem que não será desacreditada quando se expuser de forma mais aberta ao pesquisador ou à pesquisadora.

Compreender como o gênero estrutura o cotidiano e como fazemos gênero em cada uma de nossas ações permite deixar mais claro aos pesquisadores de ambos os sexos que eles realmente criam uma realidade única durante a entrevista de pesquisa qualitativa, e essa reflexão deveria ser ponto central no treinamento de qualquer pesquisador que se proponha a investigar temas de masculinidades.

Referências

- BROWN, Timothy J. (2008). "I Am Who I Am": Black Masculinity and the Interpretation of Individualism. *Qualitative Research Reports in Communication*, v. 9, n.1. DOI: 10.1080/17459430802400357
- CONNELL, Robert W. (1995). *Masculinities*. Los Angeles, University of California Press.
- CONNELL, Robert W. (2000). *The men and the boys*. Los Angeles, University of California Press.
- CONNELL, Raewin W. (2005). Hegemonic masculinity: rethinking the concept. *Gender & Society*, v. 19, n. 6.
- FARIA, Durval Luis de. (2001). *O pai possível: um estudo de conflitos da paternidade em um grupo de homens*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FENDER, Marcelo Foroni (2016). *A experiência e os desafios da adoção por pais que se declaram homossexuais*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- KIMMEL, Michael S. (1987). *Changing Men: new directions in research on men and masculinity*. Newbury Park, Sage Pub.
- KIMMEL, Michael S. (2017). *The Gendered Society*. Nova York, Oxford University Press. 6th Ed.
- LIMA, Maria Thereza de A. (2003). *Ser ou não ser: a experiência do homem nos cuidados dos filhos da companheira*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- LIMA, Marcela Cordeiro Felix de (2018). *Os homens do swing: sexo, amor e heteronormatividade*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- LOUREIRO, Renata Costa Rolim (2009). *A função parental masculina na perspectiva de um bisavô*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MACIEL JR., Plínio de A. (2006). *Tornar-se homem: o projeto masculino na perspectiva de gênero*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MORIS, Vera Lúcia (2002). *Um amor e uma cabana: a função masculina na perspectiva do homem pobre*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MORIS, Vera Lúcia (2008). *Preciso te contar?: paternidade homoafetiva e a revelação para os filhos*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PEREIRA, Veronika S. (2017). *O desinvestimento pelo excesso*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- RAPOSO, Lectícia Maria Zambrano de Araújo (2014). *O cônjuge acompanhante é o homem: compreendendo a experiência masculina na expatriação de sua esposa executiva*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SCHWALBE, Michael L. e WOLKOMIR, Michelle (2001). The masculine self as problem and resource in interview studies of men. *Men and Masculinities*, v. 4, n. 1. DOI: <https://doi.org/10.1177/1097184X01004001005>
- SCHWALBE, Michael L. e WOLKOMIR, Michelle (2003). "Interviewing men". In: HOLSTEIN, James A. e GUBRIUM, Jaber F. (org). *Inside interviewing: new lenses, new concerns*. Thousand Oaks, Sage Pub, pp. 55-71.
- SCOTT, Joan W. (1986). Gender: a useful category of historical analysis. *American historical review*, v. 91, n. 5.

- SMITH, James A. e DRUMMOND, Murray. (2003). In-depth interviews with aging men: a methodological approach to masculinity. *Research and Evaluation Resources for Primary Health Care*, v. 2, n. 3.
- SOUZA, Rosane M. (1994). *Paternidade em transformação*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Relacionamento amoroso: gênero e socialização sexual no mundo contemporâneo¹

Marcela Cordeiro Felix de Lima

O filósofo francês Gilles Lipovetsky (2010) buscou compreender o mundo contemporâneo com a criação de um modelo teórico a que chamou de hipermodernidade. O modelo se baseia em cinco lógicas fundamentais, quais sejam: o mercado, a tecnociência, a cultura individualista democrática, a mídia e o consumo. A hipermodernidade seria caracterizada, portanto, pela cultura do excesso e da urgência, a preocupação com o futuro, a procura de novas sensações como forma de escapar do tédio e do envelhecimento da vida íntima e pelo enfraquecimento do poder regulador das instituições coletivas.

A identidade contemporânea tende a valorizar a livre escolha, o desejo, a espontaneidade, o consumo e o particular sobre o coletivo, criando uma sociedade marcada pela efemeridade de ideologias, práticas e relações. As relações amorosas são majoritariamente regidas pela lei de mercado, definidas pelo foco no bem-estar, desejo e prazer, dentro da lógica que as justifica pelo amor e pela realização sexual (Morici, 2008; Neto e Strey, 2008). Os rígidos papéis antes atribuídos socialmente aos homens e às mulheres sofreram profundas alterações, o que não impede que permaneçam resquícios dos

1 Texto elaborado com base na dissertação de mestrado *Os homens do swing: sexo, amor e heteronormatividade*, defendida pela autora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

antigos ideais. Os casais formados neste contexto assumem um caráter progressivamente menos estável, com a valorização da autonomia dos seus membros.

Hime (2008) aponta o estreitamento das diferenças entre homens e mulheres – e consequente abertura de espaços democráticos e plurais – dentro de um cenário de mudanças, tais como o aumento da longevidade devido aos avanços médicos, a possibilidade de controle da fecundidade, a dissociação entre sexualidade e maternidade, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a consequente evolução nas relações familiares, a escalada do número de divórcios e o surgimento de múltiplos arranjos familiares. No mesmo sentido, Kimmel (2005) observa a ocorrência de uma feminização do amor, que, se antes era vivido de maneiras diversas por homens e mulheres, passou a ser avaliado segundo critérios femininos, com destaque ao compartilhamento de sentimentos, à dependência emocional mútua e ao cuidado expresso pelo diálogo. Permanecem significativas diferenças de poder e oportunidades na relação entre homens e mulheres, especialmente no que tange à remuneração, ao tempo dedicado aos cuidados da casa e dos filhos, e em temas como a necessidade de liberdade e fidelidade (Figueiredo, 2016).

O intercâmbio amoroso entre homens e mulheres tem passado por uma série de mudanças significativas ao longo da história. Pode-se observar que nas últimas décadas a velocidade e a variedade dessas mudanças aumentaram, passando a exigir de cada indivíduo, quando não uma escolha complexa dentre as múltiplas possibilidades de conexão, a criação de um contrato conjugal inteiramente novo. Assim, de um contexto em que os caminhos da vida estavam predefinidos, passou-se a outro, mais plural e justo, na medida em que não obriga ao sacrifício daqueles que por qualquer razão não se adaptam a um padrão único aceitável.

As marcas da desigualdade

Giddens (1999) denomina o casamento e a família contemporâneos “instituições-casca”, apontando que, apesar da manutenção do nome, o seu caráter básico foi alterado. Acrescenta que as sociedades e culturas contaram com muitos tipos de famílias e sistemas de parentesco, mas que é possível encontrar características em comum nas famílias em culturas não modernas, tais como: caráter essencialmente econômico, com transmissão de propriedade pelo casamento; e desigualdade entre homens e mulheres, que se refletia no chamado duplo padrão sexual, diretamente associado à necessidade de comprovar a paternidade dos filhos gerados pela união. A ideia da virtude feminina e do aventureirismo masculino dominava a sexualidade.

O questionamento acerca das diferenças que separam homens e mulheres não é assunto recente, e cada vez mais tem se tornado objeto de discussão, na medida em que as diferenças de poder, oportunidade e tratamento facilmente observáveis no cotidiano são progressivamente apontadas pelos grupos menos favorecidos. Giddens (2001) informa que de modo geral os papéis exercidos pelos homens ainda são mais valorizados e não há notícia, mesmo levando-se em conta a variação cultural, de uma sociedade em que o contrário ocorra. O autor acrescenta que, via de regra, as mulheres ainda são responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico e pela educação primária dos filhos, ao mesmo tempo que pesa sobre os homens a expectativa de que sejam os provedores do sustento familiar ou que ganhem mais que suas parceiras.

O Relatório de Desigualdade Global de Gênero 2017, do Fórum Econômico Mundial, classifica 144 países sobre a desigualdade entre homens e mulheres nas categorias de saúde, educação, economia e representatividade política. Nenhuma nação resolveu completamente o problema em todas as áreas. Após uma crescente melhora desde 2006, quando o índice começou a ser publicado, a desigualdade entre homens e mulheres aumentou em 2017 e, mantendo-se o ritmo atual de avanço, a estimativa para uma solução global é de 100 anos.

O Brasil, que em 2006 estava na 67.^a posição, atualmente ocupa o 90.^o lugar na lista e tem como aspectos mais graves a serem solucionados a pouca representatividade política feminina e a diferença salarial.

Os índices de violência no Brasil, de acordo com o Mapa da Violência: Homicídios de Mulheres no Brasil de 2015, deixam clara a perigosa situação ainda presente ao situar o país como o 5.^o colocado no ranking mundial de homicídios de mulheres em um grupo de 83 países, superado apenas por El Salvador, Guatemala, Colômbia (três países sul-americanos) e a Federação Russa. Um fator relevante para a compreensão do caráter dessa violência está no seu alto grau de domesticidade.

O levantamento traz também dados do Sistema Único de Saúde (SUS), colhidos através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde. São informações decorrentes da notificação compulsória nos casos em que crianças, adolescentes, mulheres ou idosos são vítimas de *violência doméstica, sexual e/ou outras violências*. De cada três vítimas, duas são mulheres e há predominância de agressões praticadas por parentes imediatos, parceiros e ex-parceiros.

Gênero: significados do ser

A compreensão e enfrentamento, mesmo que insuficiente, das desigualdades entre homens e mulheres evoluíram muito a partir dos estudos de gênero. Historicamente, o uso do termo “gênero” é recente e surge na década de 1970 no campo dos chamados estudos sobre as mulheres, que tiveram início com o movimento feminista (Maciel Jr., 2006). Buscavam-se novas explicações para as desigualdades entre homens e mulheres, até aquele momento baseadas em determinismo biológico desencadeado pelo sexo. O autor informa que a socióloga Ann Oakley o introduziu em sua obra *Sex, gender and society*, buscando justamente separar o caráter biológico do sexo da construção sociocultural do gênero.

O objeto de estudo do gênero foi ampliado com o tempo para possibilitar a compreensão das formas de organização e funcionamento das sociedades, de maneira a incluir não apenas as mulheres, mas também as relações entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres e entre homens e homens, construindo uma perspectiva relacional e influenciada por múltiplos fatores de análise, tais como classe social, momento histórico e região geográfica.

Joan Scott, no artigo “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, salienta que o gênero se apresenta como um dos principais elementos constitutivos das relações sociais e pressupõe quatro aspectos interligados entre si:

[...] primeiro – símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição cristã do Ocidente. [...] segundo – conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas, jurídicas e tipicamente tomam forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino. (Scott, 1995, p. 21)

O terceiro aspecto apontado pela autora (Scott, 1995) destaca as relações de gênero no âmbito de discussão das relações sociais e políticas, com base em uma proposta que contrasta com o discurso dominante, de forma a ultrapassar a noção de fixidade e “descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros” (p. 22). Finalmente, o quarto aspecto diz respeito ao gênero como identidade subjetiva.

O conceito, conforme trazido por Kimmel (2005), explica o gênero como o conjunto de comportamentos, atribuições e crenças sobre o que significa ser homem ou mulher. Embora outras variáveis de análise devam ser levadas em consideração, tais como classe social, idade e educação, o autor afirma que seria o gênero, e não a orientação sexual, a força que organiza expressões, desejos e experiências sexuais.

Dessa forma, enquanto o sexo dos indivíduos se refere às diferenças anatômicas e genéticas, o gênero aponta o que foi social e historicamente construído. No entanto, é importante lembrar que o corpo humano também está sujeito à influência da cultura, não havendo sexo ou gênero sem um corpo, que tem limites, trabalha, envelhece, adoece e informa hábitos, contexto cultural e o quanto se está em conformidade com os padrões sociais (Maciel Jr., 2006; Souza, 2015²).

Em obra, Barbieri (1993) explicita:

[...] os sistemas de gênero/sexualidade são o conjunto de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir de uma diferença anatomofisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução humana e em geral ao relacionamento entre as pessoas [...] os sistemas de sexo/gênero são, portanto, o objeto de estudo mais amplo para compreender e explicar a subordinação feminina – dominação masculina. (Barbieri, 1993, p. 149)

Segundo Connell e Pearse (2015), ser homem ou mulher não é determinado pela natureza, nem imposto por normas sociais ou pressões das autoridades: trata-se de uma construção feita cotidianamente. As autoras afirmam que as fronteiras entre os gêneros não são fixas e ganham cada vez mais destaque situações em que indivíduos buscam ultrapassar as crenças e expectativas acerca do seu lugar social designado.

O gênero não marca uma diferenciação neutra, mas impõe uma estratificação social. O duplo padrão resultante da divisão desigual de poder entre homens e mulheres no que se refere à sexualidade permanece, e, com ele, a crença de que o desejo sexual masculino é maior do que o feminino, de que os homens sempre terão como objetivo provar a própria masculinidade através de suas conquistas

2 Comunicação oral: notas de aula da disciplina Masculino e Feminino: entre o público e o privado. Ministrada por Rosane Mantilla de Souza (2015).

sexuais e que as mulheres respeitáveis teriam um impulso sexual consideravelmente menor ou deveriam mantê-lo sob controle – neste contexto, o sexo adquiriria o caráter de competição (Kimmel, 2005; Connell e Pearse, 2015).

Masculinidades e socialização sexual

Embora os homens e a masculinidade aparecessem nos trabalhos de teóricos feministas anteriores à década de 1980, foi apenas a partir desse período que o seu estudo ultrapassou o caráter subsidiário e ganhou destaque como disciplina própria (Giddens, 2001). A partir deste processo reflexivo, foi organizada em 1987, por Michael Kaufman, a primeira coletânea de artigos. Intitulada *Beyond the Patriarchy: essays by men on pleasure, power and change*, tanto homens heterossexuais como homossexuais refletem sobre o sistema patriarcal e apontam o poder e a interiorização de estruturas sociais de opressão como questões centrais desse fenômeno (Maciel Jr., 2006).

A dominação masculina não é negada; no entanto, o autor (Maciel Jr., 2006) considera que os homens são marcados e brutalizados pelo mesmo sistema que os favorece com poderes e privilégios, sendo uma experiência pessoal de dor e alienação, principalmente pela possibilidade de não se encaixar nos padrões esperados. A isso chama de “experiência contraditória do poder masculino” (p. 34).

Connell (1995) define masculinidade como um espaço simbólico que estrutura a identidade de ser homem, incentivando a adoção de atitudes, comportamentos e emoções valorizados. Seguir os modelos disponibilizados socialmente abre acesso ao reconhecimento enquanto homem e ao apoio dos que compartilham desses símbolos. Assim, a masculinidade não tem um modelo único ou fixo, mas representa um conjunto de atributos, valores e condutas que são esperados dos homens de uma determinada cultura e em determinado momento do tempo. Traz ainda o conceito de masculinidade hegemônica – aquela que se tornou o padrão a ser perseguido por todos os homens, dentro de um ideal cultural e perante o qual se

alcança status na sociedade – que é formada por alguns princípios fundamentais. O principal deles é o repúdio a características ligadas ao feminino, ou seja, definindo ser homem como não ser igual a uma mulher. Ainda, observa-se a busca pela aprovação de outros homens, com a exibição dos símbolos de riqueza e poder associados à masculinidade.

Segundo Maciel Jr. (2006), o conceito de masculinidade hegemônica permite pensar no aspecto dinâmico das masculinidades, que são sustentadas por estruturas e normas sociais, dentro de uma dinâmica cultural pela qual um grupo defende uma posição privilegiada e superior aos demais, e que tem como uma de suas partes essenciais o chamado “heterossexismo”. O homem ideal seria “forte fisicamente, bem-sucedido na sociedade, estável e capaz de defender a si próprio e à sua comunidade; além de um excelente amante heterossexual” (p. 58).

A masculinidade, sendo um construto em constante mudança, é elaborada através das relações do indivíduo consigo mesmo, com os outros significativos e com a sociedade. Não há apenas uma forma dela ser vivenciada, existindo também entre os homens diversos modelos de masculinidade e vivências mais valorizadas, em detrimento de outras. Fala-se, então, em masculinidades hegemônicas e masculinidades subordinadas, rejeitando-se a ideia de que todos os homens são iguais. De acordo com Maciel Jr. (2006), a masculinidade também existe em outros níveis que não os da vida pessoal, agindo nas comunidades, na cultura e nas instituições, de forma a produzir padrões de gênero particulares à sua cultura organizacional.

Connell (1995) afirma que, além da hegemonia, existem diferentes posições possíveis nas relações entre as masculinidades, tendo em vista o fato de que a grande maioria dos homens não alcança os ideais valorizados, ou o faz parcialmente. A cumplicidade é caracterizada por aqueles que, mesmo não se ajustando aos modelos dominantes, os defendem e praticam, com vistas a desfrutar da subordinação das mulheres; a subordinação, produzida em comparação ao ideal de superioridade masculina e do que deveriam ser o desempenho e as práticas sexuais, sendo representada principalmente pelos homens

homossexuais; e, por fim, a marginalização, relativa à intersecção das relações de gênero com as estruturas de classe e etnia. Dessa forma, há a desautorização social de grupos que, mesmo compartilhando algumas características com a masculinidade hegemônica, ocupam uma posição inferior ante a autoridade exercida pelo grupo dominante.

A homofobia é mais do que o medo ou o ódio aos homossexuais, e, para os homens, há também o medo de ser desmascarado como uma fraude e visto como afeminado, não masculino ou gay. Esse medo traz consigo a vergonha e com ela o silêncio ante comportamentos condenáveis de outros homens no tratamento de mulheres, minorias, gays e lésbicas; homofobia e sexismo andam de mãos dadas. Não é incomum que homens heterossexuais gastem muito tempo e energia demonstrando a sua masculinidade para que ninguém fique com uma impressão errada a seu respeito; as mulheres costumam se preocupar menos com isso. Os comportamentos compensatórios geralmente envolvem performances estereotipadas, com os indivíduos agindo de forma exageradamente masculinizada ou feminina (Kimmel, 2005).

Todas as sociedades apresentam um conjunto de regras objetivando regulamentar os comportamentos sexuais e as relações interpessoais, com algumas interações e comportamentos sendo aprovados enquanto outros são condenados (Giddens, 2001). O autor aponta a convivência na atualidade de atitudes mais tradicionais e libertárias em relação à sexualidade. Torna-se cada vez mais comum a concordância acerca da importância do prazer sexual para homens e mulheres, o que remete à necessidade de se compreender o processo subjacente, ou seja, a sua transmissão e construção: a socialização sexual.

A socialização sexual (Kimmel, 2005) dos indivíduos é o processo responsável pela transmissão dos valores, normas e expectativas sociais sobre o comportamento sexual dos seus integrantes e responderia pela semelhança acerca do que é considerado normal ou desviante dentro de cada cultura em um determinado momento histórico. Dessa maneira, aprende-se, por exemplo, quais seriam os

parceiros sexuais adequados, quem pode ser objeto do desejo sexual e como/quando/onde se fazer sexo – via de regra segundo os ideais heteronormativos presentes na quase totalidade das instituições.

A socialização sexual ocorre por meio da cultura, que, dentro daquilo considerado aceitável para os grupos sociais, orienta roteiros e comportamentos. Consequentemente, as práticas sexuais são distintas entre as sociedades, mas também entre os diversos segmentos sociais que as compõem. As relações de gênero afetam diretamente a construção desta transmissão cultural (Heilborn, 2006). A autora ressalta que, apesar de algumas regras serem reconhecidas por quem a elas adere, muitas são inconscientes e influenciam por quem nos sentimos atraídos e quem escolheremos como parceiro sexual.

A heteronormatividade se refere a uma ideologia que reconhece como superior e correto aquilo que culturalmente foi associado à heterossexualidade, incluindo uma perspectiva tradicionalista de gênero e da vida familiar – o que resulta em um entendimento binário e estático de gênero e na exclusão e sofrimento daqueles que por qualquer motivo não se enquadrem (Oswald, Blume e Marks, 2005; Connell e Pearse, 2015).

Nos últimos anos a experiência sexual de homens e mulheres se aproximou em razão das mudanças no comportamento feminino, sendo que as mulheres começaram a poder separar o prazer sexual da reprodução – algo que sempre foi acessível aos homens (Giddens, 1992; Kimmel, 2005). O duplo padrão sexual, explicado por Kimmel (2005) como o peso desigual atribuído ao mesmo comportamento conforme praticado por homens ou mulheres, não foi extinto, mas as regras e as consequências à sua desobediência não são impostas com a mesma consistência e agressividade de antes.

Kimmel (2005) fala em masculinização do sexo, referindo-se à busca pelo prazer, aumento do número de parceiros sexuais, interesse na experimentação sexual e a separação entre sexo e amor. Essa transformação seria resultado de avanços tecnológicos, que vão desde a pílula anticoncepcional até a internet, e também da promessa da revolução sexual de maior liberdade sexual com menores consequências

físicas e emocionais. O autor destaca o papel das mulheres, que desafiavam e buscam reconstruir a percepção de uma sexualidade feminina passiva e receptiva.

As relações de gênero podem ser observadas com clareza no intercâmbio sexual, influenciando inclusive o campo das fantasias sexuais, que “podem ser entendidas como ilustrações das diferenças de gênero que são construídas socialmente” (Kimmel e Plante, 2005, p. 46). Realizando uma pesquisa acerca das fantasias sexuais com 340 estudantes de graduação de ambos os sexos, os autores observaram diferenças significativas entre respostas de homens e mulheres que foram solicitados a narrar uma fantasia sexual recorrente.

Entre os resultados foi possível observar que as fantasias narradas pelos homens tendiam a ser mais curtas, principalmente em razão da ausência de elementos ligados à emoção e à construção de um cenário sensual. Nas fantasias femininas, os parceiros eram homens conhecidos – parceiros atuais ou passados; nas relações descritas nos relatos masculinos a identidade das mulheres representadas era incerta, podendo ser estranhas, amigas ou múltiplas parceiras. Por fim, a linguagem dos homens e mulheres refletiam as respectivas posições de poder tradicionalmente vistas em sociedade.

Os autores apontam as possíveis consequências negativas das diferenças de poder e expectativas narradas nas fantasias na negociação da prática de sexo seguro – uso de contracepção e métodos para evitar o contágio por doenças sexualmente transmissíveis. Ainda, é possível que as dificuldades advindas do confronto das fantasias individuais com a realidade possam desencadear situações de assédio e estupro.

Considerações finais

No cenário contemporâneo existe uma demanda de frequentes renegociações e reconstruções de expectativas e entendimentos acerca da dinâmica relacional entre homens e mulheres nos mais variados setores da vida cotidiana.

Giddens (1999) destaca a importância das mudanças que vêm ocorrendo nas vidas pessoais, incluindo sexualidade, nos relacionamentos, no casamento e na família. O autor ressalta o impacto global, embora tudo ocorra desigualmente e encontre ainda muitos obstáculos e opositores. Buscar entender as inovações que tentam dar conta da complexidade atual é passar pela vivência masculina e pelos modelos que regem seus comportamentos e ideais, destacando aqui a experiência da conjugalidade.

As relações de gêneros, construídas dialeticamente, refletem as crenças e contradições dos indivíduos – homens e mulheres – que compõem uma sociedade. As experiências de homens e mulheres, enquanto distintas, se relacionam e complementam, de forma que o intercâmbio do poder não passa isoladamente pelo campo do Direito, da mídia ou das instituições sociais, sendo as desigualdades sustentadas por práticas cotidianas que produzem identidades e modelam comportamentos.

Referências

- BARBIERI, Teresita de (1993). Sobre la categoria genero: Una introduccion teorico-metodologica. *Revista Debates en Sociología*, n. 18, pp. 145-169.
- CONNELL, Robert William (1995). *Masculinities: knowledge, power and social change*. Los Angeles, University of California Press.
- CONNELL, Robert William e PEARSE, Rebecca. (2015). *Gênero: uma perspectiva global*. 3 ed. São Paulo, nVersos.
- FIGUEIREDO, Lígia Baruch (2016). *Tinderelas: busca amorosa por meio de aplicativos para smartphones*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- GIDDENS, Anthony (1992). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, Editora Unesp.
- GIDDENS, Anthony (1999). *Mundo em descontrole*. 3 ed. Rio de Janeiro, Record.
- GIDDENS, Anthony (2001). *Sociologia*. 4 ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- HEILBORN, Maria Luiza (2006). Entre as tramas da sexualidade brasileira. *Estudos Feministas*, v. 14, n. 1.

- HIME, Flávia Arantes. (2008). A biografia feminina e a história das relações amorosas. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, UFSC.
- KIMMEL, Michael Scott (2005). *The gender of desire: essays on male sexuality*. Nova York, State University of New York Press.
- KIMMEL, Michael Scott e PLANTE, Rebecca F. (2005). “The gender of desire: the sexual fantasies of women and men”. In: KIMMEL, Michael Scott. *The gender of desire: essays on male sexuality*. Nova York, State University of New York Press, p. 46.
- LIPOVETSKY, Gilles. (2010). Entrevista a Gilles Lipovetsky. *Revista Comunicação e Cultura*, n. 9, pp. 155-163.
- MACIEL JR., Plínio de Almeida (2006). *Tornar-se homem: o projeto masculino na perspectiva de gênero*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MORICI, Ana Carolina (2008). “Pós-modernidade: novos conflitos e novos arranjos familiares”. In: MACEDO, Rosa Maria Stefanini (org.). *Terapia familiar no Brasil na última década*. São Paulo, Rocca, pp. 64-71.
- NETO, João Alves da Silva e STREY, Marlene Neves (2008). “Mudanças e não mudanças na conjugalidade”. In: MACEDO, Rosa Maria Stefanini (org.). *Terapia Familiar no Brasil na última década*. São Paulo, Roca, pp. 435-448.
- OSWALD, Ramona Faith, BLUME, Libby Baiter e MARKS, Stephen R. (2005). “Decentering heteronormativity: a model for family studies”. In: BENGTON, Vern L. et al. (eds.). *Sourcebook of family theory & research*. Los Angeles, Sage Publications, pp. 143-165.
- SCOTT, Joan (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez.

Ser um jovem gay afeminado na comunidade LGBT

Edson Luiz Defendi

O objetivo do presente ensaio é apresentar e discutir um dos resultados de minha pesquisa acadêmica que resultou na tese de doutorado intitulada *Jovens homossexuais masculinos, internet e promoção de saúde: desafios em assumir e revelar a orientação sexual* (Defendi, 2019), realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Esse resultado, categorizado na referida tese como “desafio ao lidar com o preconceito de gênero dentro da comunidade LGBT”, evidenciou a reflexão realizada pelos participantes da pesquisa – homens entre 18 e 24 anos, cisgêneros e gays – sobre seus sentimentos e percepções de como a comunidade LBGT, mais especificamente os homens gays, está estruturada de acordo com uma lógica de gênero que hierarquiza e discrimina gays considerados “afeminados”, ou seja, que têm sua expressão e performance de gênero associadas ao feminino, fugindo, de certo modo, das injunções normativas de certa masculinidade tida como hegemônica.

O ensaio está organizado da seguinte forma: uma breve apresentação sobre os principais desafios de jovens homossexuais masculinos, os atravessamentos e performance de gênero entre homens gays, e reflexões baseadas nas experiências de jovens gays sobre suas percepções em relação ao preconceito de gênero dentro da comunidade LGBT.

O jovem gay e seus desafios

Atentemos para a fala de Gael (nome fictício), um jovem de 18 anos, sobre os desafios em perceber-se gay.

Sei lá, eu preciso me conhecer, aí eu fui pesquisar entrei na internet eu pensei eu preciso me conhecer, aí o que que eu sou, será que eu sou gay? aí eu coloquei lá na internet um questionário e deu sim, sim, sim [risos], aí sou gay e aí eu via isso como um problema, entrava e procurava na internet como se fosse um problema, tipo assim como curar, era um sofrimento muito grande só que depois eu fui descobrindo que não, que isso que não é problema, o problema está na sociedade e não em mim e não no que eu sou... fora que me ajudou muito quando me sentia sozinho. (Gael, 18 anos)

Uma pergunta básica surge na fala de Gael. Eu preciso me conhecer, eu preciso saber quem eu sou. Tomar consciência sobre a homossexualidade é descrito na literatura como um grande desafio psicossocial para jovens e adolescentes gays.

O psicólogo e pesquisador norte-americano Ritch Savin-Williams, estudioso dessa temática, refere que a percepção sobre ser homossexual traz uma série de questionamentos e medos para o indivíduo. Tomar consciência sobre a homossexualidade pode ser considerado uma jornada de autoconhecimento com experiências ambíguas e com presença de diversos fatores de riscos psicológicos, no que tange ao reconhecimento e ao desafio em integrar a homossexualidade, e o jovem gay se sente diferente de seus pares heterossexuais em uma sociedade heteronormativa que valoriza e preconiza formas hegemônicas de viver e de se relacionar, afetiva e sexualmente (Savin-Williams, 1996; 2001; 2005; 2016).

Outro importante desafio para jovens gays é o de contar ou revelar para as pessoas seus desejos homoeróticos e experiências afetivo-sexuais, partilhando essas informações com pessoas de sua rede pessoal e social, ou seja, realizar a “saída do armário”, viver visivelmente como um homem gay. Do ponto de vista psicológico, Correia

(2014), citando Lipkin (2004, p. 36), refere que a experiência de “tornar pública a orientação homossexual aumenta a integridade pessoal, diminui os sentimentos de isolamento, ajuda na integração e aumenta a intimidade nos relacionamentos”, reforçando a importância de considerar a saída do armário, a consciência e a aceitação da homossexualidade como marcantes desafios no desenvolvimento pessoal de jovens gays, algo que imprime qualidade nos relacionamentos interpessoais (Guitar, 2014; Drescher, 2014).

Na medida que tomam consciência de sua homossexualidade e a revelam publicamente, jovens gays apresentam-se mais vulneráveis e sujeitos a uma série de discriminações e violências. O Brasil vem sendo apontado como um dos países mais homofóbicos do mundo, com elevados índices de agressões, e, em casos extremos, homicídios e crimes de ódio (ABGLT, 2016; Grupo Gay da Bahia, 2018).

Isso pode ser exemplificado pelo caso de Itaberli Lozano,¹ um jovem gay de 17 anos assassinado por sua família em 2016. A motivação do crime foi a homofobia da família, que, além de não aceitar a orientação afetivo-sexual do jovem, o acusava de ser uma “bicha afeminada” que envergonha e desonrava a família.

Situações de agressão, violência e discriminação a homossexuais demonstram o preconceito contra esse grupo e, como discutem Nunan (2003) e Trevisan (2018), os homossexuais se tornam uma ameaça, não apenas por “violarem” normas sexuais com suas dissidências afetivas e sexuais, mas principalmente por transgredirem normas estruturais de gênero.

Os relatos de humilhação, *bullying* e *cyberbullying* oriundos de preconceito com base em performances de gênero revelam o sofrimento vivido cotidianamente por jovens gays. São ofensas, xingamentos e insultos que perpassam as construções sociais e culturais de gênero, evidenciando que comportamentos, expressões, atitudes e modos de ser de homens gays que se assemelham com as prescrições

1 Ver: <https://veja.abril.com.br/brasil/mae-que-matou-filho-por-ele-ser-gay-e-condenada-a-25-anos-de-prisao-em-sp/>

sociais e culturais atribuídas ao feminino produzem maior preconceito e risco à violência, ou seja, a tolerância social em relação a jovens gays afeminados é muito menor, o que os coloca em situação de maior vulnerabilidade.

Como afirmam De Jesus e Martelli (2017, p. 24),

[...] os sujeitos afeminados sofrem preconceitos e discriminação, assim como todos os que são diferentes do padrão estabelecido socialmente, todavia, esses tipos de violência dificilmente cessam justamente por não se pode esconder, ser afeminado é uma postura, um jeito, uma roupa, tudo exposto ao julgo social, e é na infância e na adolescência, na família e na escola que essas situações de violência mais ocorrem.

Portanto, as ofensas culturalmente baseadas em preconceito de gênero direcionado a jovens gays, tais como “mariquinha”, “bichinha louca”, “mulherzinha”, “afeminada”, são utilizadas para promover violências, ampliando a vulnerabilidade psicossocial desse grupo. Isso aponta como o “crescer como masculino” elenca uma série de desafios para adolescentes e jovens gays, o que será exposto a seguir.

Gênero, masculinidade e homossexualidade

Vamos aos depoimentos de Elton (nome fictício), um jovem gay de 22 anos de idade.

[...] na adolescência, acho que 14 ou 15 anos, eu comecei a ver que eu me atraía muito por meninos, por homens, e aí isso começou a se tornar um caos na minha vida... uma coisa horrível, por que eu achava que ia pro inferno, que era pecado, que era errado, a minha família sempre foi muito preconceituosa, mais uma parte da minha família do que meu pai e minha mãe, e então eu sempre vi isso com maus olhos, eu sempre sofri muito preconceito do meu tio, que falava que eu era muito afeminado, que eu andava de um jeito estranho, perguntava na mesa do almoço se eu não tinha namorada, quando eu ia começar a namorar... (Elton, 22 anos)

[...] venho aprendendo a me portar de uma forma mais masculina para me tornar aceito e não sofrer tanto, isso nos ambientes que eu me sinto mais exposto; então, isso para mim também é um desafio... difícil... (Elton, 22 anos)

Elton expõe seu sofrimento psíquico resultante das expectativas sociais e familiares sobre sua homossexualidade e quanto se sente pressionado para mudar comportamentos e se tornar um homem de verdade. Nessa lógica, apoiada em uma ordem de gênero binária, não é desejado que Elton seja “afeminado”. Pelo contrário, é desejado e esperado que tenha comportamentos “masculinos” e que tenha uma namorada, ou seja, que seja um homem heterossexual. Vale a pena citar, no segundo trecho do depoimento de Elton, que, para minimizar seu sofrimento, fruto da cobrança social, para que se enquadre nas prescrições normativas de gênero masculino, ele passa a se “portar” mais como homem para não ser rechaçado.

Essas experiências revelam o processo de crescer e se desenvolver como masculino em uma sociedade fundamentalmente heteronormativa. Estar em consonância com as prescrições normativas de gênero é considerado um aspecto estressor relacionado à assunção e à revelação da homossexualidade masculina, especialmente porque isso subverte e fere a lógica da construção social, cultural e psicológica das masculinidades.

Como afirma Kimmel (2013), vivemos em uma sociedade genericificada, na qual o conceito de gênero deve ser compreendido dentro de uma perspectiva relacional e dinâmica, se referindo a algo que as pessoas “fazem” em suas relações interpessoais. Sob essa perspectiva, gênero não é uma propriedade dos indivíduos, “uma coisa que se tem”, mas um conjunto específico de atitudes e comportamentos que são produzidos e construídos em situações e contextos sociais específicos; um atributo situacional no qual produzimos e somos intensamente influenciados pelos significados atribuídos ao masculino e ao feminino. Portanto, as relações de gênero perpassam as relações de poder, subordinação, divisão de tarefas e práticas sociais e outros direcionamentos

que têm suas raízes sustentadas hierarquicamente por instituições sociais como o Estado, a Igreja e a família, que mantêm uma ordem de gênero prescrita e heteronormativa (Kimmel, 2013).

Em seu artigo “Crescer como Masculino”, Connell (2016) demonstra que esse desenvolvimento e processo “apontam para a importância de uma abordagem relacional de gênero, que entende as masculinidades como construções, por vezes provisórias, e, por vezes, em longo prazo, dentro de uma ordem de gênero” (p. 158). Como as masculinidades são experiências vividas nas práticas sociais, elas revelam as posições e as configurações do que se considera atributo masculino numa determinada cultura, marcando a posição do ser homem no contexto social.

Como preconiza Connell (2016), múltiplas construções de masculinidades são possíveis e as diferenças entre elas não coexistem necessariamente de forma linear. Existem situações concretas de hegemonias, hierarquias, exclusões, negociações e, por vezes, de tolerância entre as diferentes masculinidades. Tal premissa nos revela que a homossexualidade é entendida como desviante da cultura heteronormativa, afetando diretamente adolescentes e jovens gays percebidos como “*não sendo homens de verdade*”, como expressões de uma masculinidade marginalizada.

Em seu livro *Tornar-se homem: projetos masculinos na perspectiva de gênero*, Maciel Júnior (2013) discute como “ser” e “tornar-se” homem na sociedade impõe aos homens uma série de pré-requisitos sobre o que define a “verdadeira” masculinidade: condições e características associadas à força, resistência, competência física e heterossexualidade definem o ser masculino e sua posição hegemônica nas relações sociais. Os comportamentos e atitudes que “destoam” das prescrições sociais de gênero que definem as masculinidades influenciam a construção do “ser masculino” para homens homossexuais que também foram socializados dentro de regras e lógicas do ser masculino, que, em nossa cultura, apresentam uma enorme correlação com a heterossexualidade.

Dessa forma, os homens são pressionados social e psicologicamente a afirmar sua masculinidade e escamotear condições que não sejam culturalmente estabelecidas como masculinas. Para os homens gays, isso pode gerar confusão e conflitos na construção de sua identidade masculina, em virtude da violência e da discriminação social, que diariamente questionam sua masculinidade pelo fato de serem gays e exporem, divulgarem ou revelarem socialmente sua orientação sexual. Essas injunções prescritivas masculinas são as que produzem maior preconceito e violência voltados para homens gays afeminados, pois estes se assemelham às mulheres em seu jeito de se relacionar e de viver, encontrando, inclusive, muito preconceito dentro do próprio grupo gay (Trevisan, 2018; Antunes, 2016; Nunan, 2010).

Quando se trata do preconceito dentro da própria comunidade LGBT, são inevitáveis os questionamentos sobre quanto a reprodução de certas expressões de gênero associadas às masculinidades hegemônicas está presente entre homens gays e como os jovens afeminados são os que mais sofrem preconceito dentro de uma comunidade que, em princípio, deveria ser totalmente acolhedora e proteger seus pares.

Ser afeminado na comunidade LGBT

Como mencionado na introdução deste ensaio, um dos pontos que chamaram a atenção em nossa pesquisa com jovens gays foi a percepção deles sobre o preconceito existente na comunidade LGBT, mais especificamente na comunidade gay, preconceito esse relacionado às performances de gênero.

O relato de Daniel (nome fictício), um jovem de 24 anos, evidencia essa situação.

[...] uma coisa da sociedade que eu acho não é só a sociedade hetero podemos dizer no meio gay também é muito difícil, podemos dizer porque, quando você é afeminado, por exemplo, você não é aceito nesta porcaria deste meio. (Daniel, 24 anos)

A experiência de Daniel e a de outros relatos de jovens gays revelam situações de preconceito e opressão dentro da própria comunidade gay. Parece existir um cenário paradoxal, ou seja, além de apoiar, o grupo LGBTQ também pode oprimir seus participantes. Isso leva à reflexão sobre quanto a naturalização e a socialização de gênero se fazem estruturantes nesse contexto, reproduzindo, como dito, performances de masculinidades hegemônicas que levam jovens homossexuais “mais afeminados” a experimentar maior discriminação e rejeição (Defendi, 2019).

A comunidade LGBTQ, e mais especificamente o grupo de homens gays, é extremamente diversa e heterogênea e tem sido objeto de estudos, com foco em diversos temas: espaço de segurança, pertença e socialização; mobilização social para conquista de direitos e ativismos; ampliação de espaços da comunidade nas grandes cidades com o fenômeno de maior visibilidade do mercado consumidor homossexual, entre outros assuntos (Nunan, 2003; Macrae, 2005; Simões e França, 2005; Facchini, 2018). Com o avanço da tecnologia e da comunicação em rede, as comunidades virtuais vêm aumentando exponencialmente, o que gera grande visibilidade e confere muitas possibilidades, principalmente para jovens gays (Defendi, 2019; Nussbaumer, 2008).

Vivências afeminadas produzem e possuem potências para embaralhar as características masculinas de gênero prescritas socialmente, pois, como elucida Nonato (2020), pessoas afeminadas provocam e evocam um lugar diferenciado da lógica cisheteronormativa, um deslocamento e uma transição de suas experiências, sendo identificadas como homens com uma performance associada ao feminino, algo geralmente percebido de forma abjeta pela sociedade, o que produz estigmas e violências.

Dessa forma, a performance afeminada entre jovens gays contribui com a produção de estigmas a esse grupo manifestos em

expressões tais como “bichinhas poc-poc”², “bichinhas trá-lá-lá”³ e “bichinha pão com ovo”, expressão que traz embutida em seu sentido uma carga de opressão que intersecciona gênero, origem e classe social, pois assim são designados os jovens gays afeminados de baixa renda originários de regiões periféricas da cidade.

Existem outras performances de gênero e estereótipos associados a homens gays dentro da comunidade LGBT. Podemos citar, por exemplo, os ursos, uma “tribo” ou um grupo com características bem marcantes na comunidade LGBT. Como argumenta Guedes (2018), os “ursos” formam uma subcultura dentro do universo LGBT. Trata-se de um grupo cujos integrantes apresentam autoconceito e práticas subjetivas associadas à masculinidade hegemônica e que se contrapõem por vezes às expressões de gênero associadas ao feminino presentes nas performances de gays afeminados. Os ursos valorizam estéticas corporais “masculinas” – a presença de corpos peludos, rostos com barbas e geralmente são mais pesados.

Outro grupo presente na comunidade LGBT são as *barbies*, fazendo alusão à boneca norte-americana. Segundo Nunan (2003, p. 146), “[...] as barbies podem ser definidas como homossexuais musculosos que vivem para modelar o corpo (através de intermináveis horas de exercícios físicos, ingestão de hormônios e dietas alimentares específicas) de acordo com o conceito exacerbado de masculino”. A autora ainda argumenta que esse fenômeno de “construir” um corpo viril e musculoso pode ser considerado uma estratégia de aceitação social para homossexuais, pois sua aparência externa está associada aos padrões de masculinidade, também se contrapondo aos “corpos” tidos como afeminados. Como menciona Trevisan (2018), há uma “brincadeira” na comunidade LGBT segundo a qual as *barbies* são

2 O termo “poc-poc” faz alusão ao barulho do sapato de salto alto utilizado por mulheres e, portanto, quanto mais afeminado, mais “poc-poc” é classificado o homossexual na comunidade LGBT.

3 O termo “tra-lá-lá” remete a uma “voz fina” que se assemelha a uma voz feminina e que designa uma performance de gênero afeminada para um homem homossexual.

os gays que têm “*corpo de Tarzan, voz de Jane e cabeça de Chita*”, o que evidencia o preconceito de gênero, o sexismo e a homofobia dentro do próprio grupo e comunidade LGBT.

No artigo “Clínica Psicológica e público LGBT”, Toledo e Pinafi (2012) discutem como a homofobia e as “sátiras homofóbicas” produzidas com base no sexismo, na misoginia e nos estereótipos do gênero feminino estão presentes entre homossexuais, que se utilizam dessas “violências” para menosprezar e atacar gays afeminados. Isso cria ambientes inseguros que podem impactar psicologicamente esse grupo (Nussbaumer, 2008), algo também observado entre os participantes de nossa pesquisa (Defendi, 2019).

Considerações finais

Faz-se mister considerar que os estressores ambientais que impactam a vida de jovens gays precisam ser analisados de forma sistêmica e que os padrões normativos de masculinidades vão definindo e regulando as relações existentes dentro do grupo gay. A rejeição ao gay afeminado advinda desses padrões entre homens homossexuais evidencia a reprodução da heteronormatividade, chamando a atenção para a idealização de uma comunidade que promete um paraíso, mas que muitas vezes pode se mostrar um inferno para jovens gays afeminados.

Cabe-nos concluir que os preconceitos de gênero oriundos da comunidade gay são temas desafiadores para jovens gays afeminados. A ameaça da homofobia e das prescrições masculinas hegemônicas de gênero está presente em todos os contextos sociais, o que exige desenvolvimento de estratégias de enfrentamento para assunção e revelação social da homossexualidade.

Para jovens gays afeminados, esses processos podem se revestir de maior vulnerabilidade, pois sua expressão de gênero pautada em atitudes e comportamentos associados ao feminino é por si só provocativa e transgressora. A diversidade gera incômodos: viver “fora” e para “além de normas estruturantes”, como são as ordens e normas de gênero, produz transformações sociais e permite a expressão genuína

de todos. Reconhecer a diversidade de expressões dentro da comunidade gay, entender as diferenças geradas por expressões diversas e compreender a lógica opressora da masculinidade neste contexto ajuda-nos a desvelar e compreender experiências de jovens gays, e mais especificamente de jovens gays afeminados.

Referências

- ABLGT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2016). *Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil, as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Disponível em: <http://www.ablgt.org.br/docs/IAE-Brasil.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.
- ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco (2016). *Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo*. Tese de doutoramento em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CONNELL, Raewyn (2016). *Gênero em termos reais*. São Paulo, nVersos.
- CORREIA, Rute Isabel Brasão (2014). *Identidade e gestão da visibilidade em jovens gays, lésbicas e bissexuais*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Évora, Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora.
- DEFENDI, Edson Luiz (2019). *Jovens homossexuais masculinos, internet e promoção de saúde: desafios em assumir e revelar a orientação sexual*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- DE JESUS, Atair José Bernardino e MARTELLI, Andrea Cristina (2017). “Afeminada”: a construção da identidade de sujeitos. *Travessias*, n. 1, jan./abr.
- DESCHER, Jack (2014). O que tem em seu armário? In: LEVOUNIS, Petros, DRESCHER, Jack e BARBER, Mary. *O livro dos casos clínicos GLBT*. Porto Alegre, Artmed. pp. 21-34.
- FACCHINI, Regina (2018). “Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT”. In: GREEN, James Naylor et al. (orgs.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo, Alameda, pp. 311-331.
- GRUPO GAY DA BAHIA (2018). *Pessoas LGBT mortas no Brasil. Relatório GGB 2018*. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>. Acesso em: jan. 2019.
- GUEDES, Dilcio Dantas (2018). Subcultura gay bear: autoconceitos, práticas subjetivas e saúde mental. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, n. 1, mar.

- GUIAR, Nicholas (2014). *Coming-out: new dynamics*. Boulder CO, First Forum Press.
- KIMMEL, Michael Scott (2013). *The Gendered Society*. Oxford, Oxford University Press.
- LIPKIN, Arthur (2003). *Beyond Diversity Day: A Q&A on gay and lesbian issues in schools*. Lanham, Rowman & Littlefield Publishers.
- MACIEL JÚNIOR, Plínio de Almeida (2013). *Tornar-se homem: projetos masculinos na perspectiva do gênero*. Rio de Janeiro, Livre Expressão.
- MACRAE, Edward (2005). “Em defesa do Gueto”. In: GREEN, James Naylor e TRINDADE Ronaldo (orgs.) *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo, Editora da Unesp, pp. 291-308.
- NONATO, Murillo (2020). *Vivências afeminadas pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes*. Salvador, Devires.
- NUNAN, Adriana (2003). *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro, Caravansaraí.
- NUNAN, Adriana (2010). Preconceito internalizado e comportamento sexual de risco em homossexuais masculinos. *Psicologia Argumento*, n. 62, jul./set.
- NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (2008). Identidade e sociabilidade em comunidades virtuais gays. *BAGOAS – Estudos gays: gênero e sexualidade*, n. 2, jan./jun.
- SAVIN-WILLIAMS, Ritch (1996). “Self-labeling and disclosure among gay, lesbian, and bisexual youths”. In: LAIRD Joan e JAY-GREEN, Robert (orgs.). *Lesbians and gays in couples and families – a handbook for therapists*. San Francisco, Jossey-Bass Inc., pp. 153-182.
- SAVIN-WILLIAMS, Ritch (2001). *Mom, Dad. I’m a gay. How families negotiate coming-out*. Washington, American Psychological Association.
- SAVIN-WILLIAMS, Ritch (2005). *The new gay teenager*. Cambridge, Harvard University Press.
- SAVIN-WILLIAMS, Ritch (2016). *Becoming Who I Am: Young men on being gay*. Cambridge, Harvard University Press.
- SIMÕES, Júlio e FRANÇA, Isadora Lins (2005). “Do ‘gueto’ ao mercado”. In: GREEN, James Naylor e TRINDADE, Ronaldo (orgs.) *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo, Editora da Unesp, pp. 309-336.
- TREVISAN, João Silvério (2018). *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro, Record.
- TOLEDO, Livia Gonsalves e PINAFI, Tania (2012). A clínica psicológica e o público LGBT. *Psicologia Clínica*, n. 1, jan.

“Quando você é moleque e tá na rua é bandido. Quando é adulto, é uma bênção sexual”: masculinidades e raça na prostituição de luxo masculina

Renato Caio Silva Santos

Como explicam Belém et al. (2018), a prostituição representa um fenômeno abrangente, comumente encontrado em diversas sociedades, cuja gênese data de civilizações antigas. Ainda que a prática continue sendo realizada nos dias atuais, passou a dividir o espaço com diversos serviços sexuais, como os que são encontrados em boates, saunas e centros de massagens, além de ambientes virtuais e midiáticos, que, em sua maioria, são marcados pela mercantilização do erótico, mas não se restringem ao ato de prostituição.

Segundo Cecarelli (2008), a gênese da prostituição ocorre na díade do ato sexual *versus* ganhos financeiros, na qual os indivíduos comercializam os seus corpos para a realização de práticas eróticas e/ou sexuais para outros sujeitos. Nessa prática, o corpo torna-se o principal instrumento de trabalho, sendo moldado ao olhar e ao desejo do outro.

Utilizar-se-á aqui o termo “profissional do sexo” com o objetivo de descrever aqueles que utilizam do próprio corpo e da prática de atividades sexuais como forma de trabalho. Isso posto, a prostituição masculina, a que interessa neste âmbito, caracteriza-se pelo

fato de que quem se prostitui é o homem. Torna-se importante destacar isso, pois implica desfazer uma associação comum e esperada entre a venda de favores corporais e feminilidades, percebendo a inserção do homem no mundo da prostituição não como cliente, mas como objeto.

Os homens profissionais do sexo, garotos de programa, *michês* ou *boys*, são compreendidos neste contexto como indivíduos do sexo masculino, adolescentes ou adultos, que comercializam, através da imagem, os atributos de uma identidade reconhecida socialmente como masculina. Independentemente da identidade ou do desejo que esses jovens possam ter, o que se negocia na relação é o desejo e a virilidade objetificados no corpo ou em partes dele (Perlongher, 1987; Barreto, 2017). Como explica Barreto (2017, p. 67), “o *boy* não existe como pessoa, só existe como fantasia do cliente”. Nessa acepção da prostituição como possibilidade da realização do desejo do outro, os símbolos são fundamentais: cria-se aquilo que o público quer ver, comprar e usufruir, com a concepção de imagens e fantasias. Tal fato é denominado por Perlongher (1987) de *caráter teatral da prostituição*, já que surge da possibilidade de a sexualidade ser um universo de negociação e desestabilização de convenções de gênero e corporeidade.

Considerando os aspectos apresentados, realizei tese de doutorado (Santos, 2019) tendo como objetivo compreender os sentidos atribuídos à masculinidade e ao uso do corpo entre garotos de programa de luxo da cidade de São Paulo. Foram realizadas entrevistas semidirigidas com 8 garotos de programa de alto padrão que anunciavam seus serviços em sites voltados à prostituição de luxo. Para a seleção dos participantes foi realizado o levantamento dos perfis ativos nos sites, com posterior contato individual, no qual foi realizado convite para a participação da pesquisa. Todos, na época das entrevistas, realizadas ao longo de 2018, cobravam valores que variavam de R\$ 250,00 a R\$ 600,00 por hora.

Não somente durante as entrevistas, mas também na análise das fotos e do conteúdo dos sites, um aspecto chamou minha atenção: a quase completa ausência de garotos de programa negros. Entre vários

brancos e loiros, hegemônicos, apenas um negro estava presente no site na época da seleção dos participantes; por sua vez, nas descrições dos perfis, uma série de termos como "mulato", "moreno de sol" e "moreno da cor do pecado" proliferavam indicando algumas variações raciais entre o branco e o negro.

Como decorrência, o objetivo deste ensaio é refletir sobre o papel do corpo negro na prostituição de luxo e as conexões com um padrão social mais amplo, historicamente construído e perpetuado. Para tanto, serão utilizadas e apresentadas falas dos próprios entrevistados, gravadas durante a entrevista e transcritas *a posteriori*, os quais aparecerão com nomes de deuses gregos, como consta na tese original.

Internet e prostituição de luxo

Segundo Miskolci e Pelucio (2008), simbolicamente, o garoto de programa é para o homem, o que a travesti é para a mulher, ou seja, uma intensificação de características gendrificadas.¹ Essa analogia se mostra válida principalmente no apontamento de que não há algo como uma característica feminina ou masculina, mas sim construções.

Dessa forma, a alma do negócio na prostituição masculina é o desejo pelo homem de verdade, ou seja, pelo padrão de masculinidade idealizado no contexto brasileiro (branco, heterossexual, alto e, muitas vezes, musculoso). Seu culto, de forma consoante, demonstra como o desejo por alguém pode ser associado a um conformismo da ordem heterossexual, às suas normas de gênero, aos seus padrões estéticos e até à gramática das relações sexuais. "Dorsos fortes, bíceps inchados, membros dilatando e jeans apertados servem

1 Para a construção deste ensaio, parte-se da definição de Connell (1995, 2016), pela qual as masculinidades são, em si, espaços simbólicos que servem para estruturar a identidade de ser homem, modelando atitudes, comportamentos e emoções a serem adotados. Aqueles que seguem referidos modelos (hegemônicos) não só recebem o atestado de homem como também não são questionados pelos outros que compartilham desses símbolos. Assim, as masculinidades representam um conjunto de atributos, valores, funções e condutas, valorativas ou não, que se espera que um homem tenha em uma determinada cultura.

de identidades iconográficas em páginas de sites de relacionamentos, em que rapazes viris oferecem seus corpos marcados pelo excesso” (Miskolci e Pelucio, 2008, p. 18).

Na teatralidade que marca a prostituição, há de se considerar o ambiente no qual ela ocorre. Considerando que nem todo homem que se relaciona afetivo-sexualmente com outros homens se sente confortável em declarar publicamente suas práticas em uma sociedade arraigada em valores heteronormativos, o ambiente virtual apresenta uma transformação nas interações homoafetivas, a partir da possibilidade da manutenção de sigilo e confidencialidade em relação ao mundo real (Miskolci, 2014).

Para além disso, este contexto possibilita uma intensa segmentação do desejo por preferências corporais, orientação sexual, idade, raça e localização geográfica, criando o que Pelucio (2015) chama de *redes relacionais seletivas*. Estas, enraizadas na lógica da produção de espaços diferenciados de acordo com objetivos, estimulam a higienização dos corpos para serem vendidos, os quais devem conter características desejadas pela maioria, mas obtidas somente por uma minoria.

No caso da prostituição de luxo, para além dos corpos marcados e do atendimento diferencial em *flats*, o qual garante o sigilo e a segurança requisitados pelos clientes, o *marketing* realizado em sites de prostituição merece um papel de destaque, pois é por meio deste que os corpos passam a ser objetos de alto padrão.

Em sua essência, perfis em sites de prostituição agrupam foto, nome, autodescrição e categorias físicas e psicológicas, sendo as representações que os *boys* escolhem fazer de si. Essa combinação de foto e texto é a principal forma de comunicação e o meio mais rápido e persuasivo deles construir estrategicamente uma imagem de desejáveis ao olhar do outro. Concebe-se a criação de marcas, e não somente de corpos, que devem transmitir uma história, uma genealogia, tradições e um código. Tal qual no mercado da moda, a legitimidade de uma marca/pessoa *premium* fundamenta-se sobre a qualidade intrínseca do produto, seu refinamento e também na confiabilidade e poder associados ao nome (Barth, 1996).

Nas interações on-line, até pela imensa quantidade de possibilidades, os estereótipos e elementos são postos em xeque por uma avaliação performática do gênero, estabelecendo efeitos tão perversos quanto os da interação presencial. Fotos, roupas, cor da pele, músculos, características físicas e pessoais são julgados, mas, sobretudo, a descrição realizada nos diferentes perfis. Apresentar características hegemônicas é fundamental por remeter à possibilidade de performatizar um estereótipo de masculinidade que não aquela caracterizada pelos seus desejos, aparentando não ser *gay* (Pelucio, 2015).

Nesse sentido, cria-se um movimento de mão dupla, pois o cliente que está disposto a pagar um valor acima do mercado por um produto, também espera uma diferenciação em relação à qualidade e/ou imagem, que, ironicamente, muitas vezes tem como base uma homogeneização hegemônica.

Negros, mulatos, morenos e bronzeados

Os corpos são construídos nas relações, sinalizando tanto os objetos de desejo como aquilo que muitas vezes deve ser evitado; contudo, em nossa pesquisa constatamos que as relações com os corpos negros sinalizam um movimento diferente, dubio, e simultaneamente baseado na aproximação pela fetichização e na repulsa pela rejeição.

Negro vende muito. A combinação negro, grande, bombado e barbudo. Eles não querem namorar, casar... Porque é negro, né?! Mas querem trepar. Tudo o que é considerado o mais macho, mais masculino que faz sucesso nesse ramo específico. (Zeus²)

Segundo Santos e Pereira (2016), as representações das diferenças humanas, por meio das gradações da pele, são construídas por olhares classificatórios, hierarquizantes e atribuidores de valores aos

2 Branco, corpo definido, 36 anos e bissexual. Possui graduação em curso da área da saúde e atua como garoto de programa há cerca de 14 anos. Cobra R\$ 450,00 a hora do programa.

diferentes corpos que carregam essas cores. Raça, assim como gênero, se converte em um aspecto analítico fundamental para a compreensão da gramática do poder e da hegemonia na cultura ocidental.

Numa sociedade racializada e hierarquizada pela cor, quanto mais branca for a cor da pele, mais ela está em posição superior numa pirâmide hierárquica, gerando uma *pigmentocracia*, que demarca as relações. Como forma de lidar com o estigma e as avaliações decorrentes dessas classificações, é produzido um espectro de cores que tem como efeito recusar a posição de negro e os significados a ele associados (Oliveira, 2017).

Sim, não pode ser muito negão, pretão. Eu sou café com leite, meu pai é branco e minha mãe é morena, então isso é uma cor que meio que provoca eles. Os gringos amam. Os brasileiros também. Agora, quando o cara é muito negão, tem uma discriminação. Já trabalhou um terapeuta negão com a gente e ele não era muito aceito, mas tinha um monstro no meio das pernas, mas ele não era muito aceito. (Dionísio³)

De forma geral, em concordância com a fala de Dionísio, a literatura (Viana, 2010; Diaz Benitez, 2010; Santos e Pereira, 2016; Oliveira, 2017) apresenta que não ser negro é um critério para garantia de parceiros e clientes no mercado sexual, daí as inúmeras denominações para os tons de pele que buscam fugir à afirmação de ser negro, como “moreno”, “mulato”, “café com leite” e “bronzeado”.

Refletindo o preconceito, ser negro é também um fator de inferiorização entre membros da comunidade *gay*. Malyse (2000) registra a vigência de um padrão de beleza europeu e branco, não somente entre os homossexuais, mas também para a população geral, de forma que a sociedade é estratificada por meio de linhas de classe e financeiras, estando o corte racial misturado com o corte de classe.

3 Moreno, careca, musculoso, com muitas tatuagens pelo corpo, 28 anos e heterossexual (dados reproduzidos com base na descrição do site e da entrevista). Considera-se negro e hipervaloriza a raça ao descrever sua potência sexual. Possui graduação e atua como garoto de programa há 4 anos. Cobra R\$ 300,00 a hora do programa.

Já apareceu cara negão querendo trabalhar lá na massagem. Mas quando é muito negro, tipo quase azul, sabe? A dona de lá não pega 'pra trabalhar, não. Ela tem medo dos clientes não quererem. Tem muita gente que não quer transar com negão. Mulato ela pega de monte, mas negão não. [...] Eu sei que é preconceituoso, mas é o que os clientes pagam. (Dionísio)

Como aponta Perlongher (1987), o fato de os negros, em sua maioria, ocuparem posições socioeconômicas mais baixas – o que explicaria a predominância de negros na baixa prostituição (de rua) – indica que a questão não é somente limitada ao campo sexual; ao recusar manter relações com um garoto de programa negro, de luxo ou não, o cliente demonstraria a recusa de se relacionar com alguém de uma suposta classe social, cultural e educacional inferior a dele.

Eu acredito que existe um preconceito mesmo, sabe? Tipo assim: veado e negro são dois defeitos muito grandes, sabe? Tipo das pessoas... Bem tipo, assim mesmo 'meu filho é negro e gay'. Nossa, é complicado. Mas é meio que assim. É... Nessa questão do fetiche tem. Mas as pessoas querem o fetiche mesmo. Só 'pra dar e falou que deu 'pra um negão. Mas tem um preconceito muito forte. O povo quer dar, não quer namorar o negão. (Zeus)

Contudo, como expresso na fala de Zeus, ainda sobre os negros recai a exigência de uma postura máscula, uma noção de masculinidade hiperbólica e, em geral, que seja bem-dotado, ou, em outras palavras, que tenha um pênis avantajado e sempre ereto. Os homossexuais negros afeminados ou com trejeitos são rechaçados e ridicularizados, sendo chamados de 'veado podre', "ploc" e outras nomenclaturas que remetem a uma posição inferior e debochada (Oliveira, 2015).

Gringo gosta de negro sempre, sempre. Vai indiano, americano, australiano sempre a preferência é o homem mulato, o homem negro. Não querem veadinho, querem o macho, que faça deles uma boneca inflável. (Dionísio)

Diaz Benitez (2006, p. 6) expõe que, na homossexualidade, essa imagem da masculinidade negra leva homens negros a serem definidos somente como ativos sexuais, o mais ativo entre os ativos. “É como se o verdadeiro pecado do homossexual negro fosse dar pinta, mostrar passividade; aí o estigma da homossexualidade une-se ao da passividade e ao da raça”.

É fetiche, mano. Sempre falam “nossa, morenã”, “cor de bronzead”, isso aí tudo... Ajuda demais. Destaca demais. Porque tem muito cara que é marombadão, corpo grandão, mas é branquelo. O cara por ser branco não desperta o mesmo fetiche. Eles acham que ele não tem pegada, não transa bem, ou tem pau pequeno. Os gringos mesmo, quando vêm ‘pra São Paulo, não querem saber de outro branquelo. Eles querem sair com um moreno, um cara de uma cor diferente, um cara paizudo. É bem isso. (Hermes⁴)

Com isso, no outro oposto das relações estabelecidas pela cor, a negritude é amplamente transformada em objeto de fetiche, basicamente em função da presunção de uma posição ativa e de genitálias grandes, alocadas na figura do “negão”. Ser negro ou mulato ocupa um lugar mítico no negócio da prostituição. Esse fascínio provém de uma associação entre a cor e a animalidade, herança, segundo Perlongher (1987) e Barreto (2017), da época da escravidão, que negava a humanidade do africano e o destinava exclusivamente ao trabalho braçal e sexual para com seus senhores.

Existe um folclore segundo o qual os negros são mais viris, mais potentes, dão mais no couro; é o mito do negro forte, machão, violento e que possui o pênis com proporções gigantescas, que se cultiva muito, também entre os heterossexuais. É muito comum a gente ouvir homossexuais dizerem que transaram com um ‘negão’ ou ‘um negão do pau deste tamanho’. (Perlongher, 1987, p. 143)

4 Mulato, careca e sem barba, musculoso, sem tatuagens, 1,95 m de altura, 27 anos e heterossexual (dados reproduzidos com base na descrição do site e da entrevista). Possui curso técnico e atua como garoto de programa há cerca de dois anos. Cobra R\$ 500,00 a hora do programa.

Essas associações e simbologias são altamente exploradas no mercado de filmes pornográficos, no qual, como explica Diaz Benitez (2006; 2010), os homens negros são associados aos imaginários que falam de potência, virilidade, tamanho e extrema lascívia. O pornô inter-racial configura um território de espetáculo tanto no pornô heterossexual quanto no gay. Adjetivos como gigante, insaciável, entre outros, costumam integrar as referências aos homens negros. Mediante *performances*, títulos e legendas, pretende-se mostrar o excesso libidinal, a sexualidade incontrolável e as proezas eróticas, o exotismo e as aberrações genitais que têm caracterizado as formas como o corpo e a sexualidade dos negros têm sido historicamente representados, associando-os à bestialidade.

Assim, ao identificarem-se como mulatos, ou por meio de outras denominações, os garotos de programa têm uma distância segura do negro, mas continuam como objeto de desejo do cliente, mantendo os aspectos positivos (sexuais) da negritude. O moreno é, na prostituição, constituído quase exclusivamente por meio de sua sexualidade, e, enquanto o negro some do mercado do sexo, o mulato aparece em clara vantagem sexual e financeira.

Tem gente que acha que você ser mais moreno, você pode mostrar mais dominação. É uma questão de verem muitos filmes pornôs entendeu? Coisas do tipo, mas no dia a dia não vejo dessa forma. Vejo tudo muito normal. Mas as pessoas por verem esse tipo de coisa em filme elas acham que vão viver a mesma situação. Ela vai trazer aquilo e ela vai viver a mesma situação. Ela vai trazer aquilo que ela viu 'pra realidade dela, entendeu? Tem gente que é muito do visual, do fetiche. (Morfeu⁵)

A construção do moreno mistifica a tensão e o preconceito racial existente, dando novos parâmetros ao desejo e às configurações

5 Único garoto entrevistado que se autodenomina negro. Musculoso, sem tatuagens, 1,80 m de altura, 28 anos, homossexual (dados reproduzidos com base na descrição do site e da entrevista). Possui outras fontes de renda além da prostituição. Cobra R\$ 250,00 a hora do programa.

sociais. Ao falar (ou se autodeclarar) negão, mulato, branco ou gaúcho, não se fala somente de uma expressão de masculinidade, mas também de ideias sobre o lugar ocupado dentro das relações de gênero, de raça e de classe (Oliveira, 2017).

Considerações finais

Nessa dialética, o mercado da prostituição é constituído num espaço altamente racializado, no qual o corpo negro aparece tanto este-reotipado negativamente quanto sexualizado (Santos e Pereira, 2016). Chama a atenção a identificação prática daquilo que Perlongher (1987) denomina *paradigma da identidade gay*, no qual, por meio de traços da masculinidade hegemônica, tanto no nível identitário quanto no corporal, homens *gays* visam ao caminho não só para a aceitação, dentro e fora da comunidade *gay*, mas também como possibilidade de felicidade, conquistas amorosas e sexuais e, por consequência, como fuga da feminização e de uma visão desvirtuada de si.

Considera-se que as lógicas racistas sobre as quais a sociedade brasileira está assentada e que formam sua própria estrutura não desapareceram com o condão da Lei Áurea, apenas foram atualizadas e aprimoradas para um outro momento histórico.

As pessoas já têm aquela questão que o cara mais moreno tem o pinto grande então elas vêm atrás disso de uma certa forma, entendeu? Quando você é moleque e 'tá na rua é bandido. Quando é adulto, é uma bênção sexual. Porque é assim... Todo mundo fala 'negão igual pintão'. As pessoas veem dessa forma, entendeu? (Morfeu)

Referências

- BARRETO, Vitor Hugo de Souza (2017). *Vamos fazer uma sacanagem gostosa?: uma etnografia da prostituição masculina carioca*. Niterói, Eduff.
- BARTH, Celia Amaral Souza Marengo (1996). *Marketing de produtos de luxo: simbolismo, marcas e estratégia*. Dissertação de mestrado em Mercadologia. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.

- BELÉM, Jamenson Moreira et. al. (2018). Prostituição e saúde: representações sociais de enfermeiros/as da Estratégia Saúde da Família. *Revista Baiana de Enfermagem*, v. 32.
- CECCAELLI, Paulo Roberto (2008). Prostituição – corpo como mercadoria. *Mente & Cérebro – Sexo*, v. 4 (edição especial).
- CONNELL, Robert. W. (1995). *Masculinities: Knowledge, power and social change*. Los Angeles, University of CA Press.
- CONNELL, Raewyn (2016). *Gênero em termos reais*. São Paulo, InVersos.
- DÍAZ-BENÍTEZ, M. E. (2006). Além de preto, veado: etiquetando sujeitos e experiências nos mundos homossexuais. *Sexualidade, gênero e sociedade*, v. 13, n. 26.
- DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira (2010). *Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- LIPOVETSKY, Gilles e ROUX, Elyette (2005). *O luxo eterno: da idade do sagrado ao tempo das marcas*. São Paulo, Rocco.
- MALYSE, Stephane (2002). “Em busca dos (H)alteres ego: olhares franceses nos bastidores da corpolatria carioca”. In: GOLDENBERG, Miriam (org). *Nu e vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro, Record, pp. 79-137.
- MISKOLCI, Richard (2014). Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. *Bagoas – Estudos gays, gêneros e sexualidades*, v. 8, n. 11.
- MISKOLCI, Richard e PELUCIO, Larissa (2008). “Prefácio – Aquele não mais obscuro negócio do sexo”. In: PERLONGHER, Nestor (org). *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo, Perseu Abramo.
- OLIVEIRA, Thiago de Lima (2015). Viado não, canibal: masculinidades, sexualidades e produção de cidade na experiência do homoerotismo em João Pessoa – PB. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 6, n. 2.
- OLIVEIRA, Thiago de Lima (2017). *Sobre o desejo nômade: pessoa, corpo, cidade e diferença no espaço da pegação*. Rio de Janeiro, Multifoco.
- PELUCIO, Larissa (2015). “O amor em tempos de aplicativos: notas afetivas e metodológicas sobre pesquisas com mídias digitais”. In: PELUCIO, Larissa, PAIT, Heloisa e SABATINE, Thiago. *No emaranhado da rede: gênero, sexualidade e mídia – desafios teóricos e metodológicos no presente*. São Paulo, Annablume, pp. 32-44.

- PERLONGHER, Nestor (1987). *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo, Brasiliense.
- SANTOS, Élsio Nogueira Santos e PEREIRA, Pedro Paulo Gomes (2016). Amores e vapores: sauna, raça e prostituição viril em São Paulo. *Estudos Feministas*, v. 24, n.1.
- SANTOS, Renato. Caio Silva (2019). *Segredos de corpos nus: masculinidades, corpolatria e significados da prostituição entre garotos de programa de luxo*. Tese de doutoramento em Saúde Pública. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- SCHWERINER, Mario René (2005). “Você se dá ao luxo de ...?”. *Revista da ESPM*, v. 12, jan./fev.
- VIANA, Normando José Quiros (2010). “*É tudo psicológico! Dinheiro ... Pruuu! Fica logo duro!*”: desejo, excitação e prazer entre boys de programa com práticas homossexuais em Recife. Dissertação de mestrado em Psicologia. Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

Masculinidades e o contexto dos cuidados paliativos pediátricos: uma perspectiva de gênero

Natália Nigro de Sá

Lucas Thiago Pereira da Silva

Regina Szylit

Apesar de importantes avanços, ainda vivemos em uma sociedade na qual está vigente uma ordem de gênero que predetermina percursos sociais alocados sobre as pessoas. Historicamente, o gênero compõe a subjetividade humana, sendo uma dimensão complexa e vasta da identidade de seres humanos, tomando forma a partir de características que, na mesma medida que são íntimas, diversificadas e subjetivas, são também reflexo de concepções sócio-históricas da ocidentalidade.

Desde a infância somos tensionados a corresponder a regras e padrões socioculturais, apresentados por meio da socialização. É a partir das interações com o Outro, que lhe apresenta uma cadeia simbólica de construções de sentido que a antecedem, que a criança terá os primeiros acessos a elementos importantes para possíveis compreensões a respeito do gênero, da masculinidade e demais expressões identitárias, enquanto constrói sentidos e significados em pleno processo de assimilação sobre quem é e em que mundo vive (Mesquita e Corrêa, 2021).

Entretanto, este processo pode ser atravessado pelo desafio de uma doença grave que submete a criança e o adolescente a vivências

específicas do contexto dos cuidados paliativos pediátricos, muitas vezes impondo possíveis limitações ao corpo (Silva, 2017), que, ainda que adoecido, é lugar a partir do qual se expressam diversas dimensões da identidade (Colling e Tedeschi, 2016; Ångström-Brännström et al., 2019).

Considerando o interacionismo simbólico, que sugere sermos produto das nossas interações, os processos contínuos de socialização e relações interpessoais complementam a formação e a construção de uma perspectiva sobre gênero e masculinidade (Santos, 2016), sendo a família, a escola e outros espaços onde há troca interpessoal – no caso dos cuidados paliativos pediátricos, o hospital – indissociáveis ao processo (Santos, 2016; Silva, 2017).

Assim, este ensaio tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre possíveis interfaces entre a construção da masculinidade e o contexto dos cuidados paliativos pediátricos.

Sobre gênero e masculinidade

Pode-se compreender gênero como um mecanismo complexo pelo qual são produzidas e naturalizadas concepções de masculino e feminino por meio de um discurso cisheteronormativo¹, ao mesmo tempo que serve de aparato para a desconstrução e a desnaturalização dessas mesmas concepções e relações de poder (Butler, 2014). Para isso, é necessária uma perspectiva de gênero que não se submeta às normas que encadeiam sexo-identidade-desejo (Preciado, 2015; Butler, 2003) como destino natural e estável. Do contrário, prejudica-se o processo livre, criativo e original de identificação e subjetivação das pessoas, limitando as possibilidades de ser e existir no mundo, como acontece em culturas e sociedades hegemonicamente cisheteronormativas.

1 Como uma ampliação do conceito de heteronormatividade, a cisheteronormatividade é um conjunto de normas socioculturais que naturaliza apenas o encadeamento entre identidades de gênero, corpos e desejos afetivo-sexuais que estejam em coerência com a cisgeneridade e a heterossexualidade.

Pensando as masculinidades ao longo da história, a condição de ser homem teve como principal característica naturalizada a virilidade, imperando modelos regidos por regras e apresentando aos garotos uma masculinidade que não chora, não demonstra sentimentos ou fraqueza e se afasta ao máximo de características que seriam naturalizadas enquanto femininas (Mesquita e Corrêa, 2021). Veem-se aqui as bases para o que atualmente nomeamos “masculinidade tóxica”, que submete tanto homens quanto mulheres a sofrimentos e violências. Dessa forma, é propício para o desenvolvimento desse indivíduo, enquanto membro de uma sociedade, proporcionar-lhe espaços de descaracterização dos estereótipos e preconceitos em torno das questões de gênero. Nesse sentido, os jogos e as histórias – enquanto instrumentos lúdicos participativos, como a literatura infantojuvenil – são importantes aliados na formulação de conceitos e ideais para crianças (Garrido, 2017).

Estudos da American Academy of Pediatrics reforçam que é perto dos dois anos que as crianças começam a perceber as diferenças físicas entre meninos e meninas, podendo haver, a partir daí, uma identificação quanto a ser garoto, garota ou mesmo a rejeitar designações binárias (Garcia, 2021). Em consonância, a teoria piagetiana sustenta que as pessoas, ao longo do seu ciclo vital, vão adquirindo a capacidade de se colocar no centro da sua realidade, a partir de um movimento denominado consciência de si mesmo, dando forma a um ser único e subjetivo e que, ao mesmo tempo, expressa o mundo em que está inserido.

Esse assunto ainda é embrionário quando pensado no contexto da criança que está em cuidados paliativos, fazendo emergir questionamentos a respeito do impacto da hospitalização de longa duração, das limitações físicas e das privações de contato social em ambiente escolar nesse processo de construção de si. No entanto, não é possível afirmar sequer se há impacto. Com uma breve revisão da literatura, nota-se uma lacuna na produção científica a respeito dos cuidados paliativos pediátricos sob uma perspectiva de gênero.

Na ótica dessa perspectiva, a lacuna aponta para a necessidade de perceber crianças e adolescentes em cuidados paliativos como indivíduos em processo de desenvolvimento. Assim como as crianças que não enfrentam as especificidades de uma doença grave, é primordial haver um espaço de escuta deste paciente pela família e pelos profissionais de saúde, uma vez que existe a necessidade de compartilhamento de curiosidades, experiências e diálogos francos a respeito de gênero e sexualidade, nos quais os envolvidos estejam abertos a abarcar perguntas de forma acolhedora e desprovida de predeterminação ou viés. Os estereótipos e preconceitos devem ser afastados.

Não é o momento para ritos que o tornem “mais homem” pela sua virilidade e fertilidade, mas sim de criar modos de reafirmar aspectos positivos dos elementos que constituem a sua masculinidade, além de configurar uma oportunidade singular para sua educação sexual e de convívio em sociedade enquanto participante de um coletivo diverso (Caetano, 2018; Vasconcelos, 2016). Cabe ao cuidador a clareza para utilizar esse terreno fértil a favor da desconstrução de uma masculinidade que reforça, por exemplo, o machismo, a homotransfobia e as relações torpes de poder relacionadas ao gênero (Garcia, 2021; Sá, 2019).

Percebe-se que o pano de fundo de tal mecanismo está alicerçado num modelo hegemônico e normativo da identidade, que associa algumas formas de agir e viver como sendo comportamentos masculinos historicamente propostos. Desde pequenas, as crianças experimentam papéis que “devem” ser assumidos pelo homem, observam a valorização da força física, da virilidade, de seguir os padrões de imagem corporal como sendo atributos de uma masculinidade que é tóxica. Trata-se de elemento de uma espécie de envenenamento das relações interpessoais (Sá e Szylit, 2021).

Sobre a família

A família configura um dos principais espaços de troca socio-cultural na infância, apesar de não ser o único. É no seu interior que

aspectos importantes – que a criança levará para a vida adulta – são construídos e alimentados ao longo dos anos, sendo imprescindível que a família não se distancie de temáticas, tais como a de gênero, que sempre estarão presentes. Devido ao adoecimento, a criança em cuidados paliativos pode experimentar limitações que impedem a frequência em ambiente escolar e demais espaços de interação social. Quando presentes, tais limitações configuram perdas significativas de interação com outros elementos do microsistema, colocando familiares, cuidadores e profissionais de saúde em foco, devido à constância e intensidade da interação.

Muitas vezes, o silenciamento familiar acerca de temáticas como sexualidade e gênero ocorre devido à dificuldade do adulto em lidar com as expressões da sexualidade e do gênero na infância e com o que elas venham a ter futuramente, temendo fugir ao padrão de masculinidade ou feminilidade esperado (Rumens, 2017; Santos, 2016). Entretanto, há de se considerar que a criança não absorve apenas o que escuta, mas também o que vê e percebe a partir de observações e comunicações não verbais. Isso nos mostra a importância do debate para o desenvolvimento de conceitos e significados relacionados ao gênero, muitas vezes servindo como base para a formação de crenças e comportamentos que reproduzem aspectos sociais negativos e nocivos do gênero.

Destacadamente, o contexto dos cuidados paliativos pediátricos soma a essas dificuldades outros diálogos de difícil manejo, como a finitude, o processo de morrer de uma criança e a iminência de morte, em parte dos casos. Esta experiência disruptiva pode colocar em suspenso a atenção do adulto a necessidades da criança que se relacionem à sexualidade e ao gênero. Por essa razão, é importante cuidar para não privar a criança de seu pleno desenvolvimento e oferecer acolhimento às curiosidades e questionamentos acerca dessa temática.

Sobre gênero no contexto dos cuidados paliativos pediátricos

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define como cuidados paliativos o tipo de cuidado que se ocupa de doenças que ameaçam a vida, sejam agudas ou crônicas, com ou sem possibilidade de reversão ou tratamentos curativos. É uma abordagem de cuidado que visa promover qualidade de vida de pacientes e familiares a partir de assistência oferecida por equipe transdisciplinar em todas as etapas do adoecimento, do diagnóstico ao prognóstico (D'Alessandro et al., 2020).

Uma característica importante dos cuidados paliativos para a reflexão apresentada neste ensaio é o olhar de cuidado interessado pela totalidade da vida do paciente e familiares, de forma que sejam acolhidos e respeitados sofrimentos, expectativas e necessidades de forma integral. Isso significa que os cuidados paliativos não se relacionam apenas ao controle de sintomas físicos, mas incluem aspectos espirituais, emocionais e sociais. Considerando a importância da integralidade do cuidado nesta abordagem, incluir questões relacionadas ao gênero e à sexualidade, de maneira geral, podem ampliar e complementar a assistência.

É frequente que os familiares criem uma expectativa em torno de como será a vida de seus pequenos novos membros; todavia, quando tratamos de cuidados paliativos pediátricos, temos dois elementos tidos como conflitantes: uma doença que ameaça a continuidade do ciclo vital e o fato de ela ocorrer com uma criança que está iniciando sua trajetória de vida. Estes são fatores que impactam a visão que família, profissionais de saúde e sociedade têm a respeito do crescimento e do desenvolvimento da criança (Silva, 2017; Tavares, 2016; Misko, 2015). A família vivencia uma experiência de desmontar a imagem da criança idealizada diante da adoecida, e o fato de ela ter que viver com uma condição limitante, gravemente doente ou próxima do final de vida, faz emergir um turbilhão

de questionamentos, uma vez que se inicia um processo de perdas simbólicas e luto antecipatório por aqueles que estão associados ao cuidar (Ångström-Brännström et al., 2019).

Sendo a assistência da criança em cuidados paliativos eticamente complexa e mobilizando intensamente a sensibilidade moral de todos os atores envolvidos, torna-se de suma importância a compreensão de que estar em cuidados paliativos não é sinônimo de momentos finais da vida desse sujeito ou de morte imediata (Mooney-Doyle et al., 2017; Mu et al., 2015). Tal compreensão permite que criança e família possam ressignificar a experiência de doença, vislumbrando para além dos fatores limitantes e possibilitando que as pessoas ao seu redor se relacionem com ela de forma mais ampla e expansiva, sem reduzir sua experiência à doença e aos cuidados paliativos.

Alicerçando-se na essência da prática dos cuidados paliativos em pediatria, é plenamente possível e desejável que, em sua abordagem, proporcionem-se conforto e condições para viver a infância em todas as suas faces, inclusive no que se refere a gênero e sexualidade (Garcia, 2021; Mooney-Doyle et al., 2017). Ocorre que, desde o momento da descoberta da doença e seu prognóstico desfavorável, há uma temeridade que permeia a família, pelo entendimento de que a criança precisará ser imbuída de superproteção, na tentativa de minimizar as dores e as perdas já impostas clinicamente. Esse aspecto desencadeia emoções e sentimentos de forma diversa nos familiares, repercutindo como desdobramentos do luto antecipatório, que ocorre antes da perda real (Pillay, 2016), luto esse que se relaciona com o investimento afetivo empregado sobre outrem.

No caso dos pequenos, os projetos e os sonhos que foram idealizados, como parte da vida social, como casar-se e dar continuidade a sua descendência, realçam a importância da discussão acerca do gênero no contexto dos cuidados paliativos pediátricos, na medida em que a imagem construída a respeito de alguém também está ligada ao “ser de determinado gênero”.

Essa percepção se associa ao luto devido ao fato de ser um dos atributos centrais da identificação da pessoa durante as interações

sociais e que embasa o processo de idealização e construção de expectativas para o futuro da criança/adolescente (Wahlig, 2015). Nesse contexto, emergem reações emocionais advindas do processo de adoecimento que estão relacionadas à mobilização de aspectos concretos, como a ausência de saúde, a vivência da hospitalização, o distanciamento do cotidiano habitual, as alterações na imagem corporal e de autopercepção; enquanto, na dimensão subjetiva, perde-se em senso de controle, segurança, autonomia e autoestima (Mu et al., 2015; Pillay, 2016; Ångström-Brännström et al., 2019).

Apesar de a concepção de masculinidade ser um conceito em aberto e em franca transformação, sua compreensão passa pela subjetividade e pela autoidentificação com relação ao ser homem, ser mulher ou ser não binário dentro de um contexto sociocultural. Contudo, ainda há espaço para reflexões acerca das questões a serem exploradas nesse campo, inclusive quando voltadas para a criança e o adolescente que se encontram em cuidados paliativos pediátricos, considerando a importância do cuidado integral, ao passo que sexualidade e gênero são aspectos presentes na vida das pessoas, mesmo com a experiência do adoecimento. Assim, é proveitoso que a temática receba atenção na abordagem dos cuidados paliativos pediátricos, principalmente no que se refere à concepção da masculinidade no contexto da doença crônica progressiva limitante ou com possibilidade de morte iminente na infância ou adolescência (Pereira, 2019; Misko, 2015), uma vez que há possibilidade de tal concepção interferir na experiência do paciente e familiares.

As concepções e crenças acerca do gênero são aspectos com potencial para influenciar em como profissionais de saúde, família e criança vão lidar com os cuidados paliativos e o luto associado à doença. Todavia, não é o gênero um fator isolado e deve ser considerado em conjunto com características individuais, considerando a cultura e a sociedade como influenciadoras na construção do papel e da percepção de gênero, além de sua relação com o machismo na

compreensão do que significa masculinidade e a possível perda de parte desta ao enfrentar uma doença que ameaça a vida (Caetano, 2018; Misko, 2015).

Destacamos alguns exemplos referentes aos cuidados paliativos de nossa vivência clínica prática com relação ao gênero e masculinidade nesse contexto. O primeiro deles é um questionamento recorrente nos ambulatórios de quimioterapia infantil: “quanto os tratamentos prolongados e a administração da medicação influenciam na fertilidade e na capacidade reprodutiva do menino?”.

Esse ponto é importante para nossa discussão, uma vez que, para o homem, receber um diagnóstico de infertilidade pode ser uma experiência bastante solitária e problemática, dado que a saúde reprodutiva e a capacidade de prover uma família estão relacionadas às tradicionais implicações sociais da masculinidade, que centralizam no pênis e suas funções biológicas um ideal de virilidade. Percebe-se que os impactos emocionais da infertilidade masculina, além de ser um assunto discutido cientificamente em menor intensidade do que a infertilidade feminina, pode acarretar consequências para o papel que este homem é posto a representar na sociedade: seu pênis, símbolo representativo da virilidade e identidade masculina, passa a ser fonte de angústias, questionamentos e vergonha.

Nesse sentido, a experiência de doença que pode causar infertilidade vulnerabiliza o menino, uma vez que este se tornará um homem com limitações físicas de aspectos associados a uma virtude tida como masculina. Além disso, pode dificultar o controle e o poder de escolha que este homem terá sobre sua vida reprodutiva, vulnerável a interpretações como perda da força e virilidade (Polita et al., 2018).

Para adolescentes que se reconhecem meninos, surge uma preocupação com a imagem corporal e suas representações para o estabelecimento de relacionamentos afetivo-sexuais, enxergando na enfermidade uma barreira que influencia na preservação de elementos visíveis que compõem sua identidade, como, por exemplo, alterações no timbre da voz, a queda de cabelo, necessidade do uso de algum dispositivo médico, tal qual a sonda ou bolsa de colostomia.

Condições essas que podem contribuir para a alteração do comportamento social, rebaixamento da autoestima e disposição para socializar e estar com outras pessoas, impedindo que este garoto realize atividades habituais neste período de vida, tais como: participar de um encontro social com amigos, ir à escola, praticar algum esporte ou mesmo estabelecer um relacionamento amoroso, algo que ocorre por caminhos diferentes nesse contexto e influencia a concepção de masculinidade do indivíduo (Caetano, 2018; Polita et al., 2018).

Certamente, o impacto da preocupação com a imagem corporal não se aplica exclusivamente aos garotos. Ao contrário, pode ser bastante intenso para garotas, que, por serem garotas, carregam expectativas sociais relacionadas à beleza e sedução femininas. Entretanto, há de se considerar que a fragilidade física é historicamente melhor aceita em mulheres do que em homens, denunciando quanto as concepções de masculinidade e virilidade podem ser tóxicas para o próprio gênero masculino.

O outro apontamento da nossa vivência clínica prática quando se trata do garoto refere-se à abertura de espaço ou a provisão de tempo para chorar e vivenciar o luto, que, em função da mudança ocasionada pela doença, tende a ser reduzida. Muitas vezes, o menino é incentivado a permanecer forte diante de algo que o assusta, afinal “tem de ser forte” e “homem não chora”. Situações que são reproduzidas por familiares e profissionais do seu núcleo de convívio, num movimento de validar a resistência como algo que lhe é esperado por ser “um menino e meninos não se entregam para o medo, são corajosos”. Vale salientar que trabalhar resiliência, esperança e proteger emocionalmente este garoto é diferente de invalidar seus medos, ainda que isso não seja percebido com obviedade.

Ambas as situações exemplificadas sublinham quanto a questão do gênero, no tocante às masculinidades, deve ser amplamente discutida nos diversos espaços de troca social, inclusive no contexto dos cuidados paliativos pediátricos. Para que não caiamos no erro, enquanto sociedade que reproduz sofrimento gratuito, faz-se

necessária a pergunta: “existe um conceito que seja suficiente para responder à questão ‘o que é ser um homem?’”. Indubitavelmente, ao fazê-la, conclui-se que ainda há muito o que ser trilhado.

Considerações finais

Pelo exposto, a experiência da doença grave e da possibilidade de morte interfere profundamente na estrutura familiar, bem como pode influenciar a conceituação, vivência, construção e expressão do gênero na identidade da criança. Nosso papel, como profissionais de saúde que fazem parte desse conjunto, é ampliar a discussão e contribuir, por meio de conhecimento e evidências sólidas, para o enfrentamento de questões socialmente construídas que continuam repercutindo ideias ultrapassadas, violentas e retrógradas. Apontamos a necessidade de possibilitar às crianças um ambiente seguro e sem amarras, para que elas expressem suas curiosidades e angústias de forma livre, inclusive no contexto dos cuidados paliativos – e muitas vezes hospitalar – a respeito da temática de gênero aqui brevemente posta em discussão.

Além disso, tal reflexão expõe lacunas importantes sobre o papel de profissionais de saúde e familiares na conceituação da masculinidade e na manutenção ou combate a discursos tóxicos e machistas que podem impactar negativamente meninos em cuidados paliativos. Identifica, também, um amplo e inexplorado escopo para futuras pesquisas que compreendam de forma mais aprofundada as conexões entre o gênero e os cuidados paliativos pediátricos e suas implicações para o desenvolvimento do indivíduo.

Referências

- ÅNGSTRÖM-BRÄNNSTRÖM, Charlotte et al. (2019). Staff’s experiences of preparing and caring for children with cancer and their families during the child’s radiotherapy. *Cancer Nursing*, v. 42, n. 5, sep./oct.
- BOROTO, Ivonicleia Gonçalves e SENATORE, Regina Célia Mendes (2019). A sexualidade infantil em destaque: algumas reflexões a partir da perspectiva freudiana. *Rev Ibero-Americana de Estudos em Educ*, v. 17, n. 2, jul.

- BOUSSO, Regina Szylit (2007). *Um tempo para chorar: família dando sentido à morte prematura do filho*. Tese de livre-docência em Enfermagem. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- BUTLER, Judith (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BUTLER, Judith (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 42.
- CAETANO, Marcio (2018). *De guri a cabra-macho: masculinidades no Brasil*. Rio de Janeiro, Lamparina.
- COLLING, Ana Maria e TEDESCHI, Losandro Antonio (2016). O ensino da história e os estudos de gênero na historiografia brasileira. *Revista História & Perspectivas*, v. 28, n. 53.
- COOLHART, Deborah (2012). "Supporting transgender youth and their families in therapy: facing challenges and harnessing strengths". In: BIGNER, Jerry e WETCHLER'S, Joseph (orgs.). *Handbook of LGBT-affirmative couples and family therapy*. Nova York, Routledge Press, pp. 330-348.
- D'ALESSANDRO, Maria Perez Soares et al. (2020). *Manual de cuidados paliativos*. São Paulo/Brasília, Hospital Sírio Libanês/Ministério da Saúde.
- GARCIA, Antonio D. et al. (2021). Healthcare transition for transgender youth: a qualitative study of patient, parent and provider perspectives. *Pediatrics*, v. 147, n. 3.
- GARRIDO, Geisa Orlandini Cabiceira (2017). *Cenas com crianças de 4 e 5 anos no contexto da educação infantil: suas perspectivas sobre gênero e sexualidade*. Tese de doutoramento em Educação. Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista.
- MESQUITA, Yukimi Mori e CORRÊA, Hevellyn Cielly da Silva (2021). A "masculinidade tóxica" em questão: uma perspectiva psicanalítica. *Revista Subjetividades*, v. 21, n. 1.
- MISKO, Maira Deguer et al. (2015). The family's experience of the child and/or teenager in palliative care: fluctuating between hope and hopelessness in a world changed by losses. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 23, n. 3.
- MOONEY-DOYLE, Kim et al. (2017). Parental expectations of support from healthcare providers during pediatric life-threatening illness: A secondary, qualitative analysis. *Journal Pediatr Nurs*, n. 36, sep./oct.
- MU, Pei-Fan et al. (2015). The experiences of family members in the year following the diagnosis of a child or adolescent with cancer: a qualitative systematic review. *JBIM Database System Rev Implement Rep*, v. 13, n. 5.

- PEREIRA, Ana Luísa Vilalonga Martins Horta (2019). *A sexualidade e intimidade na doença avançada a perspectiva dos doentes oncológicos*. Dissertação de mestrado em Cuidados Paliativos. Lisboa, Universidade de Lisboa.
- PILLAY, Brindha et al. (2016). The impact of multidisciplinary team meetings on patient assessment, management, and outcomes in oncology settings: a systematic review of the literature. *Cancer Treat Rev*, n. 42.
- POLITA, Naiara B. et al. (2018). Care provided by the father to the child with cancer under the influence of masculinities: qualitative meta-synthesis. *Rev Bras Enferm*, v. 71, n. 1.
- PRECIADO, Paul B. (2015). *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo, Editora N-1.
- RUMENS, Nick (2017). Postfeminism, men, masculinities and work: a research agenda for gender and organization studies scholars. *Gender, Work & Organization*, v. 24, n. 3.
- SÁ, Natália Nigro (2019). *Transitando entre o íntimo e o social na contramão da cisnormatividade: a experiência de resignificação de crenças em direção ao acolhimento das identidades trans pelo sistema familiar*. Tese de doutoramento em Ciências da Saúde. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- WAHLIG, J. L. (2015). Losing the child they thought they had: Therapeutic suggestions for an ambiguous loss perspective with parents of a transgender child. *Journal of GLBT Family Studies*, v. 11, n. 4, pp. 305-326. DOI: <https://doi.org/10.1080/1550428X.2014.945676>

Quando o cônjuge acompanhante da expatriação é o homem

Lectícia Maria Zambrano de Araújo Raposo

O som familiar da porta da garagem se abrindo anuncia a chegada da sua esposa, que retorna do trabalho. Após descansar sua pasta e retirar seu paletó, ela olha para você e diz: “Eu tenho uma pergunta interessante para você, meu querido. O que você acha de irmos para o exterior...” Imediatamente, você imagina umas férias incríveis, quem sabe um cruzeiro, belos hotéis, drinks especiais de boas-vindas. “... pelos próximos três anos??” Bem-vindo ao moderno mundo do cônjuge masculino acompanhante.

(Harvey e Wiese, 1998)

O modelo tradicional de família, no qual o homem é o único provedor e os deslocamentos geográficos familiares ocorrem em função das demandas do trabalho masculino, começa a dividir o cenário com situações nas quais o casal, com ou sem filhos, movimenta-se em decorrência da carreira feminina.

Quando as mulheres começaram a entrar no mercado de trabalho, ocupavam nichos específicos, atuando em posições e em áreas tidas como predominantemente femininas, por exemplo, a educação e a saúde. Entretanto, o empenho e dedicação à vida profissional, aliados à sólida formação acadêmica, têm-nas conduzido cada vez mais a postos de comando dentro das organizações (Bruschini et al., 2011).

O crescente acesso feminino a postos de maior destaque no mundo corporativo hoje é um fenômeno global (Thome, 2012),

possibilitando também às mulheres oportunidades de expatriação, antes apenas disponíveis aos executivos homens. Essa circunstância vem ganhando visibilidade, exemplo disso é o livro *Macho do século XXI*, de Claudio Henrique dos Santos (2013), que conta sua vivência como cônjuge acompanhante, muito comentado em todas as mídias.

Minha experiência como psicóloga clínica recebendo demandas de homens deslocados em função da carreira da esposa atizou meu interesse acerca desse novo cenário, o que me levou a desenvolver uma pesquisa (Raposo, 2014) que buscou compreender a experiência de cônjuges acompanhantes durante a expatriação da esposa executiva. O estudo foi realizado por meio do acesso à história de vida, perspectiva particularmente usada em pesquisas que tenham homens como participantes, visto que permite a compreensão entrecruzada das vivências pessoais, o processo social e momento histórico (Connell, 1995; Maciel Jr., 2006).

Celso, Breno e Rui foram os cônjuges acompanhantes de Carla, Betina e Renata, respectivamente. Eram homens na faixa de 30 anos, com alto nível educacional, tendo interrompido suas carreiras para acompanharem as esposas executivas para Dubai, Londres e uma cidade pequena de 10 mil habitantes no Cantão Alemão da Suíça, seguindo a mesma ordem.

Neste ensaio narro algumas particularidades dessa experiência, de modo a fundamentar melhor processos de acompanhamento no trabalho clínico, bem como para a compreensão das mudanças do comportamento social que tal evento provoca.

Principais aspectos que facilitaram a decisão de ir

Embora casais de duplo trabalho ou carreira sejam mais a regra do que a exceção na atualidade, decisões profissionais que privilegiem o desenvolvimento da carreira feminina ainda são um desafio à hegemonia masculina e às expectativas familiares de que o sucesso

profissional dele não pode ser obscurecido pelo dela. Nesse sentido, torna-se importante identificar o que favorece a decisão de acompanhar a esposa na expatriação, abdicando à própria carreira.

Para que a expatriação, mobilizada por qualquer dos cônjuges, não se torne fonte de conflito conjugal e mobilize a volta precoce, é primordial que a decisão seja conjunta (Souza, 2009; Mäkelä et al., 2011; Cole, 2012). Frequentemente o cônjuge acompanhante não conseguirá exercer atividade profissional devido a limitações políticas e de visto. Assim, mesmo sem exercer atividade profissional, a decisão compartilhada permite que a designação internacional se torne um projeto dos dois. Nas entrevistas que realizei, a decisão foi exaustivamente conversada pelos casais, que concluíram que a oportunidade surgida para elas era muito importante; fazia sentido para eles abrir mão de suas carreiras, temporariamente, e acompanhá-las. Os três relataram sentirem-se confortáveis na posição de acompanhantes, pois a decisão era muito bem resolvida entre o casal, o que coincidiu com relatos da literatura (Souza, 2009; Cole, 2012).

Casamentos satisfatórios e igualitários, momento de carreira, confiança mútua, abertura para o diálogo com troca de ideias sobre projetos comuns, valorização e conciliação das carreiras de ambos são algumas das características observadas nesses casais, em consonância com a literatura de casais de dupla carreira (Meirelles, 2001; Martins, 2006; Bertollo et al., 2007; Souza, 2009; Abele e Volmer, 2011; Spanger, 2012). Provavelmente, a presença de modelos na família de origem também facilite o não estranhamento masculino. Os três homens a cuja experiência tive acesso são provenientes de famílias em que ambos os pais trabalhavam. Mesmo com algumas particularidades familiares, tiveram a experiência de conviver com o trabalho tanto masculino como feminino, tendo recebido de seus pais, como valor, o investimento no trabalho e na carreira de ambos os cônjuges.

Sobre o momento de carreira quando houve a expatriação, Celso e Breno estavam em uma fase de busca de novos desafios profissionais e, por isso, é lícito imaginar que a possibilidade de expatriação chegou em um “bom momento”, trazendo para eles a oportunidade de fazer

algo que pretendiam, a saber: ter a experiência de morar fora, seja pela vivência em si, seja para tentar novos projetos ou para estudar, como foi o caso de Breno e Rui. De fato, ao longo do processo no exterior, destaca-se entre os três entrevistados, assim como entre os participantes do estudo de Spanger (2012), a preocupação em manterem-se ativos e envolvidos com algum projeto que os engajassem, que os comprometessem com algum objetivo. Assim, eles se sentiam mais participativos na expatriação e exercitavam também a competência e produtividade, características típicas do masculino e do mundo do trabalho.

Por fim, identificamos algumas características pessoais que foram fundamentais para a decisão de ida e para a adaptação no exterior: o espírito aventureiro, a automotivação, a abertura para o novo, a proatividade e abertura para a possibilidade de, mesmo que temporariamente durante a expatriação, abandonar o mundo do trabalho e buscar um desenvolvimento pessoal alternativo. Também Cole (2012), em seu estudo, conclui que cônjuges com essas características conseguiam significar a experiência da expatriação como muito proveitosa, independentemente de terem tido um emprego formal.

Os principais desafios encontrados

Logo na chegada, tanto Celso quanto Rui encararam condições muito adversas, tais como a grande distância cultural do país de origem e de condições climáticas, bem como dificuldade com o idioma local, que, mesmo podendo ser antecipadas, tornaram-se fonte de estresse. Já Breno, por ter ido para uma cidade cosmopolita como Londres, com pessoas do mundo inteiro e com um idioma que dominava, não relatou esse tipo de problema.

Um elemento que facilitaria a adaptação do homem acompanhante, mencionado pelos três participantes e que está de acordo com a literatura (Harvey e Wiese, 1998; Cole, 2012), refere-se ao apoio oferecido pelas empresas ao cônjuge masculino. Os três mencionaram o pouco apoio recebido por parte da empresa em que suas esposas trabalhavam, tendo-se resumido a auxílio na obtenção de algumas

documentações básicas. Celso comentou que os poucos programas de integração estavam formatados para mulheres acompanhantes e que ele foi completamente ignorado.

É importante que as empresas comecem a dar atenção e se preparem para os acompanhantes masculinos e as diferentes demandas de gênero. Nossos entrevistados, tanto quanto os do estudo de Cole (2012), mencionam que seria útil para os homens a contratação de um serviço de recolocação profissional ou, até mesmo, uma ajuda para que pudessem desenvolver um network profissional durante a expatriação.

Nenhum dos três manteve um emprego formal durante o período em que estiveram fora, e cada um deles desenvolveu negociações diferentes em relação ao desempenho das tarefas domésticas e rotina diária durante a expatriação. As diferenças culturais, o estilo de vida, as dificuldades de adaptação, as experiências anteriores nas famílias de origem de cada um e o fato de estarem numa posição pouco comum às normas de gênero, tudo isso contribuiu para construir acordos distintos, como, por exemplo, de divisão de tarefas, no caso de Celso e Carla; de execução de todas as tarefas domésticas juntos, no caso de Rui e Renata; e de assumir tudo sozinho, como foi feito por Breno, evitando estresse na relação com Renata.

Ao longo do tempo, alguns temas comuns crescem em importância e devem ser considerados por casais e empresas. A falta de trabalho e até mesmo a perda do estresse associado ao mundo dos negócios tornam-se fontes de grande desconforto na situação do cônjuge acompanhante masculino, mesmo que estejam bem resolvidos sobre o projeto comum da expatriação, como já mencionado. Celso e Breno, em função da crise de 2008, não conseguiram trabalhar, e Rui, após passar no seu MBA, ficou sem ocupação por um tempo.

O trabalho é elemento central da identidade masculina, em que se atesta e se confirma o funcionamento da masculinidade desejável, caracterizada por atitudes de racionalidade, autocontrole, competitividade, capacidade de decisão, de prover e conquistar sucesso, entre outras (Souza e Maciel Jr., 2015). A falta desse importante definidor

do masculino trouxe para os nossos entrevistados os maiores desafios encontrados durante a expatriação. Falas como a de Celso – *“fere um pouco o orgulho né, até ontem eu era um cara que mantinha a casa e hoje eu tô sendo encarado como um aproveitador, um encostado, pô, eu não sou esse cara”* – ou a de Breno, no momento da decisão de voltar – *“falei: cara, agora quem quer brincar de trabalhar sou eu. Deixa um pouquinho para mim também”* –, bem como a fala de Santos (2013, p. 68), sobre a sua própria experiência – *“via meu instinto masculino, daquele que deveria sair da caverna e trazer a caça para alimentar sua família, profundamente abalado”* –, atestam e exemplificam o impacto dessa experiência entre esses homens.

Manter aspectos da masculinidade (Connell, 2000; Maciel Jr, 2006) testa a capacidade criativa, principalmente quando o contexto social é desfavorável. Celso e Breno, que não conseguiram um emprego formal em uma empresa, mas buscaram alternativas para se manterem produzindo, tiveram que rever a expectativa inicial de trabalhar durante o tempo em que ficaram no exterior e a forma como isso poderia acontecer. Celso falou: *“[...] pô, de repente a coisa não é do jeito que eu imaginava, mas tem outra forma de dar certo, né”*; e Breno nos disse: *“pô, beleza, eu não preciso de salário, preciso de trabalho”*. Em consonância com o que Connell (2000) observou sobre a construção ativa das masculinidades, produzidas usando os recursos e estratégias disponíveis em um dado meio social, assim também esses dois entrevistados tiveram que buscar formas alternativas de exercitarem atividades, a fim de se manterem “masculinos”, em contato com o mundo dos negócios, indo para rua, sempre buscando proativamente formas de se engajarem em uma rotina por meio de comportamentos próprios do masculino. Diferentemente, Rui nunca teve a expectativa de trabalhar durante a expatriação. Seu objetivo sempre foi fazer um MBA que considerava importante para sua carreira. Percebemos, entretanto, que a escolha da universidade, uma escola de primeira linha na Suíça, lhe conferia um lugar de reconhecimento e prestígio na esfera pública, seara considerada domínio do masculino (Okin, 2008). Poderíamos imaginar que a sua fala *“[...] é*

quase como se tirasse o foco da minha esposa e colocasse em mim [...]” reflete a importância conferida a sua conquista, no sentido de o MBA ser uma forma de exercitar a sua masculinidade, estando ativo e engajado numa instituição de referência, pois, segundo Connell (2000), as masculinidades são definidas coletivamente na cultura e mantidas nas instituições.

Durante a expatriação, apenas Celso e Breno contaram que percebiam claramente que a sua posição gerava curiosidade e desconfiança dos outros homens, principalmente os pertencentes às empresas nas quais suas esposas atuavam, e sentiam-se muitas vezes incomodados e na obrigação de se justificarem, de mostrar que estavam fazendo algo, seja negócios ou estudos. Rui, no entanto, contou que não percebeu desconforto dos outros em relação ao fato de estar como marido acompanhante. Argumentou que faz parte da cultura suíça as pessoas se respeitarem mais, não se julgarem. Poderíamos supor que, também pelo fato de ele ter ficado mais isolado do contato social, tenha sido menos exposto a esse tipo de avaliação feita pelas pessoas ao seu redor. Ou seja, a interação cultural e características pessoais deve ser sempre considerada no caso de orientação.

Nos relatos de Celso e Breno também se pode identificar algumas situações de desconforto em função de as normas e práticas de gênero previsíveis estarem sendo violadas. Celso percebeu o mal-estar do gerente do banco quando ele teve que explicar o motivo por que sua mulher, e não ele, conseguia acessar pela internet as movimentações financeiras, ou quando foi ovacionado pelos funcionários do hotel no dia em que vestiu pela primeira vez um terno e desceu para a recepção, gerando visível alegria nos demais homens ao verem-no vestido de acordo com o que se espera de um verdadeiro espécime masculino (Connell, 2000). Verificamos, nesses exemplos, situações de definição da masculinidade, como trabalho, investimentos, roupa, tendo que ser vivenciadas e administradas por Celso a partir de uma posição pouco comum dentro da ordem de gênero e que nem sempre é visível e facilmente identificável pelos próprios sujeitos.

Breno, em viagens de negócios com a sua esposa, sentia certo constrangimento quando a organização desses eventos normalmente preparava alguma atividade para as esposas e, sempre que ele aparecia, não sabiam o que lhe propor, ou quando precisavam desfazer o mal-entendido sobre os convites para tais atividades, que vinham em nome dele e a esposa como acompanhante. Para Celso e Breno, havia uma percepção clara do desconforto que causavam por estarem contrariando um padrão previsto de que o homem é o expatriado, e a mulher quem o acompanha, cuidando da casa, sendo esse o modelo dos outros casais de expatriados que conheceram no exterior. Apesar disso, utilizavam o bom humor e a postura flexível para contornar essas situações, como foi o caso de Breno, aceitando ir junto em uma caminhada só para esposas, ou Celso, tranquilizando o gerente do banco, argumentando que queria que sua esposa tivesse acesso às movimentações financeiras, e não só ele, como o gerente havia sugerido.

A sociedade generificada em que vivemos, incluindo-se aí as instituições que reproduzem a diferença e a dominação entre homens e mulheres (Kimmel, 2013), aparece nos relatos de Rui e Breno. Renata, esposa de Rui, sente-se à vontade para solicitar que sua repatriação esperasse o término do MBA do marido; e Breno conta que Betina poderia, caso quisesse, recusar o convite de expatriação sem prejuízo algum para sua carreira, uma vez que ela era casada e seu marido poderia não querer ir. Após a análise das entrevistas, a pergunta que fica é: se a situação fosse invertida, isto é, se Rui e Breno fossem os executivos expatriados, seria esperado que eles postergassem uma transferência ou recusassem uma expatriação em função das necessidades de suas esposas?

A partir dessa vivência pouco frequente nas normas de gênero, é interessante perceber o que têm em comum os conselhos que os três entrevistados dariam para outros homens que fossem passar por experiência semelhante à deles. Advertem que um homem acompanhante deve estar preparado para conseguir flexibilizar, internamente, as normas restritas acerca da masculinidade e relevar as expectativas ambientais acerca delas. Rui diz: “*vá sem preconceito [...]*”; Celso fala:

“abre o olho, cara, porque vão acontecer situações parecidas e você tem que estar preparado [...]”; e Breno reforça: “não ouve a opinião dos outros, não, porque corre um grande risco de ouvir coisas que vão te influenciar e na hora que você for se mudar, vão estar só os dois lá [...]”, e acrescenta que existe cobrança maior da sociedade em geral em relação ao homem nesta posição e há uma maior probabilidade de preconceito e “piadinhas” quando é ele o acompanhante.

Os maiores desafios vivenciados pelo cônjuge masculino acompanhante, segundo as pesquisas anteriores (Harvey e Wiese, 1998; Cole, 2012), referem-se a estar contrariando as expectativas associadas ao gênero e todos os enfrentamentos que essa vivência traz, como vimos nos relatos de nossos entrevistados. A fala de Celso reforça isso: *“foi o fato de eu estar como marido, né, acompanhando, e não ser o motivador da mudança, esse foi o maior desafio”.*

Considerações finais

Refletir sobre os relatos permite concluir que a decisão de expatriar como marido acompanhante traz, no momento da decisão e durante todo o processo, desafios em relação à masculinidade que não podem ser minimizados, devendo ser considerados com cuidado quando da orientação individual e conjugal, bem como no desenvolvimento de políticas empresariais adequadas.

Ficar temporariamente sem trabalho, em uma posição pouco comum aos homens, mesmo considerando a maior flexibilidade das normas de gênero e a presença expressiva das mulheres no mercado de trabalho na atualidade, não é simples e é difícil de ser antecipada. As negociações consigo mesmo e com o mundo social, de modo a manter as prerrogativas de pertencer a um grupo hegemônico, ocorrem principalmente a partir do empenho de cada cônjuge em, ao deixar o mercado de trabalho formal, continuar a manter-se ativo e investindo na carreira.

Nosso trabalho indicou que as práticas de gênero relativas a manter-se produtivo, fazendo negócios ou estudando, garantiram

a autoestima e a redução de conflitos com a própria masculinidade entre nossos entrevistados e os de outros estudos já mencionados. No entanto, percebemos que, mesmo quando é a esposa a provedora, a naturalização de domínios prescritos para o masculino e feminino permanecem fortes mobilizadores inconscientes do comportamento tanto de homens quanto de mulheres, podendo se tornar fonte de conflito conjugal.

Connell (2005) refere-se à ordem de gênero como a organização social e as interações entre instituições e indivíduos e sua interseção na construção dele como sujeito. A vivência desses homens levou-nos a refletir sobre quanto a sociedade em que vivemos e as instituições que dela fazem parte são generificadas, isto é, quanto elas esperam do homem comportamentos e engajamentos adequados à manutenção da masculinidade hegemônica. Evidenciamos como o homem é pressionado para manter-se sustentando “o masculino”, como o poder deve ser garantido e como há mecanismos sociais de correção dos desvios. Os relatos obtidos exemplificam isso quando os entrevistados diziam que percebiam quanto estavam contrariando as normas de gênero e quanto isso de alguma forma os levava a tentar explicar e até mesmo justificar a sua posição.

Analisar a experiência segundo uma perspectiva de gênero nos trouxe a compreensão mais apurada das negociações que o homem deve fazer consigo mesmo e com a sociedade na qual está inserido, ou seja, mostrou como as masculinidades são projetos em aberto (Kimmel, 2013; Connell, 2000, 2005; Maciel Jr., 2006) e, portanto, que terapeutas e empresas não podem se manter cegos ao gênero.

Referências

- ABELE, Andrea e VOLMER, Judith (2011). Dual-Career Couples: Specific Challenges for Work-Life Integration. In: KAISER, Stephan et al. (orgs.). *Creating Balance? International Perspectives on the Work-Life Integration of Professionals*. Berlin, Springer-Verlag, pp. 173-189.
- BERTOLLO, M. et al. (2007). Casamento e trabalho: representações sociais para casais em dupla carreira. Grupo de Discussão Temática – V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira sobre representações Sociais. Brasília, DF.
- BRUSCHINI, Cristina et al. (2011). “Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios”. In: BARSTED, Leila Linhares e PITANGUY, Jacqueline. *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. CEPPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. ONU Mulheres. Disponível em: <http://www.cepia.org.br/progresso.html>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- COLE, Nina (2011). Managing global talent: Solving the spouse adjustment problem. *International Journal of Human Resource Management*, v. 22, n. 7.
- COLE, Nina (2012). Expatriate accompanying partners: the males speaks. *Ásia Pacific Journal of Human Resources*, n. 50.
- CONNELL, Robert (1995). *Masculinities: Knowledge, power and social change*. Los Angeles, University of California Press.
- CONNELL, Robert (2000). *The men and the boys*. Los Angeles, University of California Press.
- CONNELL, Raewyn (2005). *Masculinities*. Los Angeles, University of California Press.
- GUPTA, Ritu, BANERJEE, Pratyush e GAUR, Jighyasu (2012). A Key Challenge in Global HRM: Adding New Insights to Existing Expatriate Spouse Adjustment Models. *The Qualitative Report*, Los Angeles, University of California Press, v. 17. Disponível em: <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR17/gupta.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.
- HARVEY, Michael e WIESE, Danielle (1998). The Dual-Career Couple: Female Expatriates and Male Trailing Spouses. *Thunderbird International Business Review*, v. 40, n. 4, Jul/Ago.
- KIMMEL, Michael (2013). *The Gendered Society, fifth edition*. Nova York, Stony Brook University, State University of New York, Oxford University Press.

- MACIEL JR., Plínio de Almeida (2006). *Tornar-se homem: o projeto masculino na perspectiva de gênero*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MACIEL JR., Plínio de Almeida e SOUZA, Rosane Mantilla (2008). “Homem entrevista homem, mulher entrevista homem: questões de gênero nos procedimentos”. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Florianópolis, Mulher Ed. v.1, pp. 33-40.
- MÄKELÄ, Liisa, KÄNSÄLÄ, Marja e SUUTARI, Vesa (2011). The roles of expatriates’ spouses among dual career couples. *Cross Cultural Management: An International Journal*, v. 18, n. 2.
- MARTINS, Ana Lúcia de Miranda (2006). *Casamento e trabalho: reflexões sob a ótica de gênero e do ciclo vital*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. Brasília, Universidade de Brasília.
- MEIRELLES, Valéria Maria (2001). *Feminino superlativo Mulher, família e carreira*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- OKIN, Susan Moller (2008). Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, maio/ago.
- RAPOSO, Lecticia Maria Zambrano de Araújo (2014). *O cônjuge acompanhante é o homem: compreendendo a experiência masculina na expatriação de sua esposa executiva*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SANTOS, Carlos Henrique (2013). *Macho do século XXI: o executivo que virou dona de casa e acabou gostando*. São Paulo, Editora Letras e Lucros.
- SOUZA, Rosane Mantilla e MACIEL JR., Plínio de Almeida (2014). “Aposentadorias Masculinas e perdas ambíguas”. In: CASSELLATO, G. (org.). *O resgate da empatia. Suporte psicológico ao luto não reconhecido*. São Paulo, Summus, pp. 71-89.
- SPANGER, Maria Aparecida Fleury Costa (2012). *Glamour e sombras na expatriação de executivos e executivas globais: intercorrências no trabalho e na família*. Tese de doutoramento em Tecnologia e Sociedade. Curitiba, Universidade Tecnológica do Paraná.
- THOME, Candy Florencio (2012). *O princípio da igualdade de gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores*. São Paulo, LTr.

Masculinidades, gênero e dinheiro

Valéria Maria Meirelles

Como um dos “motores” da humanidade, o dinheiro faz parte da história humana há milhares de anos. Ao “carregar associações culturais e simbólicas geradas por seu uso como modalidade de riqueza e funcionamento de poder” (Dodd, 1997, p. 50), ele adquire conotações de domínio que perpassam a intersubjetividade na qual as relações de gênero globais, regionais e locais acontecem.

Por meio dos significados atribuídos ao dinheiro, como poder, status e prestígio, são construídas formas de uso e expectativas que exigem do homem comportamentos que levem a uma produção financeira que lhe confira valor perante a família e sociedade ou o exclua como um fracasso. Mesmo em sociedades onde a mulher já faz parte maciça da força de trabalho, como a nossa, ser o provedor ainda é uma prerrogativa atribuída ao masculino, e não conseguir sê-lo produz desprestígio e menos valia, impactando negativamente diversas esferas da vida dos homens e das famílias. Assim, Jimenez e Lefèvre (2004), por exemplo, realizaram estudo com homens desempregados e verificaram que nesse contexto a ingestão de álcool e drogas, bem como a violência, emerge como alternativa para a retomada de um lugar social identificado como masculino.

Presente em todos os relacionamentos, o dinheiro acaba por ser visto “de fora para dentro”, ou seja, pelos seus atributos sociais, que influenciam a constituição do *self* masculino, sendo que o triângulo produzido por trabalho, dinheiro e poder traz impactos significativos na saúde mental individual e familiar, tanto quanto problemas

econômicos e sociais relevantes. Em todos esses contextos, evidenciam-se premissas de gênero presentes nas práticas sociais que constroem um modelo de atuação de conduta no qual a masculinidade hegemônica é considerada o padrão (Connell, 1995, 2000, 2005), que pode ser estendido às “boas” práticas financeiras, nas quais a obrigatoriedade de sucesso e responsabilidade no uso do dinheiro, entendida de formas distintas conforme a classe social, confere ou não ao homem o seu lugar de permanência, prestígio e posição na família.

Mais além, nas relações sociais e profissionais, o dinheiro se impõe, fazendo parte velada do arsenal de práticas de subordinação (Connell, 1995, 2000, 2005), por meio da discriminação econômica entre os próprios homens, e com expressões culturais específicas. Por exemplo, ao contrário de países como os de cultura anglo-saxã, no Brasil, a renda anual é considerada algo que não se comenta, tanto que muitos homens mantêm “suas contas bancárias” no âmbito privado (Meirelles, 2012), o que pode ser entendido como uma preservação de valor próprio e proteção da identidade, mas que emerge “mascarada” por meio do consumo de bens e comportamentos que evocam privilégios e conquistas materiais, reforçando a construção de um sujeito ativo economicamente e, portanto, respeitado.

Tendo como perspectiva que os estudos sobre as masculinidades têm entre suas finalidades a identificação da diversidade de padrões de vida masculinos dentro de um sistema de gênero (Connell, 2005), nosso ensaio se propõe a refletir sobre como o uso do dinheiro e as formas de obtê-lo corroboram as práticas sociais que consideram a geração de renda e sucesso financeiro premissas fundantes no projeto de construção das diferenças não só entre homens e mulheres, mas também entre os homens.

O dinheiro na ordem de gênero

O dinheiro teve e tem múltiplas representações. Apareceu indiretamente por meio de mercadorias nas trocas de bens e serviços, sob a forma de saco de sal como pagamento – daí a palavra “salário” –,

em moedas, que surgiram na antiga Macedônia, em 600 a.C., ou em cédulas de papel, cartões de crédito e débito, o dinheiro de plástico, até chegar às criptomoedas virtuais; mas, em qualquer dessas modalidades, habita o cotidiano das sociedades entre todas as classes e nelas recebe significados, envolve crenças, valores e atribuições diversas que modelam seu uso e nos revelam como essas mesmas sociedades se estruturam (Weatherford, 2005).

Mitchell e Mickel (1999, p. 569) afirmam que, “simbolicamente, o dinheiro é frequentemente associado a quatro dos mais importantes atributos simbólicos pelos quais os seres humanos lutam: 1- conquista e reconhecimento; 2 - status e respeito; 3 - liberdade e controle; 4 - poder”. Ou seja, podemos considerá-lo um forte aliado das expectativas diferenciais de gênero, especialmente das envolvidas nas masculinidades.

Entendemos, assim como Araújo (2005), que gênero é um discurso cultural, um dos eixos sobre os quais se organiza a vida social e por meio do qual compreendemos e moldamos nossa própria existência. Através da organização de papéis e práticas, surge um “eu performativo” que se constrói e se ressignifica em cada relação, etapa e contextos da vida.

Kimmel (2013, p. 90) nos explica que gênero “não é uma propriedade dos indivíduos, uma ‘coisa’ que se tem, mas um conjunto específico de comportamentos que são produzidos em situações sociais específicas”, sendo, portanto, um atributo situacional. Assim, pode-se dizer que o indivíduo se comporta de maneira masculina ou feminina baseado em expectativas do que é ser homem e ser mulher em dado tempo e espaço social e pessoal.

Inseridos em lugares que começam na família e se ampliam para a escola, trabalho e sociedade como um todo, a disciplina impõe condutas preditoras de identidade aos meninos e meninas, que vão assimilando-as e reproduzindo padrões dominantes no decorrer de cada etapa do ciclo vital. Caberá à família transmitir competências sociais, disciplina ordenada, expectativas de conduta e valores que serão ampliados ao longo do desenvolvimento pessoal e no estabelecimento

de relações sociais mais amplas. No futuro, tais condutas serão cada vez mais replicadas no ambiente profissional, gerando dissonâncias nas relações entre homens e mulheres.

As sociedades humanas se diferenciam em suas configurações ao longo do tempo. Nas ocidentais democráticas, desde a Revolução Industrial, espera-se que os homens exerçam o papel de provedor da família e que seu trabalho garanta o sustento de sua esposa e filhos. Nessa perspectiva, expande nossa compreensão o conceito de ordem de gênero que Connell (1995, p. 98-99) credita a uma ideia de Jill Mathews, a saber: “um padrão historicamente construído de relações de poder entre homens e mulheres e definições de feminilidade e masculinidade”. Assim, masculinidade e feminilidade referem-se a uma posição nas relações de gênero, bem como às práticas por meio das quais homens e mulheres se alocam nessa posição e aos efeitos delas na experiência corporal, personalidade e cultura. Nesta circunstância, a relação homens, mulheres e dinheiro cria um contexto de perde-perde.

Mesmo hoje, quando, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2017), o percentual de domicílios chefiados por mulheres no Brasil é de 45%, e o último dado apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que a participação feminina no mercado de trabalho, em 2019, chegava a 49,9%, ainda se espera que o homem seja o provedor, o chefe da família, o que conduz muitos deles a uma luta insana pelo dinheiro, afastando-os das esposas e filhos em nome dos quais, paradoxalmente, se orientou para se tornar não só o provedor, mas, como argumentou Jessie Bernard (1981), um bom provedor.

A ordem de gênero que naturaliza o lugar de homens e mulheres a partir da imanência do sexo biológico, delimitando às mulheres as responsabilidades da casa e aos homens as da rua (trabalho, sociedade, política), se expressa na desigualdade entre ambos. Assim, mesmo quando trabalhadoras, as mulheres realizam, por semana, em média 10,4 horas a mais de trabalho doméstico não remunerado do que os homens, e recebem uma remuneração em média 26,5% menor do que a deles (IBGE, 2019) exercendo a mesma função.

Mas o privilégio deles é no mínimo ambíguo, pois o sucesso profissional masculino (avaliado pela conta bancária) e a virilidade (estimada pela capacidade de “colocar dinheiro em casa”) se traduzem em inferioridade quando ela ganha mais do que ele (Meirelles, 2001), e em grande sofrimento, problemas de saúde física e mental quando ele fica desempregado (Jimenez e Lefèvre, 2004; Schmidt et al., 2018). Todas essas circunstâncias não são vivenciadas como circunstâncias sociais, mas como falha de um homem que não está sendo suficientemente homem.

O dinheiro entre homens e mulheres

Estudar o uso dinheiro pelos homens nos ajuda a refletir sobre as masculinidades como padrões de práticas, inclusive as financeiras. Um exemplo atual diz respeito ao número de mulheres que investem na bolsa de valores ou Bolsa do Brasil (B3 – Bolsa, Brasil, Balcão): em maio de 2021, atingiu-se a marca de 1 milhão de investidoras, o que equivale a 30% do número total de investidores; os homens representam 70%.

Sendo assim, concordamos com a posição de Connell (1995), pois vários usos do dinheiro — como gerar renda, construir patrimônio, negociar e investir, por exemplo — são considerados atribuições mais dos homens que das mulheres, especialmente daqueles com mais de 45 anos. Eles se arriscam mais, são mais autoconfiantes e focados em adquirir bens, enquanto o oposto acontece com as mulheres, conforme resultados obtidos no Brasil, em nossa tese de doutorado (Meirelles, 2012).

Nossa pesquisa, voltada a entender o uso do dinheiro por homens e mulheres adultos de diferentes faixas etárias, níveis socioeconômico, educacional e condição conjugal, fez uso da escala MBBS (*Money Beliefs and Behaviour Scale*) de Furnham (1984) em mais de 600 participantes, tendo identificado nítidas diferenças nos padrões financeiros. Focados, exatamente, em ser considerados masculinos bem-sucedidos, os homens, mais do que as mulheres, se mostravam

mais obstinados por gerar e acumular dinheiro, principalmente quando solteiros e no início da vida adulta. E, até por terem menos despesas, também eram os que guardavam mais. Quando casados, ter dinheiro como reserva e patrimônio (casa própria) era considerado principal fator de segurança. Eles também se sentiam claramente mais capazes/competentes em relação ao uso do dinheiro, sendo este o aspecto central de suas vidas. Na contramão desses comportamentos, estavam as mulheres, especialmente as com idade acima de 45 anos, que receberam uma educação mais rígida e pautada em um determinado entendimento sobre o que caberia às mulheres e aos homens nas décadas de 1970 e 1980, ou seja, ainda na divisão provedor-dona de casa.

Observamos que as mulheres gastavam mais com estudos, mesmo porque ainda precisam provar a competência no mercado de trabalho, investindo mais em conhecimento. Também usavam mais o dinheiro com família, roupas e acessórios, eletrodomésticos e medicamentos, e parcelavam mais as compras. Como o dinheiro delas era considerado o dinheiro do grupo familiar, não priorizavam o mínimo de economia para si mesmas, de modo a investir e ter um “dinheiro seu”, como se tal comportamento não fizesse parte do repertório de condutas femininas (Meirelles, 2012).

As mulheres também claramente sustentam os ditames da ordem de gênero que destina posições binárias e naturais a homens e mulheres, limitando suas capacidades e domesticando-os às prescrições. Assim, a despeito de seus rendimentos, elas sofriam em relação a investimentos, pois não se reconheciam capazes de entendê-los, o que culminava em insatisfação e insegurança em relação ao que fazer com o dinheiro que produzem. Para reforçar tais dados, alinhadas a essas informações, as pesquisadoras norte-americanas Loebl e Hira (2006) estudaram as diferenças de gênero nos investimentos e identificaram que as mulheres depositavam nos maridos ou companheiros a responsabilidade pela segurança financeira delas próprias e da família, semelhante aos resultados obtidos em nossa pesquisa de mestrado quando estudamos casais de dupla carreira (Meirelles, 2001).

Em estudo com mulheres europeias, Prince (1993) também identificou diferenças de gênero no estilo financeiro. No caso delas, por exemplo, a associação entre dinheiro, prazer e ludicidade; e entre eles o entendimento do dinheiro como algo mais sério, que envolve conquista e resultados relevantes, voltados ao investimento e à perspectiva de correr riscos.

O modelo binário masculino-feminino, no que se refere ao uso do dinheiro, transcende a cultura ocidental. Pesquisas na Coreia e Japão (Masuo et al., 2004) revelaram que os homens têm comportamentos mais arrojados em relação ao uso do dinheiro, sendo elas mais cautelosas e conservadoras, inclusive nos investimentos. Na Malásia, Sabri, Hayhoe e Goh (2006) identificaram mais preocupações dos homens de diferentes idades ao longo do ciclo vital em relação à aquisição de dinheiro do que das mulheres. Ou seja, em várias partes do mundo o dinheiro tem se mostrado mais associado ao universo masculino do que ao feminino.

No Brasil, a educação financeira das famílias ainda é restrita e pouco difundida, sendo o uso do dinheiro transmitido espontaneamente por meio do comportamento de pais, mães e avós que reproduzem crenças e valores transgeracionais e culturais (Manfredini, 2019; Meirelles, 2012). Tais condutas reforçam um conjunto de práticas sociais que prescrevem o que homens e mulheres devem saber e fazer como parte da formação da “identidade” masculina e feminina. Mais ainda, reforçam a centralidade do dinheiro para homens, especialmente os mais velhos.

Em associação das pesquisas dos autores anteriormente apresentados com a que realizamos (Meirelles, 2012) também se evidenciam diferenças de comportamento de homens e mulheres perante o dinheiro, que impõem a eles a ênfase na aquisição de bens e habilidades para investimentos. Dessa forma, o desempenho financeiro e o volume patrimonial serão preditores da visibilidade ou não do homem como importante medida de sucesso e, consequentemente, poder e prestígio, sustentando diferenças importantes não só entre homens e mulheres, mas também entre os homens.

O dinheiro e a hierarquia entre os homens

Dinheiro significa sucesso e sucesso é um diferenciador do poder entre homens e mulheres, mas, principalmente, sua posse traduz a hierarquia entre os homens, na medida em que eles são frequentemente julgados e medidos pelo que “valem”. Nosso clima cultural tende a dar mais importância à renda de um homem, ao que ele é capaz de ganhar, ou quanto pode produzir no “mercado” do que a seus valores humanos e sociais (Gould, 1991), o que torna sua vulnerabilidade à hierarquia e hegemonia significativa, embora bastante invisível.

Já na primeira coletânea de artigos sobre masculinidades, organizada em 1987 por Michael Kaufman – *Beyond Patriarchy: essays by men on pleasure, power, and change* –, os autores indicavam o poder como a questão central na construção masculina, e a relação dialética entre opressão no nível individual e nas grandes estruturas baseadas na hierarquia e nos privilégios. Kaufman não nega a dominação dos homens em relação às mulheres, mas defende que os próprios homens são marcados e brutalizados pelo mesmo sistema que oferece seus poderes e privilégios (Kaufman, 1987).

Ter ou não dinheiro é um dos grandes privilégios que diferenciam os homens. Influencia a autoestima, a perspectiva de se sentir efetivo, sucesso e fracasso, sendo frequentemente usado como medida concreta do valor individual (Tatzel, 2002; Lin e Shih, 2012), uma vez que a quantidade de dinheiro que uma pessoa possui pode interferir na forma como é percebida e valorizada pelo grupo social, oferecendo *status* e reconhecimento.

Na maioria das comunidades há um padrão específico de masculinidade que é mais respeitado do que outros, o padrão hegemônico (Connell, 1995). Existem outros padrões de masculinidade que não atraem o mesmo respeito, ou, ao contrário, podem ser estigmatizados. O estudo de Connell (1995) identificou diferentes masculinidades e a relação entre elas. A masculinidade hegemônica não corresponde necessariamente às características dos homens concretamente mais

poderosos, mas diz respeito àquilo que sustenta o seu poder e àquilo que muitos homens são motivados a apoiar. Segundo a pesquisa do autor, poucos são os que se encaixam perfeitamente na hegemonia; no entanto, a maioria dos homens ganha com ela, visto que, mesmo não encarnando o ideal hegemônico, muitos alcançam parte de seus benefícios, por exemplo, as vantagens sobre as mulheres, apenas porque mantêm uma *relação de cumplicidade* com o grupo hegemônico. Essas “masculinidades cúmplices” se organizam em torno da aceitação do dividendo patriarcal.

Por outro lado, a norma hegemônica implica a dominação do heterossexual e a subordinação do homossexual no próprio grupo de homens, gerando práticas de subordinação por meio de exclusão política e cultural, violência e discriminação econômica. Gays não são os únicos a serem expulsos do círculo de legitimação; também o seriam o “nerd”, o “quatro olhos”, o “filhinho da mamãe”, o “monte de banha”. Finalmente, enquanto subordinados, podem ter acesso ao poder por meio do prestígio social do dinheiro. A marginalização é produzida em grupos explorados e oprimidos (p. ex.: grupos étnicos minoritários), que podem compartilhar muitas características da masculinidade hegemônica, mas que são socialmente desautorizados.

As diferentes masculinidades não se agrupam lado a lado como estilos alternativos de vida que os homens podem escolher livremente. Ante as críticas sobre as considerações de que criaram uma tipologia, Connell e Messerschmidt (2013) esclarecem que a masculinidade hegemônica não é caráter, mas um padrão de relações de gênero, como tal, sempre contestável, e que terá que ser sustentada ao longo da vida do indivíduo e pelas instituições.

Assim, o conceito de masculinidade hegemônica como padrão de práticas (coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) se expressa como meio de teorizar as relações generificadas de poder entre os homens, bem como compreender a efetividade das masculinidades na legitimação da ordem de gênero. Favorece identificar o patriarcado não somente como um poder dos homens sobre as mulheres, mas de hierarquias de poder entre

distintos grupos de homens, além de entre diferentes masculinidades. Hegemonia e dominação, subordinação e cumplicidade, marginalização e autorização desenharam um mapa para analisar masculinidades específicas.

Mantendo-nos no contexto do dinheiro, podemos indicar que tê-lo na quantidade desejada propicia a quem o possui, além de conforto material, *status* e poder perante a sociedade, a confirmação da masculinidade, da mesma forma que sua falta pode levar a estados depressivos e baixa autoestima (Perinbanayagam, 2011). Mais significativamente, a precariedade social, a pobreza e o desemprego, manifestos como dificuldade de obter proventos em geral, são situações geradoras de sofrimento, ausência/perda de reconhecimento, sentimento de inutilidade e, ainda, de rebaixamento de autoestima, uma vez que introduzem um hiato importante entre a percepção de si e as normas sociais que a suportam (Schmidt et al., 2018).

Connell e Messerschmidt (2013) ressaltam a importância do conceito de hegemonia, que favorece a identificação e documentação de suas consequências e custos, bem como a compreensão do sofrimento psíquico e das limitações dele decorrentes. O conceito também permite demonstrar a vasta diversidade de masculinidades, bem como o delineamento de suas transformações, como podemos visualizar nos novos formatos de produção e retenção de riquezas entre gays e nerds, por exemplo, que indicam fraturas ou questionamentos de aspectos da hegemonia na atualidade.

Além disso, consideramos que corresponder ao ideal de sucesso profissional hegemônico significa produzir proventos e administrá-los de forma eficiente, enquanto o insucesso se traduz em dificuldades de reconhecimento e pertencimento. Identificar a tensão entre as masculinidades expressa por meio do dinheiro também torna visível que o fracasso em prover é mais do que individual, é político, é parte da iniquidade social expressa na pobreza e na falta de acesso à educação e saúde.

Considerações finais

Ao refletirmos sobre como as práticas sociais que se impõem no uso do dinheiro impactam as relações, observamos a visibilidade ou invisibilidade do homem na sociedade por meio de seu desempenho financeiro. Ainda há uma evidente associação entre dinheiro e poder que transcende séculos de história (Weatherford, 2005), algo que simultaneamente impõe uma pressão maior aos homens em termos de sucesso financeiro e atua para manter relações hierárquicas não apenas entre eles e as mulheres, mas também entre os próprios homens.

Compreender as masculinidades contemporâneas é mapear as tendências de crise na ordem do gênero (Connell, 2005). O dinheiro é um meio significativo de estabelecer a correspondência entre ideal cultural e poder institucional (mercado de trabalho, mercado financeiro, sindicatos, partidos políticos), que criam e exageram as diferenças entre homens e mulheres, oferecendo modelos de relação e soluções para as relações de gênero. Mas também permite identificar políticas de iniquidade e exclusão entre os masculinos, mascarando e transformando temas sociais como a distribuição desigual de riquezas na sociedade no fracasso individual de parte dos homens em prover. Assim, pensamos que tornar visível a relação dos homens com o dinheiro pode ser um dos temas-chave para ultrapassarmos as crenças binárias e hierárquicas que oprimem muitos dos homens, bem como conduzir à justiça social.

Quais práticas sociais existem sobre dinheiro e como interferem nas relações, sejam familiares ou profissionais? Como elas contribuem para a satisfação com a vida e com formas deletérias de ser homem? São perguntas que deixamos em aberto, a fim de fomentar ainda mais o olhar para o uso do dinheiro em nossas práticas, seja na academia, produzindo conhecimento, seja fora dela, na clínica, nas organizações e nos programas que se interessem pelo tema, seja na condução de políticas públicas.

Referências

- ARAÚJO, Maria de Fátima (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicologia Clínica*, v. 17, n. 2.
- BERNARD, J. The good-provider role (1981). *American Psychologist*, v. 36, n. 1.
- BOLSA DO BRASIL (2021). Minuto B3 - 1 milhão de investidoras e alta na Bolsa. 26 de maio. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=M_xXBfK5CaU. Acesso em: 17 jun. 2021.
- CONNELL, Robert W. (1995). *Masculinities*. Los Angeles, University of California Press.
- CONNELL, Robert W. (2000). *The men and the boys*. Los Angeles, University of California Press.
- CONNELL, Raewin W. (2005). Hegemonic masculinity: rethinking the concept. *Gender & Society*, v. 19, n. 6.
- CONNELL, Raewin W. e MESSERSCHMIDT, James W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 1.
- DODD, Nigel (1997). *A sociologia do dinheiro*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- FURNHAM, Adrian (1984). Many sides of the coin: The psychology of money usage. *Personality and Individual Differences*, v. 5, n. 5.
- GOULD Robert E. (1991). "Men, money and masculinity". In: S. Klebanow and E.L. Lowenkopf (orgs.). *Money and Mind*. Nova York, Plenum Press, pp. 61-66.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2019). *Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 18 out. 2021.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2017). Retrato das desigualdades de gênero e raça. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_acymailing&ctrl=archive&task=view&listid=10-. Acesso em: 18 out. 2021.
- JIMENEZ, Luciene e LEFÊVRE, Fernando (2004). Desafios e Perspectivas: desemprego e masculinidade. *Rev. Interação em Psicologia*, v. 8, n. 2.

- KAUFMAN, Michael (1987). "The construction of masculinity and the triad of men's violence". In: KAUFMAN, M. (org.). *Beyond patriarchy: Essays by men on pleasure, power, and change*. Toronto, Oxford University Press, pp. 1-29.
- KIMMEL, Michael S. (2013). *The Gendered Society*. Oxford, Oxford University Press.
- LOEBL, Caecilia e HIRA, T. (2007). Exploring Gender Differences in Information Acquisition for Investments. *Values and economy: proceedings of the 32nd IAREP Conference*. Ljubljana, Filozofska Fakulteta. pp. 504-510.
- MANFREDINI, Andreza Maria Neves (2019). *As relações com o dinheiro: construindo, destruindo, re e co construindo caminhos possíveis com o dinheiro na família*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MASUO, Daine M. et al. (2004). Do men and women perceive money differently? A study of Asian and Asian American college students. *Papers of the Western Family Economics Association*, v. 19, n. 1.
- MEIRELLES, Valéria Maria (2001). *Feminino superlativo: mulher, família e carreira*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MEIRELLES, Valéria Maria (2012). *Atitudes, crenças e comportamentos de homens e mulheres em relação ao dinheiro na vida adulta*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MITCHELL, Terence R. e MICKEL, Amy E. (1999). The meaning of money: an individual-difference perspective. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 3, jul.
- PERINBANAYAGAM, Robert (2011). The Coinage of the Self: money, signs, and the social self. *Studies in Symbolic Interaction*, v. 36, n. 4, may.
- PRINCE, Melvin. (1993). Women, men, and money styles. *Journal of Economic Psychology*, v. 14, n. 3.
- SABRI, Mohamad Fazli, HAYHOE, C. R. e GOH, Lay Ai (2006). Attitudes, values and belief towards money: gender and working sector comparison. *Pertanika Journal of Social Science and Humanities*, v. 14, n. 2.
- SCHMIDT, Maria Luiza Gava, JANUÁRIO, Caio Augusto Rodrigues Martins e ROTOLI, Liliane Ubeda Morandi (2018). Sofrimento psíquico e social na situação de desemprego. *Cad. psicol. soc. trab.*, v. 21, n.1.
- WEATHERFORD, Jack (2005). *A história do dinheiro*. Rio de Janeiro, Elsevier.

“Ao volante, eu sou um homem”: gênero, masculinidades e trabalho

Sonia Ligia Angélico
Ronald Setton

Começamos nosso ensaio compartilhando com o leitor uma cena do cotidiano do homem coautor deste ensaio.

Um dia desses, como sempre já estava atrasado para meus compromissos e o meu carro na oficina para revisão, saio na rua e solicito um carro por aplicativo.

O carro disponível chega logo, entro, sento no banco traseiro e peço rapidez para chegar ao meu destino. O motorista nada comenta e sai com o veículo. Por alguns minutos, fico concentrado nos meus pensamentos, revisando minha agenda. Subitamente, reparo que o motorista é uma mulher. Fico meio envergonhado de não ter sido mais gentil e inicio um diálogo sobre as atividades profissionais que as mulheres exercem.

Qual foi minha surpresa quando ela me interrompeu e categoricamente afirmou: “Ao volante, sou um homem”. Fico sem palavras e início um processo de reflexão sobre meu comportamento e a declaração da motorista, sobre como “ser um homem ao volante” indica uma prescrição de gênero. É como se a profissional tentasse me convencer que é uma exímia motorista, argumentando que ao volante se comporta como um homem. Isso diz respeito a uma crença construída de que a atividade profissional de motorista é masculina e que os homens a exercem com destreza e agilidade, o que ajuda a compreender

o preconceito social relativo ao comportamento das mulheres ao volante (sempre “barbeiras”, inseguras, medrosas e, com isso, levando maior risco ao passageiro). Pois então... essa situação me fez refletir sobre padrões, mitos, crenças e comportamentos socialmente aceitos que estavam presentes subliminarmente em nossa comunicação.

Apesar de muitas mudanças em relação às prescrições de gênero, no mundo do trabalho muitas profissões ainda são percebidas como sendo “masculinas”, e, portanto, o objetivo deste ensaio é discutir as crenças e valores sociais que pautam a relação entre o trabalho e as masculinidades sob a ótica de gênero e dos estudos críticos das masculinidades.

Gênero e masculinidade

De acordo com Kimmel (2013), nossa sociedade é generificada e patriarcal, o que vem marcando e definindo secularmente a posição de homens e mulheres no contexto sociocultural. Frequentemente, os elementos que definem e medem um homem nas sociedades patriarcais são: controle e dominação, poder, êxito, riqueza e posição social, ser competitivo e vencer. Outro atributo masculino, segundo a ordem patriarcal, é a agressividade e racionalidade diante das crises, com controle total das emoções. O fracasso em encarar e cumprir qualquer uma dessas tarefas provoca dilema e dor nos homens, “pois fugir do modelo significa não ser homem de verdade, ao passo que corresponder integralmente ao modelo é impossível” (ibid., p. 51).

O domínio do homem sobre a mulher, sua posição hegemônica e de superioridade social vêm sofrendo mudanças substanciais nos últimos tempos, pondo em xeque a naturalização e as atribuições sociais do que é ser masculino. Podemos elencar importantes marcos que vêm sustentando essas mudanças. Por exemplo, ainda no século XX, o surgimento do movimento feminista, que reivindicava a libertação da submissão ao homem, entre outras pautas, e o surgimento da pílula anticoncepcional, fazendo com que a mulher pudesse ter maior controle sobre seu corpo e sexualidade. Outro marcador legal/

social importante diz respeito à lei do divórcio, sancionada no Brasil em 1977, que possibilitou mudanças nas configurações familiares e conjugais e impactou as relações sociais. Observa-se, então, que as emancipações femininas e as mudanças culturais vêm contribuindo sobremaneira para problematizar as masculinidades e os projetos masculinos no presente.

O campo dos estudos críticos sobre homens e masculinidades começa a se organizar entre as décadas de 1980 e 1990, inicialmente nos EUA e na Inglaterra, buscando em parte responder ao movimento “masculinista” ou “mitopoético”, que teve na figura do poeta e ensaísta estadunidense Robert Bly sua expressão máxima, e que defendia o resgate do “homem duro” e da “masculinidade real” em contraposição ao “homem mole, feminino e sensível”, que, segundo ele, ameaçava as imagens positivas da masculinidade (Bly, 1991). Outra característica deste campo de estudos é que desde sua origem se alinha com os estudos feministas e questiona a relação dos homens com o poder patriarcal em diferentes épocas da história humana.

Na década de 1970, os primeiros trabalhos sobre homens e masculinidade que surgiram sob a perspectiva do que depois foi chamado de “movimento mitopoético” foram diretamente questionados por teóricas feministas que começavam a buscar novas formas de pensar as diferenças entre os sexos, e que afirmavam que nenhuma definição do que é ser homem ou mulher poderia ser assumida previamente, chamando a atenção para as relações de poder na sociedade. Kimmel e Messner (1995) afirmam que já no final da década de 1980 alguns estudos começavam a indicar os custos pessoais e sociais para os homens das regras dos papéis tradicionais de gênero, analisando como alguns aspectos da vida e das experiências masculinas são limitados e subdesenvolvidos, em função da constante pressão em mostrar comportamentos tradicionalmente ligados à masculinidade.

As pesquisas atuais sobre homens e masculinidade vêm cada vez mais seguindo os passos teóricos e metodológicos percorridos pelos estudos das masculinidades de enfoque feminista, nos quais a definição normativa de masculinidade é vista como dominante, mas não

como a única versão. O desafio à concepção da masculinidade hegemônica, comentam Kimmel e Messner (1995), surgiu de homens cujas masculinidades são vistas como desviantes: negros, homossexuais e de outras etnias. O entendimento de que não se pode falar da masculinidade e feminilidade no singular foi a tônica de vários estudos das décadas de 1980 e 1990, com destaque para os estudos de Kimmel (1987, 2013), Kimmel e Messner (1995) e Connell (1995, 2016), entre outros.

Falar em gênero significa enfatizar as ordens e a hierarquias de um mundo no qual todos os sistemas são generificados (Kimmel, 2013), com desdobramentos que englobam o Estado, as instituições sociais, bem como a família e a sexualidade, tendo, na verdade, impactos transversais na vida das pessoas.

Quando Connell (1995) fala de política do gênero, refere-se ao fato de que, se o gênero é um produto histórico, então ele está aberto à mudança histórica. Se quisermos que essa mudança se torne consciente e aberta ao controle democrático, precisamos saber como “o gênero é moldado e como pode ser remoldado” (ibid., p. 189).

É possível que estejamos testemunhando agora, como resultado dessa interação global, a criação de novas formas de masculinidade hegemônica. As condições para a hegemonia estão mudando, com o crescimento do feminismo mundial, a estabilização de novas formas de sexualidade e a criação de uma economia global. (Connell, 1995, p. 193)

Kimmel (2013) elucida que o poder e o privilégio advindos da masculinidade nas relações de gênero são invisíveis para os homens, principalmente para aqueles que ocupam posições sociais economicamente vantajosas. Por outro lado, segundo ele, para os homens que não desfrutam das mesmas regalias e prestígio social, e ainda para as mulheres, esse poder e privilégio se tornam evidentes. Acompanhada da invisibilidade, tem-se a normatização do privilégio masculino, especialmente quando a condição privilegiada passa a ser entendida como a norma a partir da qual se definem os desvios. Os grupos

de homens cujas expressões de masculinidade são marginalizadas e/ou desviantes em relação à hegemônica não desfrutam dos mesmos privilégios masculinos garantidos por ela e são aqueles afetados pela dominação e pela violência.

Atualmente, os privilégios decorrentes da hegemonia masculina vêm mudando substancialmente, o que pode ser considerado por alguns autores como refletindo uma crise masculina contemporânea, originada pela inter-relação de diferentes fatos sociais, como a maior participação das mulheres no mercado do trabalho remunerado, o avanço da tecnologia no campo das sexualidades, a pluralidade de manifestações de papéis e identidade sexuais, a redefinição do papel de pai, a maior preocupação com o corpo e com a estética, e as tentativas para manter e sustentar certas expressões de masculinidade ainda pautadas em relações assimétricas de poder entre homens e mulheres, e dos homens entre si (Connell e Messerschmidt, 2013).

Masculinidades e trabalho

Podemos afirmar que, desde o advento do Capitalismo e da Revolução Industrial do século XVIII, o trabalho remunerado tornou-se um atributo de extrema importância da vida humana nas sociedades ocidentais, e é consenso afirmar que ele tem um papel central na vida das pessoas. Muitas das nossas experiências a partir do início da vida adulta são medidas e valorizadas (ou não) pela nossa capacidade de produzir e manter nosso sustento, isto é, pela nossa força de trabalho expressa na profissão que exercemos.

Quando realizamos uma correlação entre trabalho e masculinidades, é importante considerar a íntima relação e conexão existente entre eles. Na primeira metade do século XX, especialmente nas camadas médias urbanas populacionais do Ocidente, atribuiu-se ao homem o papel de provedor da família, sendo que muito de sua valorização familiar e social como homem se pautava no seu potencial produtivo alcançado pelo trabalho.

Souza e Maciel Jr. (2014) referem que o trabalho é um elemento definidor do masculino e que todas as sociedades têm as divisões de trabalho de certa forma baseadas em gêneros. Como citam os autores:

Mesmo que contenha mulheres, se baseia no funcionamento que favorece a masculinidade desejável: racionalidade, autocontrole (na expressão das próprias emoções e sentimentos), força, poder, virilidade e capacidade de decisão, sucesso lido pelo saldo bancário, capacidade de competir e ultrapassar limites. (Ibid., p. 79)

Dentro dessa lógica, podemos citar a pesquisa de Eccel (2009) intitulada *Subjetividades contemporâneas, trabalho e masculinidades*. O objetivo principal da pesquisa foi analisar como as ideias de masculinidade hegemônica presentes em uma organização afetam a construção e o estilo de vida de homens e mulheres no seu dia a dia no mundo do trabalho. A pesquisa de natureza qualitativa realizada no âmbito de uma refinaria de petróleo, no sul do Brasil, envolveu entrevistas com homens (17) e mulheres (6) que ocupavam cargos executivos e de liderança na empresa. De forma geral, a análise evidenciou que as relações de trabalho nesse contexto organizacional contribuíram para a produção e valorização de determinado tipo de masculinidade, afetando, portanto, as relações de gênero na construção de subjetividades no mundo do trabalho. Um dos participantes da pesquisa expressa a seguinte consideração:

[...] uma coisa que é pouco admitida é tu demonstrar fraqueza num evento. Gerente tá acima de qualquer problema humano. Então, tu ter uma emergência e tu fraquejar é malvisto. Tu chorar, nem pensar! Para uma mulher gerente talvez dê para fraquejar um pouquinho mais. Aí tem um pouco de machismo, talvez. (Ibid, p. 151)

Observou-se, pelo trabalho de Eccel (2009), que o contexto organizacional age na valorização e produção de estilos de masculinidade que se tornam hegemônicas em detrimento de outras que não gozam dos mesmos “privilégios da invisibilidade”. Outra questão

interessante como contribuição teórica para estudos organizacionais, e que a pesquisa de Eccel possibilita, é uma visão sobre as relações de poder e hierarquização entre as masculinidades, e não apenas a dominação do masculino sobre o feminino.

Outro estudo que discute a relação entre trabalho e masculinidade é o de Saldanha et al. (2018), cujo título é *Construção e desconstrução das identidades masculinas entre trabalhadores metalúrgicos acometidos de LER/DORT* (Lesão por esforço repetitivo / Doença ocupacional relacionada ao trabalho). O estudo buscou evidenciar os elementos da dinâmica entre a construção da identidade do trabalhador metalúrgico, a desconstrução do mundo da vida após o adoecimento e a incapacidade prolongada, e a ressignificação da identidade masculina hegemônica, com o registro de novas possibilidades para o devir enquanto homem com doença crônica.

De forma geral, os resultados apontam que, para além do corpo, da autoimagem, da capacidade e do desempenho, há a interdição do futuro. Quando o futuro não pode ser projetado, a percepção da vulnerabilidade e da finitude se torna muito presente em cada cena da vida cotidiana, e esses homens passam a viver um “presente contínuo”, “sobrecarregado de dor”, perdas e exclusão social, o que impacta sua percepção enquanto homens (ibid., 2018).

Na dissertação de mestrado de Angélico (2019), *Dando voz ao homem de hoje: valores e crenças subjacentes às atitudes e comportamentos ditos como machistas*, uma das categorias de análise discutida foi a relação do homem com o trabalho. Nesta categoria, destacamos a seguinte pergunta: homem que é homem tem que ser valente, competitivo e bem-sucedido profissionalmente? Observou-se na análise dos resultados que essa questão apresentou maior centralidade, indicando uma alta correlação e uma grande consistência entre as questões, que é a medida de centralidade, mostrando quanto a masculinidade hegemônica é dominante e quanto a ideologia machista está presente na sociedade, pois, segundo a autora, uns dos aspectos psicológicos fundamentais na construção da identidade masculina é este homem que

tem que ter dinheiro, ter trabalho e ter autoridade, ou seja, o homem não pode fracassar em uma área tão central, que o define tanto, como a do trabalho.

Considerações finais

Podemos concluir afirmando que a ampliação do foco de estudos de gênero e das masculinidades relacionados às profissões e carreiras em nossa sociedade permite lançar um olhar sobre a centralidade do trabalho e sobre como ela pode nos fornecer elementos para compreendermos a construção e a expressão de ideias, crenças e valores sobre as masculinidades.

O que gostaríamos de deixar como resultado desta reflexão é nossa constatação do quanto estamos distantes de um mundo onde não seria necessário escolher ser homem ou mulher, ser heterossexual ou homossexual, nas profissões e carreiras, e no qual cada pessoa pudesse se desenvolver profissionalmente atendendo às suas necessidades pessoais, e não a padrões de há muito tempo estabelecidos. Há muito ainda para se mudar e se transformar, pois o processo cultural, os valores e as crenças na sociedade patriarcal estão muito arraigados, tanto nas atitudes de homens como de mulheres.

Com isso, queremos dizer que a motorista que mencionamos no início deste ensaio pode dizer “Ao volante, sou uma mulher” sem que isso a faça inferior ou menos competente que qualquer outro motorista do sexo masculino, e marcando posição de que as profissões não podem e não devem ser definidas por gênero, mas sim pelas competências e habilidades que cada pessoa pode demonstrar.

Referências

ANGÉLICO, Sonia Ligia (2019). *Dando voz ao homem de hoje: valores e crenças subjacentes às atitudes e comportamentos ditos como machistas*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BLY, Robert (1991). *João de Ferro: um livro sobre homens*. Rio de Janeiro, Campus.

- CONNELL, Raewyn (2016). *Gênero em termos reais*. São Paulo, nVersos.
- CONNELL, Robert W. (1995). *Masculinities*. Berkeley, University of California Press.
- CONNELL, Robert W. e MESSERSCHMIDT, James W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, jan/abr.
- CONNELL, Robert (1995). Políticas da Masculinidade. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, pp. 185-206, jul./dez.
- ECCEL, Claudia Sirangelo (2009). *Subjetividades contemporâneas, trabalho e masculinidades*. Tese de doutoramento em Administração. Porto Alegre, Universidade Federal Rio Grande do Sul.
- KIMMEL, Michael Scott (1987). *Changing Men: New Directions in Research on Men and Masculinity*. Thousand Oaks, Sage Publications.
- KIMMEL, Michael Scott (2013). *The Gendered Society*. Oxford, Oxford University Press.
- KIMMEL, Michael Scott e MESSNER, Michael Alan (1995). "Introduction". In: KIMMEL, M. S. e MESSNER, M. A. (orgs.). *Men's lives*. Londres, Allyn and Bacon, pp. ix-xvii.
- SALDANHA, Jorge Henrique Santos et al. (2018). *Construção e desconstrução das identidades masculinas entre trabalhadores metalúrgicos acometidos de LER/DORT*. *Caderno de Saúde Pública*, n. 34, maio.
- SOUZA, Rosane Mantilla de e MACIEL JR., Plínio de Almeida (2014). Aposentadorias masculinas e perdas ambíguas. In: CASELATTO, Gabriela (org.). *O resgate da empatia: suporte psicológico ao luto não reconhecido*. São Paulo, Summus, pp. 71-89.

A guarda judicial pleiteada e concedida ao pai

Carlos David de Freitas
Rosane Mantilla de Souza

Nas últimas quatro ou cinco décadas, ao contrário do passado, quando se admitia um único formato familiar, a família conjugal heterossexual, assistimos à normalização de múltiplas formas de expressão familiar, sendo que a Constituição da República Brasileira, promulgada em 1988, destituiu a existência anterior do pátrio poder, igualando os direitos entre homens e mulheres e entre cônjuges (artigo 226, § 5.º), e passou a considerar família como “uma comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (artigo 226, § 4.º), destituindo o casamento como única forma de constituição de família e validando a existência da união estável e das famílias monoparentais, ou seja, daquelas “formadas por qualquer dos pais que viva com seus descendentes” (artigo 226, § 3.º e 4.º).

Embora não todas, muitas das famílias monoparentais são decorrência do divórcio. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 2014 e 2018 foram registrados em fóruns de primeira instância 1.384.431 divórcios no Brasil. Em 2016 foram 267.268; em 2017, 295.108; em 2018, 306.376, o que mostra que os números continuam crescendo. De fato, dentre os institutos legais, o divórcio é o que mais favoreceu a visibilidade das mudanças demográficas e ideológicas – no sentido de um ideal democrático ou igualitário de relações – na família brasileira.

Sob a óptica dos implicados, longe de ser uma lei ou evento, o divórcio expressa um longo processo de mudanças que devem ser atravessadas por todos os envolvidos: pai, mãe, filhos e demais familiares. O núcleo conjugal se separa, criando duas casas e dois núcleos parento-filiais, o que altera de modo mais ou menos contundente as responsabilidades e privilégios associados à parentalidade.

Os conflitos e insatisfações do casal que conduzem à ruptura conjugal nem sempre se resolvem quando da separação, ao contrário, frequentemente se estendem nas disputas de guarda, na revisão da pensão e no sistema de visitação dos filhos (Souza e Ramires, 2006). Guarda é um dos atributos do poder familiar, sendo este um conjunto de obrigações, direitos e deveres que os pais exercem igualmente em relação aos filhos.

A guarda implica cuidar, proteger, comandar, orientar e formar moralmente a criança. O artigo 226, § 5.º, da Constituição concede a ambos os genitores o exercício do poder familiar perante os filhos em comum. Mas, no caso de divergência, pode ocorrer uma disputa quanto à guarda que servirá para determinar quem será o responsável por direcionar a vida dos filhos.

A discussão sobre guarda dos filhos traz implicações com relação ao gênero, em indagações como semelhanças, diferenças, complementaridades e oposição entre homens e mulheres, e quem pode ou não cuidar de crianças e adolescentes, sendo o objetivo deste ensaio adentrar o campo das disputas de guarda e dar destaque aos pedidos masculinos em suas interfaces com as questões de gênero.

As guardas

O Direito Civil português foi aplicado ao Brasil até 1916, por meio das Ordenações Filipinas, caracterizadas como uma coleção de normas provenientes do Direito Romano que prevaleceram em nosso país mesmo após a independência e sua revogação em Portugal.

Nas Ordenações, o homem era o responsável pela mulher e filhos, não havendo dúvidas, no caso de dissolução conjugal, sobre a guarda paterna (Quintas, 2010).

O primeiro Código Civil brasileiro foi promulgado em 1916. Nele, o desquite judicial era permitido; com relação à guarda dos filhos, quando os ex-cônjuges não entravam em acordo, o critério estabelecido para resolver a situação legalmente era o de conceder a guarda ao cônjuge “inocente”, ficando desprovido desse direito aquele considerado “culpado”. No caso de ambos serem culpados, a mãe teria o direito de ficar com a guarda das filhas menores e com os filhos até completarem seis anos de idade, quando então os meninos passariam a ficar sob a guarda do pai (Quintas, 2010).

O código de 1916 surgiu em paralelo ao movimento higienista, que fomentou uma crescente psicologização do cuidado materno e deu ênfase à importância dos anos formadores. Ao longo do século XX, cada vez mais a naturalização da maternidade foi baseando as decisões judiciais, de modo que a guarda masculina foi se tornando pouco usual e, quando ocorria, era frequente se dizer que havia uma mulher (avó, tia, nova companheira) maternando.

Em 1962, ficou estabelecido que, sendo os ex-cônjuges culpados pela separação, e não havendo concordância com relação à guarda dos filhos, estes ficariam com a mãe, o que favoreceu a posição da mulher segundo alguns (Monteiro, 1989) ou gerou a “vitória de Pirro” da naturalização da maternidade.

No ano de 1977, entrou em vigor a primeira lei brasileira do divórcio (Lei n.º 6.515) e nela prevaleceu que os filhos menores ficariam com o cônjuge que não causou a separação e sob os cuidados maternos quando os dois fossem culpados. Com a promulgação do Código Civil de 2002, modificações importantes ocorreram na lei. Uma delas foi que o critério de culpa deixou de ser fator determinante para a escolha do guardião: a guarda passou a ser atribuída àquele que revelasse melhores condições para exercer o poder familiar.

Na esteira dos questionamentos feministas e da igualdade de direitos entre homens e mulheres, em muitos dos países do Ocidente

foi se instituindo a guarda compartilhada, que é legalizada no Brasil em 2008 (Lei n.º 11.698) como resposta às reivindicações daqueles que não detinham a guarda dos filhos, devendo haver consenso entre os pais em tal modalidade (Quintas, 2010). Posteriormente, em 2014, essa modalidade de guarda foi objeto de nova lei (Lei n.º 13.058) e nela consta que, mesmo não havendo consenso entre os pais, o juiz pode aplicá-la.

Sobre as disputas de guarda

O Código Civil Brasileiro de 2002 apresenta três modalidades de guarda: a) a guarda unilateral, atribuída a apenas um dos genitores; b) a guarda alternada, na qual cada genitor fica com a responsabilidade legal dos filhos quando eles estão em sua companhia; e c) a guarda compartilhada, onde os dois genitores são detentores da guarda e os filhos poderão ter duas residências ou apenas uma (Quintas, 2010).

Como foi observado no tópico anterior, assistimos durante o século XX a um movimento de priorização da guarda unilateral feminina, movimento esse calcado no discurso político-médico-higienista de que não só a feminilidade emana da condição biológica, como a natureza feminina está associada aos órgãos reprodutivos e, por decorrência, os papéis sociais são distintos para homens e mulheres: aos primeiros destinam-se atividades do mundo público, do trabalho, da política e do comércio, e às últimas atividades na esfera privada da família, desempenhando funções de mãe e esposa (Martins, 2004).

A naturalização é um processo político e ideológico que interpreta como sendo naturais o que, de fato, são produções sociais e históricas, e não favorece homens nem mulheres. Apesar de muitas mudanças sociais, ainda prevalece a ideia de que a mãe possui melhores habilidades para realizar os cuidados dos filhos que o pai, o qual permanece em segundo plano (Souza, 1994; Pereira, Prola e Silva, 2015).

A naturalização da maternidade sustenta um elemento central da ordem de gênero que prescreve domínios excludentes, embora complementares, para mulheres e homens, domesticando-os e

limitando-os em seus potenciais. Obscurece o fato de que as mulheres aprendem a ser mães no decorrer do relacionamento com os filhos e que os pais aprendem ou podem aprender a ser pais no relacionamento com a prole, o que se traduz em resultados positivos para a família, inclusive após o divórcio (Souza, 1994).

Hoje, muitos homens vêm questionando os limites que os ditames da masculinidade hegemônica lhes impõem, bem como as consequências da guarda unilateral feminina prioritária, pois a figura parental que não detém a guarda deve resolver como manter um relacionamento no qual parte das responsabilidades e privilégios lhe estão limitados.

Tanto pais quanto filhos identificam as restrições impostas ao relacionamento nas guardas unilaterais, que se evidenciam na tendência da figura parental sem guarda se tornar periférica. É importante considerar que quando pais sentem que têm um papel significativo na vida dos filhos isso confirma sua identidade como parental e mantém sua presença, a despeito das dificuldades (Souza e Ramires, 2006).

Conforme pode ser observado na Tabela 1, no Brasil, cresce a busca da guarda compartilhada que pretende preservar o “status” e papéis de ambos os pais, de modo que eles dividam o cuidado, as responsabilidades, os privilégios e as limitações, mas a guarda unilateral feminina ainda impera de acordo com os dados obtidos junto ao IBGE entre os anos de 2015 e 2019.

Tabela 1 – Guarda concedida em primeira instância com casais com filhos menores

Ano	Mãe	%	Compartilhada	%	Pai	%	Total
2015	111.712	81,33	18.238	13,27	7.402	5,38	137.352
2016	109.360	77,31	24.834	17,55	7.256	5,12	141.450
2017	109.745	73,02	33.024	21,97	7.521	5,00	150.290
2018	108.913	69,55	40.553	25,89	7.115	4,54	156.581
2019	101.048	66,91	43.367	28,71	6.601	4,37	151.016

Fonte: Os autores

Mas a guarda dos filhos não é definitiva. Está sempre aberta à revisão e disputa. Nessa direção, de modo a termos uma noção mais circunscrita dos pedidos de revisão em que o homem consegue a guarda dos filhos menores, foi feito um levantamento dos 227 processos atendidos entre os anos de 2015 e 2019 no Fórum de Marília, cidade com cerca de 250.000 habitantes, no estado de São Paulo. Em primeiro lugar, observamos as determinações em divórcios cumulados com a regularização de guarda e obtivemos apenas seis processos, dos quais quatro se referiram à guarda unilateral feminina. Dado semelhante ocorre quando da dissolução de união estável, quando sete de oito pedidos determinaram a guarda unilateral feminina. Por tratar-se de números muito pequenos, é difícil considerar que seja uma tendência maior de valorizar maternidade ou paternidade.

A seguir, foi feito o levantamento de processos de pedido de mudança de guarda para o pai, cujos resultados se encontram na Tabela 2.

Tabela 2 – Processos de pedidos de guarda pelo pai com decisão favorável a ele ou à mãe

	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Pai	19	14	09	19	14	75
Mãe	08	05	12	13	05	43
						118

Fonte: Os autores.

Cabe mencionar que dos 118 pedidos de guarda requerida pelo pai, 75, o que representa 65,55% dos casos, lhes foram favoráveis, o que surpreende, considerando o perfil nacional e levando-nos a perguntar sob que condições isso ocorre. Mas, antes disso, tendo em vista que se tornaram frequentes os pedidos de guarda unilateral paterna convertida em guarda compartilhada, passemos a analisar os dados que se encontram na Tabela 3.

Tabela 3 – Guarda compartilhada e residência fixada com o pai ou com a mãe

	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Pai	00	02	06	02	03	13
Mãe	07	06	11	06	02	32
						45

Fonte: Os autores.

Nota-se que, na solicitação de guarda unilateral masculina convertida em guarda compartilhada, 28,88% dos filhos passaram a residir com o pai, enquanto para 71% a fixação da residência foi no lar materno.

Também é possível que no decorrer da audiência haja acordo entre o casal. No período que analisamos ocorreram 43 acordos, de modo que em 13 casos (30,23%) o pai obteve a guarda unilateral dos filhos e em 30 casos (69,76%) a guarda permaneceu unilateral materna. Além disso, observamos que em sete processos o pai e a mãe estabeleceram acordo prévio, o que gerou o arquivamento do processo. Dentre estes, houve apenas um com a concessão de guarda paterna.

Resumindo, nas decisões obtidas de mudança para guarda paterna, ou compartilhada com residência paterna, obtivemos um total de 46,25% de decisões favoráveis ao pai, o que é bem superior à média brasileira. Mas cabe destacar que os principais argumentos utilizados nas decisões favoráveis aos homens giraram em torno de os filhos já residirem com ele, enquanto nos casos de negação a situação foi inversa. Portanto, embora os resultados indiquem uma tendência em favor da competência masculina, a concessão de guarda judicial ao pai nesse contexto parece ocorrer diante do exercício de guarda de fato, e a corte apenas reconhece o que já ocorre.

Estará o pai preparado para assumir a guarda unilateral?

Cuidar de filhos é um processo complexo. Significa alimentar e proteger de perigos, mas também socializar, permitir que alguém se insira em uma cultura e se desenvolva como um membro de seu

grupo social. Na prática, significa ações muito prosaicas e repetitivas (dar comida, levar à escola, ao médico, à casa de amigos, dar conselhos, exigir autocuidado), e ao mesmo tempo evolutivas (comprar roupas maiores, apoiar nos estudos, reconhecer autonomia). Nos séculos XIX e XX, vimos as mulheres se tornando as cuidadoras diretas da prole, enquanto os homens exerceram esse cuidado indiretamente por meio do provento e pelo desempenho da autoridade. Mas, se o pai sai do domínio externo e passa a cuidar diretamente, viverá uma transformação subjetiva de monta.

Tornar-se mãe ou pai é uma transição desenvolvimental, talvez a mais desafiadora do ciclo vital. Quase nunca cuidar indiretamente por meio do provento gerará nível de estresse suficiente para criar condições para que haja transição como quando se cuida diretamente. Transição significa configuração de desafios múltiplos que exigem que o indivíduo reorganize qualitativamente o psiquismo e o comportamento; gera mudanças na percepção de si e do entorno, dos outros com quem se relaciona e vice-versa (Cowan, 2016).

Se o homem se responsabilizar pelo cuidado, ele viverá as condições que o conduzirão à transição; vivenciará uma nítida sensação de descontinuidade. Na perspectiva interna, vivenciará mudanças no si mesmo, nas crenças de como o mundo funciona e na regulação dos afetos. Na perspectiva externa, ocorrerão mudança de papéis, reestruturação das competências, reorganização da regulação dos afetos nos relacionamentos.

No trabalho com o processo vivido por homens ao assumir a guarda unilateral (Souza, 1994) foi possível compreender como a responsabilidade pelo cuidado direto dos filhos gerava uma transição, independentemente de a guarda ter sido imediata ao divórcio ou não, e de o pai ter estado envolvido com o cuidado dos filhos durante o casamento ou ter sido um provedor absoluto. Mas a pesquisa foi feita no início da década de 1990, com outra geração de homens, e, embora desde então a autora Souza tenha atendido ou orientado muitos

homens a se tornarem pais-cuidadores, e observado muitos outros, identificou os mesmos movimentos na pesquisa de Fender (2016) acerca da adoção por homens gays.

Como o processo de se responsabilizar pelo cuidado dos filhos não é linear e como pudemos observar nos dados do IBGE e na análise dos processos de Marília uma tendência de afrouxamento relativo à feminilização compulsória do poder familiar, este ensaio se torna uma boa oportunidade de descrever o processo porque ele pode ser útil em orientação de pais, mas também evidencia como a masculinidade é negociada nas instituições e durante todo o ciclo vital.

Quando o lar monoparental masculino se organiza, todos os membros da casa parecem viver um período de lua de mel. Segundo os relatos dos participantes da tese da coautora deste ensaio (Souza, 1994), mas também no mestrado de Fender (2016), os homens descreveram os primeiros 12 a 24 meses da guarda unilateral como fáceis, centrados no processo de organização da casa e das rotinas, sendo que essa vivência lhes produzia um alto nível de satisfação pessoal e familiar. Na interpretação masculina, diferentemente do casamento e divórcio, o dia a dia como responsável pelos filhos exigia respostas concretas, como ter que criar um esquema para tudo funcionar.

A guarda unilateral inicialmente propiciava uma continuidade para os sentimentos vivenciados na família de origem, aproximava o pai dos filhos, muitas vezes conforme seus desejos não realizados em relação ao próprio pai. Também se oferecia como um espaço para a recuperação da dor e confusão da separação e relacionamento conjugal, através da produção de uma harmonia autossuficiente, reforçando a ideia de um masculino pragmático, organizado, competente e, finalmente, no controle.

Embora muitos sustentassem ainda a crença de que as mulheres são naturalmente capazes de cuidar, não se verificou conflito interno simplesmente porque os homens abordaram o cuidado de um modo totalmente “masculino”: organizando ou reorganizando a casa, a rotina

dos filhos e os aspectos mais estruturais do relacionamento familiar (fronteiras, regras, etc.) como a uma “empresa que precisasse de um melhor gerenciamento”.

Mas o dia a dia familiar é aprendizado contínuo e as mudanças desenvolvimentais infantis e adolescentes são frequentes e rápidas (Souza, 2000). Se cansados dos excessos emocionais do rompimento conjugal, os filhos se beneficiam do cotidiano com os afetos “em suspenso”, ou limitados a carinho e controle de estresse, nem no microcosmos do lar nem do relacionamento com as famílias de origem ou no mundo do trabalho a tregua sem sentimentos dura para sempre. Um ou dois anos trazem a necessidade de enfrentamento dos relacionamentos em seu aspecto de demandas emocionais que variam.

A relação com os filhos, com a ex-esposa, dela com os filhos, as consequências restritivas da guarda unilateral para a vida profissional, social e afetivo-sexual vão evidenciando que os relacionamentos não são passíveis de ser apenas “administrados”. E aí se observa uma escala de estresse que conduz ao período de confusão e perda de referência, ou seja, a demanda de atravessar a transição ou deixar para lá e voltar a sustentar a naturalização da maternidade.

Se quando casados, ante os confrontos emocionais familiares, os homens afastaram-se para o mundo do trabalho, agora se sentiam prisioneiros da vida doméstica. A utilização dos recursos antigos só os desgastava ainda mais, definindo uma escalada de desestabilização. Na falta de modelos, ou exatamente porque não é aos modelos externos que se recorre, o conflito amplificado propiciou a definição de um novo padrão de realização, um típico processo de transformação da subjetividade e das relações: uma transição.

Os homens revisaram a importância da realização profissional. A paternidade, agora como relação, tornou-se um núcleo norteador da experiência e satisfação pessoal. Emergiu uma consciência de escolhas e, portanto, das perdas decorrentes das escolhas realizadas, como, por exemplo:

Foram 4 anos e agora eu estou dando a volta por cima. Eu acho que neste período todo eu tive momentos muito difíceis, mas por um lado me fez crescer internamente. Hoje eu sinto que tenho que lutar mais por certas coisas, mas também eu acho que não tenho mais tanto medo... isso talvez seja uma coisa que eu aprendi: eu estou muito mais cuidadoso. Eu percebo as reações das pessoas. Antes eu não prestava atenção, certas coisas eu aprendi e foi com ele... (filho de 6 anos), por causa dele.

Cerca de mais dois anos podem se passar para que o homem atinja esse novo patamar de organização pessoal. Ao novo mundo interno faz-se corresponder uma nova concepção do mundo externo, tornando agora os indivíduos mais independentes e autônomos ante as prescrições sociais limitantes. Esta vivência possibilitou um discurso orientado para a compreensão da paternidade e maternidade em sua relatividade individual e social.

Considerações finais

Embora haja dúvidas se o desenvolvimento de um melhor padrão de negociação homem-mulher na sociedade em geral e na sociedade conjugal, em particular, possa diminuir a escalada do divórcio, é preciso lembrar que este não põe fim à necessidade de relacionamento entre os ex-parceiros quando têm filhos. Além disso, o envolvimento paterno mais que exigido pode oferecer ao homem uma experiência extremamente gratificante.

Nada existe que contraindique que homens cuidem de crianças mesmo muito pequenas. Mas, como não há um instinto materno que conduza inconscientemente as mulheres no cuidado dos filhos, também não há um instinto paterno. O que há é trabalho duro e repetitivo, autoquestionamento e conflito interno ponderado com imenso prazer e privilégio de ver alguém crescer e florescer.

Um modelo crise-transição não se refere somente à guarda, mas ao cuidado em geral, e esse processo não tem sexo. Mas, no caso da guarda unilateral masculina, quando realizamos orientação de pais,

é necessário que se tome cuidado para não superenfatizar ou complementar a vivência de competência inicial, tomando-a como prognóstico de uma adaptação segura à guarda unilateral como um todo. Embora indique que o homem pode se ajustar, não significa necessariamente que consiga enfrentar as dificuldades que podem manifestar-se nos meses seguintes.

As dificuldades experimentadas pelo pai no segundo momento também não significam uma impossibilidade, nem evidenciam que ele se tornou incapaz. Indicam uma transição, exigindo do psicólogo e demais profissionais o apoio que facilite o enfrentamento da dificuldade emocional e da fragilização pessoal que acarreta inicialmente. Representa um processo funcional associado à conquista de um equilíbrio familiar e pessoal mais flexível. No mundo atual, o que mais precisamos é de cuidado não só de nós mesmos ou da prole, mas da humanidade. Todos ganham com pais cuidadores.

Referências

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 29 jun. 2020.
- COWAN, Philip A. (2016). "Individual and Family Life Transitions: a proposal for a new definition". In: COWAN, Philip A. e HETHERINGTON, Mavis (orgs.). *Family transitions*. Nova York, Routledge Press, pp. 3-30.
- FENDER, Marcelo Foroni (2016). *A experiência e os desafios da adoção por pais que se declaram homossexuais*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2020). *Estatística do registro civil e 1.ª instância*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- MARTINS, Ana Paula Vosne (2004). *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- MONTEIRO, Washington de Barros (1989). *Curso de Direito Civil: direito de família*. São Paulo, Saraiva.

- PEREIRA, Caroline Rubin Rossato, PROLA, Caroline de Abreu e SILVA, Susan Lusca da (2015). "O pai se separa da mãe, e os filhos? A relação pai-filho(s) após a separação conjugal". In: GOETZ, Everley Rosane; VIEIRA, Mauro Luís (orgs.). *Pai: percursos, desafios e possibilidades*. Curitiba, Juruá, pp. 149-170.
- QUINTAS, Maria Manoela Rocha de Albuquerque (2010). *Guarda compartilhada*. Rio de Janeiro, Forense.
- SOUZA, Rosane Mantilla (1994). *Paternidade em transformação: o pai singular na família*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SOUZA, Rosane Mantilla (2000). Depois que papai e mamãe se separaram: um relato dos filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 3. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/BnQxmd98PHCVySGMMnSzWGC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- SOUZA, Rosane Mantilla; RAMIRES, Vera Regina R. (2006). *Amor, casamento, família, divórcio... e depois, segundo as crianças*. São Paulo, Summus Editorial.

Quem escuta e quem diz o não: os padrastos em ação

Maria Thereza de Alencar Lima

As possibilidades que temos hoje, enquanto indivíduos, cultura e sociedade, de diferenciar vínculos afetivos de biológicos fundamentam a ideia de que laços familiares são passíveis de construção e cimentados nas escolhas adultas. Investigar a experiência do homem nos cuidados dos filhos da companheira, os sentimentos e a percepção dos homens sobre as relações estabelecidas entre eles, a parceira e os filhos dela significa enfrentar a barreira do comum jargão sobre a insensibilidade dos homens nas questões de afetividade e relacionamentos. Significa também reafirmar a importância de um padrão interacional entre homens e mulheres no qual as expectativas e necessidades de todos os envolvidos em um ampliado sistema familiar de cuidado sejam negociadas ao longo do tempo.

Novos padrões relacionais implicam novas masculinidades. E neste século XXI, apesar de um relativo padrão masculino mais expressivo das emoções, um afrouxamento na definição do que é feminino nas sociedades (urbanas), dos questionamentos da divisão provedor/cuidadora, da diminuição da hierarquia na relações familiares (negociações mais que imposições), de mudanças no que significa ser homem e ser pai, do reconhecimento que, ao longo do tempo, não é o instinto (materno ou paterno) que dirige o homem na parentalidade, mas a possibilidade de aguçar a sensibilidade, manter a disponibilidade (com sacrifícios) e controlar a ansiedade para aprender por meio da relação, ainda se faz necessário buscar garantir o direito

dos homens de exercer a função de cuidado com as crianças e os adolescentes. Não sem antes, no caso dos atuais padrastos, caracterizar e compreender esta função no contexto atual das famílias multinucleares, cuja composição ressalta a complexidade relativa à coexistência de núcleo(s) conjugal(ais) diverso(s) do(s) parental(ais).

Após o divórcio, as mulheres procuram um companheiro, alguém para compartilhar. Os homens, por sua vez, voltam a casar mais rapidamente que as mulheres, e esse dado pode estar relacionado à busca por uma família (Souza, 2008). Mas também se associa a estudos recentes sobre as dificuldades que a falta de consenso entre ex-parceiros sobre projeto parental e os empecilhos impostos pelos novos parceiros possam aportar aos cuidados parentais (Alves, Arpini e Cúnico, 2017).

O cuidado com as crianças, o educar, amar, criar, sentimentos e ações que definem hoje o que chamamos cuidados parentais, podem ou não ser exercidos pelos pais e pelos novos companheiros em uma nova união. A autora francesa Barthelet (2001) apontou que a presença de um novo companheiro ou companheira na vida dos divorciados seria causa frequente de revisão de processos de guarda ou de pensão alimentar. O campo de batalha se reativaria, desafiando a construção relacional do novo casal/família, assim como as relações parentais.

Considerando-se que em quase 70% dos casos a guarda é materna (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019), o relacionamento com o padrasto, quando de um novo casamento, mostra-se central para uma transição familiar bem-sucedida. E, considerando o contexto atual de responsabilidades parentais, neste ensaio discutirei duas temáticas que envolvem particularmente a masculinidade e o novo companheiro da mulher com filhos nas famílias multinucleares. A primeira se refere à disciplina, aos limites e à autoridade sobre os filhos dela, e a segunda ao relacionamento com o ex-marido.

Que rei sou eu?

O comportamento disciplinador do padrasto

Quando os homens se unem às mulheres que já têm filhos, a grande questão em relação ao cuidado se refere à disciplina e a complexidade da realidade do gênero nessas famílias, que acabam sendo mais árduas do que nas nucleares tradicionais. Apesar de identificarmos um estilo igualitário de decisão, uma equidade de poder de decisões tomadas nos domínios financeiro, conjugal e sexual, o predomínio (força) da mulher aparece na educação dos filhos e seu poder é aumentado quando o território (lar) que habita é a casa onde já morava com seus filhos antes da nova união.

As tensões entre manter vivo o amor dentro do relacionamento e a melhor forma de confrontar-se com a mulher a respeito das divergências em relação aos filhos dela aumentam quando o casal vai morar sob o mesmo teto, e exigirão do homem uma atuação que não encontra parâmetros no que foi definido como masculino: racionalidade, provisão e autoridade (Kimmel, 2017). O desacordo sobre ideais educacionais, aliado ao receio do homem de ferir ou magoar a esposa com a exposição dos próprios sentimentos e ideias, faz com que aumente o desencontro entre os cônjuges.

O descontentamento nem sempre é expresso ou dialogado entre os envolvidos. Assim como já indicavam os resultados encontrados por Maciel Júnior (1999), o questionamento sobre a intimidade/satisfação conjugal é pensado pelos homens como devendo ser conduzido por eles através da reflexão pessoal, individual, da interioridade e da privacidade. Enquanto para a mulher a intimidade/satisfação conjugal é um domínio eminentemente interpessoal, ou seja, de troca. E essa troca certamente torna-se mais difícil de acontecer toda vez que o homem cala. O evitar conflitos acontece e, no caso dos padrastos, implica evitar confronto com os filhos dela para preservar a relação conjugal. O controle da situação familiar e o medo de perder a parceira traduzem a incômoda situação de quem não se sente plenamente autorizado.

Na perspectiva das mulheres (Hime et al., 2007; Souza e Lima, 2010), o cônjuge (padrasto) é usualmente descrito como menos envolvido e a expectativa é de que se comporte como um apoio instrumental e/ou monetário. Na prática das relações familiares e conjugais é a mulher quem sinaliza como o homem deve atuar em relação aos cuidados com os filhos. É ela que dita as regras da casa e autoriza ou não o comportamento do parceiro. Para o homem, no entanto, elas, e mesmo suas mães ou outras mulheres que diretamente cuidam das crianças (babás, trabalhadoras domésticas), são percebidas como excessivamente superprotetoras.

Para o padrasto é difícil atuar apenas nos cuidados instrumentais e não exercer a posição do poder disciplinador, prerrogativa intrínseca ao masculino (Kimmel, 2017), e a situação se torna ainda mais conflituosa caso ele tenha filhos de outras uniões conjugais. De qualquer maneira, a autoridade e o poder de disciplinar, os atributos básicos do masculino, aparecem como muito importantes para os participantes, o que é encarado como uma perda não só para si, mas como uma grande perda para as crianças e todo o sistema familiar (Souza e Lima, 2010).

A questão de autoridade é fronteira, esbarrando nas indefinições de limites, de poder, de direito. Gostar dos filhos dela não significa ter autorização (ou se sentir autorizado) para repreender. Chamar a atenção dos filhos dela representa, para eles, o querer bem, ao mesmo tempo que não ser reconhecido por este gostar, pelas próprias ideias de educar e os próprios sentimentos torna este campo minado. A revisão de Turner et al. (2021) indica que famílias em nova união com clima emocional mais tranquilo são aquelas em que os novos companheiros da mulher não se dispõem muito a desempenhar o papel de autoridade; eles mantêm-se no relacionamento afetivo com os enteados e deixam a questão da autoridade para ser estabelecida pelo pai ou mãe biológicos da criança.

De acordo com Lima (2003), em relação a si próprios e aos filhos dela, os homens percebem-se como exemplos da figura masculina presente. Tentam passar para eles, através de suas atitudes,

conceitos como respeito, generosidade e responsabilidade. O retorno afetivo que recebem das crianças em forma de elogios e obediência, ou ainda em carinho físico, faz sentirem-se bem na situação familiar, respeitados e valorizados.

Quanto a essa dinâmica complexa, percebem os homens algumas vantagens, como a não responsabilidade psicológica sobre a existência dos filhos dela, o que levaria à possibilidade de serem mais verdadeiros nas relações. Ao mesmo tempo, poder dar limites às crianças diferentes dos da mulher, carregados de outros valores, seria a possibilidade de trazer o diferente para as relações, o “universo masculino” necessário. Mas, ao ser “supervisionado” pela mulher, a conduta educativa exige contenção e ponderação. Seja porque as punições são menos autorizadas socialmente (diferente do que para com um pai biológico) ou porque são recriminadas pelas cônjuges. Mas os filhos da companheira demandam e aceitam cuidados parentais por parte do homem?

Analisando a concepção de família e as experiências de divórcio e pós-divórcio entre crianças de 5 a 10 anos, Souza e Ramires (2006) verificaram que, da perspectiva tanto dos pré-escolares quanto dos escolares, os aspectos de cuidado instrumental tendem a ser aceitos de modo positivo, enquanto cuidado. Mas a lealdade ao pai biológico refere-se ao apego e aceitação de limites e disciplina, sendo o padrasto normalmente confrontado e tendo seu poder desautorizado, mesmo quando o parental biológico está totalmente ausente. Adolescentes, por sua vez, destituem o padrasto de qualquer poder parental. David (2005) pesquisou o papel social e real do padrasto (os atributos, cognições e expectativas acerca do comportamento) em um grupo 155 adolescentes de 12 a 20 anos de diferentes composições familiares, entre as quais um subgrupo que vive a experiência de morar com um padrasto. Entre esses jovens, não são esperados quaisquer comportamentos parentais por parte do padrasto, nem apoio logístico (levar e trazer, ajudar nas lições) ou mesmo o suporte material, embora os adolescentes que não têm experiência de viver com padrastos sejam mais flexíveis do que aqueles que vivem nessa composição familiar. Nesta pesquisa, os padrastos também não foram descritos como

exercendo um papel parental, o que mostra que há uma consonância entre as visões sobre papel parental entre o padrasto e seus enteados. Enquanto esses são estudos brasileiros, a revisão de Turner et al. (2021) descreve resultados semelhantes acerca da literatura mundial.

Diferentes autores (David, 2005; Costa, 2008; Watarai, 2010; Amato, King e Thorsen, 2016) apontam que ao padrasto não cabe a disciplina, mas que a autoridade em relação aos enteados é fortemente influenciada pela mãe dos filhos, podendo ser mediada ou interdita por ela. O suporte financeiro, por sua vez, quando fornecido, contribui para o estabelecimento de poder/autoridade nestas famílias. Entretanto, ainda que participem ou provenham o lar, os homens não o fazem sem questionamento sobre seus direitos/deveres.

A dificuldade desses homens em ter claro o seu papel advém, entre outras razões, do fato de que todos os dias eles têm que tomar decisões sobre como se comportar com aquela(s) criança(s), sempre tomando cuidado e se preocupando muito mais do que qualquer outro membro da família, mas não sendo, muitas vezes, reconhecidos por isso. Mesmo perante o modelo de pai muito mais participativo no universo doméstico, os padrastos acabam mostrando seu cuidado e sentimentos comprando bicicletas, conhecendo computadores e podendo falar de futebol (Lima, 2003; Souza e Lima, 2010; Amato, King e Thorsen, 2016).

Finalmente, como parte da experiência dos homens nos cuidados do filho dela, é a amizade entre os novos companheiros e os filhos da mulher um pré-requisito importante para que os filhos aceitem a disciplina do novo componente da família. Delimitar qual é o lugar de cada um neste sistema complexo e distinguir quem é o pai legal e quem é o companheiro são os primeiros passos recomendados para viabilizar uma “adoção mútua” entre os filhos e o companheiro da mãe. Mas a forma como conquistá-los por parte dos novos cônjuges parece ser um avançar lento, relacionado à presença constante e principalmente ao quanto esses homens possam sentir-se participantes e importantes nesta família. São também, de certa forma, influentes os aprendizados e as vivências que os próprios homens tiveram

em sua infância, relacionados ao pai que tiveram e/ou à idealização sobre um pai que não tiveram. O que talvez justifique, por parte de alguns homens, a identificação com o sofrimento das crianças e dos adolescentes quando o ex-marido da companheira se ausenta. Mas e quando ele se apresenta?

Relacionamento com o ex-marido dela: de persona non grata à presença desejada?

Redefinir papéis e funções, responsabilidade e poder é tarefa constante nas famílias onde ocorrem novos casamentos dos pais e/ou mães. A literatura indica que em um sistema recasado funcional a responsabilidade de cuidar dos filhos dela deve estar dividida de maneira a não se excluir o convívio ou a influência dos pais biológicos (Costa e Dias, 2012; Alarcão, 2006; Magalhães, 2009). Alguns estudos realizados nas décadas de 1980/1990 traziam a figura do “pai de fim de semana”, denotando a tendência de o genitor descontínuo afastar-se dos filhos, e, frequentemente, o pouco contato do pai biológico com seus filhos tende a aumentar o significado do papel do homem que vive com uma mulher ex-casada (Ganong e Coleman, 1994).

Em tempos de novas regras sociais como a guarda compartilhada prioritária, velhas lealdades podem assumir relevância, como a entre pais e filhos nos divórcios e separações, pois ainda convivemos, enquanto sociedade, com a hierarquia dos vínculos biológicos nos sistemas familiares em geral (Marcondes, 2008). Entretanto, entende-se hoje a importância da construção relacional de uma rede de suporte saudável, que proteja os menores da alienação parental ou da ausência de responsabilidade parental, fator esse fortemente atravessado pelas questões de gênero. E Brun (2004) pontua que pais, mães e avós não se tornam “ex”, uma vez que o laço biológico não se desfaz. Estando vivo ou sendo falecido, quando o tema é a relação entre o padrasto e o ex-marido e pai dos filhos dela, há de se esperar que sentimentos e

comportamentos como ciúmes, rivalidade, competição e disputa de autoridade ocorram. Uma fonte de tensão sempre presente está vinculada à figura do pai biológico (Lima e Souza, 2006).

No universo de indefinições que cerca os relacionamentos nas famílias recasadas, nas quais um dos grandes desafios é assimilar atitudes e comportamentos que variam de pessoa para pessoa, a certeza da total ausência do pai dos filhos dela é para alguns homens um alívio, enquanto para outros um fantasma com o qual têm que lidar. Mas a convivência com o ex-marido, dê-se ela no nível pessoal ou simbólico, pode trazer ao homem a possibilidade ou a exigência para o companheiro da mulher de exercitar a autorreflexão e a ponderação entre seus sentimentos e as necessidades dos membros destas famílias. Isto não acontece sem dificuldade, pois os próprios padrastos encontram-se imersos nas idiossincrasias de um mundo atual no qual ao mesmo tempo “pai é pai” e “colocar no mundo não é tudo”.

Ante as múltiplas possibilidades de configurações destas famílias, alguns padrastos têm um convívio cotidiano com os filhos dela que o pai biológico não tem, o que faz com que se envolvam com as necessidades afetivas das crianças e dos adolescentes. E por vezes se identifiquem com eles. As promessas quebradas, a espera em vão pelo pai dos filhos dela, essas “falhas” desse outro homem são sentidas como um aborrecimento pelo casal (quando, por exemplo, se organizaram para sair sem a criança) e como comportamento inaceitável pelo padasto, visto o sofrimento que causa. E, quando o pai dos filhos dela reaparece “*de vez em quando*”, sentem-se traídos por essa aparição, mesmo percebendo as falhas funcionais do pai biológico (que não busca a criança quando ela precisa, que não sente tantas saudades) – um paradoxo evidenciado que concerne às masculinidades e é representado pelo homem que, tendo filhos de outra união cuja guarda é materna, reproduz esse comportamento com seus filhos biológicos, sem atentar que, em comum nessas situações, é o próprio comportamento perante os filhos biológicos. Marcondes (2008) relata que os padrastos concentram recursos no novo núcleo familiar,

se preocupando mais com quem mora na casa, se distanciando ou rompendo as relações com filhos de união anterior. Esse investimento no lar inclui prover, dividir despesas, inclusive as dos filhos dela.

A hierarquia entre as masculinidades (Connell, 2005) se apresenta na participação financeira do pai para com as crianças e é percebida por estes homens com muitas ressalvas. Eles parecem compreender e até se condoer e aceitar o fato de que alguns pais das crianças não tenham dinheiro para dar para os filhos, para sustentá-los. Entretanto, aceitam mal o que consideram desrespeito e falta de afeto com as crianças, ou ainda situações em que sentem desconsiderado o homem cuidador que eles também se esforçam para ser e que também os onera financeiramente. O dinheiro (ou a falta de dinheiro) não seria necessariamente um problema, mas a relação (ou a falta de relação) que é denunciada através do dinheiro/pensão torna-se uma questão. Lembrando que justamente estes homens parecem trazer dentro de si que o “ser pai” é uma relação emocional de cuidado, atenção, responsabilidade, um assumir que o “*outro homem*” não exerce.

Outro lado da mesma moeda, a presença clara e constante do ex-marido dela e pai das crianças define quem é responsável pelos limites dados às crianças e aos adolescentes, e facilita um melhor posicionamento do companheiro da mulher perante os filhos dela. Nesta situação, pode ser percebido pelo padrasto como um auxiliar, capaz de facilitar o relacionamento e delimitar funções e papéis. Alguns homens dirigem um olhar mais complacente ao pai das crianças, quanto mais distanciados se posicionam (ou menos ameaçados se sintam) das situações de conflito, sobretudo quando a relação com o outro homem é boa. Nestes casos, as palavras respeito, amizade e elo aparecem com mais frequência nas relações com os filhos dela. Estes últimos são homens que sofrem menos com as questões de limites, sendo claro quem os dá, ou seja, o pai das crianças. Os companheiros da mulher podem chegar a ser intermediários entre o pai, as crianças e os adolescentes, intervindo em conflitos, aconselhando-os sobre como percebem os sentimentos dos filhos dele, contribuindo para que a relação fique melhor. Percebem diferenças positivas entre

o relacionamento deles com o outro homem, em comparação aos das mulheres (sua mulher e a companheira do ex-marido). Dependendo do relacionamento estabelecido entre o novo companheiro da mulher e os filhos dela, a “*persona non grata*” deste homem pode tornar-se uma presença desejada.

Considerações finais

Em um cenário contemporâneo, incorporar as discussões de gênero sobre a rede de proteção de filhos não biológicos, tecer considerações sobre as interações de adultos de referência que exercem as tarefas de cuidado e educação sobre eles, deve ser valorizado (Ribeiro, Gomes e Moreira, 2015). Em tempos em que o traço dominante da família é sua tendência a se tornar um grupo cada vez menos organizado e hierárquico, que cada vez mais se funda em afeição mútua, a verdadeira coesão familiar não depende da autoridade que se atribua a um dos cônjuges, mas da união dos dois. No caso das famílias multinucleares, da união de mais de dois. Isso requer mais amadurecimento emocional dos envolvidos e exige sensatez, flexibilidade, capacidade de conviver com o diferente, refletir e ser humilde (Cezar-Ferreira, 2004).

Nas famílias cujos laços relacionais não são contemplados pelas tradicionais definições biológicas/naturalistas que organizam e orientam os comportamentos de seus membros, o convívio cotidiano entre o homem e os filhos dela certamente gera conflitos, como assim acontece nas famílias tradicionais. Mas não existe para o novo companheiro da mulher, na família recasada, a proteção que os conceitos, pré-conceitos e as delimitações da paternidade tradicional aportam.

Embora nesta configuração familiar, a conjugalidade seja bastante valorizada pelo homem, a discordância educacional, o sentimento de intrusão na família e a superproteção da mulher para com os filhos são problemas. O relacionamento com os filhos dela é orientado pela mulher e um tom de rivalidade aparece nas vezes em que se sentem prejudicados pela maior atenção dada pela esposa às dificuldades dos filhos. Por receio de prejudicar o relacionamento amoroso,

o apoio/consentimento da mulher e o evitar conflitos balizam sua conduta. Quando ele discorda, ou na dúvida de como agir, a decisão sobre o que fazer ou como educar/cuidar dos filhos fica com a mulher (Souza e Lima, 2010).

O homem tem menos certeza de suas ações a menos que elas sejam culturalmente apoiadas, reforçadas, o que também se mostra uma faca de dois gumes. Trata-se de uma situação ambivalente, na medida em que cuidar dos filhos dela não é ainda reconhecido pelo próprio companheiro da mulher como um comportamento que defina a paternidade, e ambígua, na medida em que se queixa que a mulher o impede de exercer a autoridade perante os filhos dela, ao mesmo tempo que justifica essa atitude por razões da legitimidade do poder da mãe, instituição também por eles reconhecida como a mais importante para as crianças e adolescentes. Todo o cuidado e afeto que dispensam aos filhos dela se choca com o conceito da naturalidade materna/paterna, ora por eles defendida, ora questionada.

Do papel de ser amigo para aconselhar ao papel daquele que sustenta os filhos dela, de meio provedor a um pouco cuidador, todas as variações são possíveis. Neste contexto de indefinições, os ciúmes e a competição ressentidos pelo ex-marido dela são expressos mais facilmente, principalmente quando sua presença/ausência é interpretada como ameaçadora à conjugalidade. Mas a presença comprometida do ex-marido dela e pai das crianças facilita um melhor posicionamento do companheiro da mulher diante dos filhos dela, uma vez que define quem é responsável pelos limites dados às crianças e aos adolescentes.

Na busca de deixar os homens mais confortáveis em seus papéis, nas suas atitudes relacionais, nos seus sentimentos, o reconhecimento do cuidado como um valor também masculino e um maior apoio à presença de outro homem, do pai dos filhos dela, se apresentam como caminhos desejáveis e possíveis. Nessa direção, os desafios que incorrem a um profissional que trabalha com famílias é atentar aos padrões estereotipados que envolvem o conceito de família e às dinâmicas específicas dos relacionamentos não tradicionais. Ouvir cada

um de seus membros e reconhecer cada experiência é um passo a ser dado para permitir que a escolha pela família possa ser feita, refeita, ou para se fazer outra escolha melhor.

Referências

- ALARCÃO, Madalena (2006). *(Des)equilíbrios familiares: uma visão sistêmica*. Coimbra, Quarteto.
- ALVES, Amanda Pansard, ARPINI, Dorian Mônica e CÚNICO, Sabrina Daiana (2017). O exercício dos papéis parentais na guarda compartilhada. *Psicologia Argumento*, v. 32, nov.
- AMATO, Paul R., KING, Valarie e THORSEN, Maggie L. (2016). Parent-child relationships in stepfather families and adolescent adjustment: A latest class analysis. *Journal of Marriage and Family*, v. 78, n. 2. <https://doi.org/10.1111/jomf.12267>
- BARTHELET, Bernadette (2001). La famille n'est plus un affaire privée. *Lettre Périodique d'Information des Acteurs du Secteur Social et de Santé*, v. 2, n. 3, mars/avril.
- BRUN, Gladis (2004). *Pais, filhos e cia. ilimitada*. Rio de Janeiro, Record.
- CEZAR-FERREIRA, Verônica (2004). "Uma visão do direito de família: sobre a função do pai aos olhos da lei". In: POLITY, Elizabeth, SETTON, Marcia Zalcman e COLOMBO, Sandra Fedullo (orgs.). *Ainda existe a cadeira do papai?* São Paulo, Vetor, v. 1, pp. 70-84.
- CONNELL, Robert W. (2005). Hegemonic masculinity: rethinking the concept. *Gender & Society*, v. 19, n. 6.
- COSTA, Juliana Monteiro (2008). *A arte de recomeçar: uma compreensão sobre a dinâmica das famílias recasadas*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. Recife, Universidade Católica de Pernambuco.
- COSTA, Juliana Monteiro e DIAS, Cristina Maria de Souza Brito (2012). Famílias recasadas: mudanças, desafios e potencialidades. *Psicologia Teoria e Prática*, v. 14, n. 3.
- DAVID, Patrícia (2005). *Ele, o marido da minha mãe: atributos do papel de padrasto entre adolescentes*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- GANONG, Lawrence e COLEMAN, Marilyn (1994). "Adolescent stepchild-step-parent relationships: Changes over time". In: PASLEY, Kay e IHINGER-TALLMAN, Marilyn (orgs.). *Stepparenting: Issues in Theory, Research and Practice*. Westport/CT, Greenwood, pp.87-104.
- HIME, Flavia Arantes et al. (2007). Perspectivas e demandas no relacionamento amoroso em diferentes grupos etários e condições conjugais In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SEXUALIDADE HUMANA, 11, Recife. *Anais...* Recife, SBRASH, pp. 49-50.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2019). Pais dividem responsabilidades na guarda compartilhada dos filhos. *Revista Retratos*, n. 16, fev.
- KIMMEL, Michael S. (2017). *The Gendered Society*. Nova York, Oxford University Press. 6th Ed.
- LIMA, Maria Thereza de Alencar (2003). *Ser ou não ser: a experiência do homem nos cuidados com os filhos da companheira*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MACIEL JÚNIOR, Plínio de Almeida (1999). *E agora, José?: um estudo exploratório sobre a concepção masculina de intimidade no relacionamento conjugal*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MAGALHÃES, Andrea Seixas (2009). "Conjugalidade e parentalidade na clínica com famílias". In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). *Casal e família: permanências e rupturas*. São Paulo, Casa do Psicólogo, pp. 205-217.
- MARCONDES, Glauca dos Santos (2008). *Recasamento formal no Brasil: alguns achados do Registro Civil*. Campinas, Núcleo de Estudos de População, Unicamp, set.
- RIBEIRO, Claudia Regina Santos, GOMES, Romeu e MOREIRA, Martha Cristina Nunes (2015). A paternidade e a parentalidade como questões de saúde frente aos rearranjos de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 11, nov.
- SOUZA, Rosane Mantilla e RAMIRES, Vera (2006). *Amor, casamento, família, divórcio... e depois, segundo as crianças*. São Paulo, Summus editorial.
- SOUZA, Rosane Mantilla (2008). "Começar de Novo: as mulheres no divórcio". In: MEIRELLES, Valéria (org.). *Mulher do Século XXI*. São Paulo, Roca, pp. 51-66.

- SOUZA, Rosane Mantilla e LIMA, Maria Thereza de Alencar (2010). “Eu e os filhos de minha mulher: uma relação tão delicada”. In: PEREIRA FRANCO, Maria Helena (org.). *Formação e Rompimento de Vínculos: o dilema das perdas na atualidade*. São Paulo, Summus, pp. 239-263.
- TURNER, Joshua J. et al. (2021). Predicting Parenting and Stepparenting Difficulties among Newly Remarried Parents. *Journal of Divorce & Remarriage*, DOI: 10.1080/10502556.2021.1925857.
- WATARAI, Felipe (2010). *Filhos, pais, padrastos: relações domésticas em famílias recompostas das camadas populares*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

Considerações sobre alguns desafios de homens pais homossexuais

Vera Lúcia Moris

“O pai trabalha e a mãe cuida dos filhos”, e parece que foi esse o curso que eu segui não só no casamento, mas também no divórcio; e isso não se adequa à minha realidade hoje.¹

Os temas masculinidade e homopaternidade são uma constante desde meus estudos para o doutorado em Psicologia Clínica (Moris, 2008), em que investiguei a homopaternidade e a revelação para os filhos. O desafio naquele momento era compreender os estressores psicológicos e as estratégias de enfrentamento relativos a essa situação. Desde então, minha atuação profissional como psicoterapeuta tem se encaminhado nessa direção. No ano de 2007, criei o Homopater², um projeto que vem me desafiando a buscar entender e aprofundar intervenções com esse segmento, no sentido de dar visibilidade ao tema da homopaternidade, além de oferecer o necessário suporte e orientação não somente aos pais, mas também aos filhos e familiares envolvidos.

Hoje, meu trabalho prático visa contribuir para o enfrentamento dos conflitos e dificuldades que são trazidos pelos pais homossexuais integrantes do grupo, cujo perfil varia com a participação de

1 Trecho de depoimento incluído na íntegra neste ensaio.

2 Trabalho direcionado para homens pais com relacionamento homoafetivo. Ver mais em: www.homopater.com.br.

homens entre 30 e 60 anos, de classe média, com curso superior e num momento de estabilidade profissional, ainda casados ou se divorciando das esposas porque se reconhecem atraídos por outros homens. Eles chegam angustiados e amedrontados. Não sabem o que fazer porque estão vivendo o término de um casamento até então tido como promissor. Entendem que precisam abandonar a vida como homens que até então se expressavam publicamente como heterossexuais e temem perder suas famílias, suas conquistas como homens bem-sucedidos, com bons empregos e como “pais de família”. Entretanto, também não conseguem mais omitir seu desejo por homens. O impacto da conscientização do desejo e afeto por outros homens costuma ser devastador para eles.

O objetivo deste ensaio é apresentar minhas reflexões sobre o trabalho que venho realizando desde 2007 na coordenação de grupos de apoio com homens gays cuja paternidade se constituiu na relação de casamento com mulheres antes da assunção da identidade homossexual.

A experiência na condução de grupos de apoio com pais homossexuais

Estudos específicos que investigam as possibilidades e desafios dos homens pais que se assumem homossexuais ainda são incipientes na produção científica nacional. Alguns estudos sobre famílias homoafetivas (Fender, 2015; Ribeiro, 2018; Rosa, 2017; Tombolato, 2019) colocam ênfase principalmente na homoparentalidade de casais de mulheres e na criação de filhos, sendo que aqueles que abordam a homopaternidade enfatizam a adoção, com o foco na habilidade e competência dos homens de criar crianças. Blankenheim, Oliveira-Menegotto e Silva (2018, p. 245) afirmam em seu artigo sobre a produção científica envolvendo a palavra “homoparentalidade” que “a adoção ainda é o meio mais utilizado para a formação dessas famílias”.

No livro *Coragem de ser* (Moris e Paranhos, 2017), por intermédio de depoimentos de pais biológicos gays, apresentamos reflexões que

contribuem com o desmonte de um raciocínio equivocado e preconceituoso de que seria um ato de covardia por parte desses homens terem se casado e tido filhos mesmo sabendo-se gays. Nas histórias recolhidas fica claro que esses homens se casaram com mulheres pelas quais se apaixonaram em determinado momento de suas vidas, namoraram, se casaram e tiveram filhos, além de viverem uma relação afetivo-sexual satisfatória de casamento durante certo tempo. No entanto, depois de alguns anos de envolvimento nestas experiências relacionais, depararam-se com algo que se tornava cada vez mais premente: a atração afetivo-sexual por outros homens. Diante disso, ficaram confusos sobre o que fazer com esses sentimentos e desejos sem que isso pudesse prejudicar as pessoas que mais amavam, como as esposas, os filhos, parentes próximos e amigos. Como conclusão, vimos que estas histórias e relatos dão conta de experiências de dor, vergonha e culpa, mas também de capacidade de superação dessas dificuldades e de iniciativas de reconstrução do relacionamento com os filhos a partir da assunção da nova identidade recém-assumida publicamente.

Em sua investigação sobre parentalidade LGBTI no Canadá, Rachel Epstein estima que mais da metade dos pais homossexuais é composta por pais biológicos, e não adotivos (Epstein, 2005). Outro estudo mais recente nos Estados Unidos sobre paternidade homossexual apontou que cerca de três milhões de americanos autoidentificados como LGBTIs tiveram filhos. Portanto, 250 mil crianças e jovens com menos de 18 anos são criadas por famílias homoafetivas, e destas 25 mil são adotadas (Gates, 2013). No Brasil, os estudos não referem porcentagens de pais homossexuais que criam filhos e tampouco esclarecem se estes são biológicos ou adotivos. No último recenseamento, em 2010, 60 mil famílias se identificaram como homoafetivas. Desde então, houve avanços legais, como a adoção por famílias homoafetivas e o casamento de pessoas do mesmo sexo, legitimando os direitos de pessoas homossexuais. Atualmente, não há como quantificar o número de homens pais (biológicos ou adotivos) que se assumem homossexuais mais tardiamente, depois de terem vivido um

casamento heterossexual. A partir de nosso trabalho no Homopater, que já atingiu mais de trezentos participantes de diferentes estados brasileiros, podemos ponderar que essa realidade é abrangente.

Ainda hoje não é simples ou fácil ser um homem não heterossexual. A orientação sexual pode não ser evidente para alguns meninos e jovens e, dessa forma, a autoaceitação pode vir mais tarde, devido a um processo de repressão diante do reconhecimento da homofobia social. Autores como Kimmel, Hern e Connell (2005) e Maciel Júnior (2013) nos auxiliam a compreender a homopaternidade sob a ótica dos estudos críticos de masculinidades e gênero, da heteronormatividade, das relações de poder e dos imperativos sociais relativos a determinados ideais hegemônicos de masculinidade. O homossexual masculino nasce homem em um mundo predominantemente heteronormativo, tendo que responder a normas rígidas e impostas sobre o que vem a ser um “verdadeiro homem”.

Os anos de trabalho no Homopater permitem afirmar que em geral as experiências dos homens que participaram ou vêm participando dos grupos é a de homens pais gays biológicos que, em virtude da eficácia maior ou menor de mecanismos inconscientes de negação e repressão, inicialmente se reconhecem como heterossexuais, se apaixonam por mulheres, se casam e constituem uma família com prole feliz por uns bons anos. Alguns desses homens só percebem que existe um inegável desejo ou atração pelo mesmo sexo quando já estão totalmente absorvidos pela “normal”, agradável e feliz vida heterossexual de pai de família, marido, amigo e homem de negócios. Mas, num dado momento em suas vidas, esses mecanismos internos parecem se afrouxar e eles não conseguem mais conter os desejos homoeróticos. As perguntas mais comuns feitas por eles nesta situação são: “O que fazer agora? Pôr tudo a perder? Fazer o que com o desejo e com a insatisfação pessoal que não vão embora, sendo que, ao mesmo tempo, o casamento está funcionando tão bem?”

Alguns homens demoram mais nesse percurso e não conseguem renunciar à vida heterossexual aparentemente feliz. O grande impasse é terem que sair do casamento de que gostam, que os orgulha,

mas que ao mesmo tempo se contrapõe à necessidade deles de realização dos desejos afetivo-sexuais com outros homens de forma não clandestina. Essa insatisfação faz com que alguns adoeçam, ao tentarem não sucumbir a esses desejos, o que atesta a dificuldade de se aceitarem como homossexuais. Por conta disso, acabam por se anular, subjugados a costumes e tradições familiares severas, ou se afiliam a seitas e religiões restritivas por um longo tempo até conseguirem se livrar das injunções heteronormativas depois de um período de intenso sofrimento. Esse caminho longo de insatisfação, medos, rupturas e perdas implica o reconhecimento de si próprios como não heterossexuais, o que comumente passa pelo momento de aceitação de uma nova identidade, de saída do casamento e de revelação pública, inicialmente para os familiares e amigos mais próximos. Implica também construir um estilo de vida que contemple tanto a paternidade de um homem gay quanto o desejo de uma vida amorosa com um parceiro homem. Diante das tribulações que decorrem da transição de uma orientação afetivo-sexual heterossexual para homossexual, estes homens demoram para se reequilibrar. Sentem-se culpados por terem que abdicar do casamento e por assumirem uma vida e uma expressão masculina que ainda é socialmente pouco reconhecida e respeitada. O principal sentimento a emergir é o receio de prejudicarem os filhos, de não serem compreendidos por eles, e de perderem seu amor e admiração como homens e pais.

Nos relatos das histórias de vida de homens que se mantiveram em situação de duplo padrão afetivo, isto é, que mantiveram simultaneamente um casamento heterossexual e um relacionamento extraconjugal como outro homem, foram identificados aspectos das rígidas normas de masculinidade a que se submeteram (Moris, 2008). Parece que reprimiram seus desejos homoafetivos e, na tentativa de manterem as prerrogativas da masculinidade hegemônica, acabaram se conformando em sua infância e juventude àquilo que é prescrito socialmente para os homens: jogar futebol, ficar com as garotas, beber no boteco e até mesmo debochar dos meninos com trejeitos afeminados. É a homofobia instituída no universo masculino que sedimenta

um pavor, rejeição ou medo internalizado por tudo aquilo que diz respeito a não ser heterossexual (Sammarco, 2017). As “regulamentações” para a performance masculina, o que deve ou não ser feito, com quem, onde, como, quando e sob quais condições, pressupõem que todos os que transgridem tais normas não são “verdadeiros homens” (Maciel Júnior, 2013).

Para o homem que se separa devido à sua homoafetividade, a rotina diária da família, o convívio com os filhos e familiares, as festas e encontros de amigos, os passeios e viagens são lembranças permeadas por sentimento de perda. Ele sempre prezou seu lugar na família com orgulho e como valor masculino. A despeito de ser um pai cuidador direto e próximo dos filhos, muitas vezes foi a ex-mulher, esposa e mãe de seus filhos quem mais se responsabilizou pelo cuidado deles e quem se ocupou das tarefas domésticas e, portanto, a pessoa do relacionamento recém-desfeito com menos possibilidade de se firmar profissionalmente depois de um divórcio. A trajetória profissional, o engajamento com o trabalho e a paternidade para o homem homossexual são conquistas compensatórias para homens que abriram mão de projetos masculinos de gênero que lhes garantiam muitos privilégios pessoais e sociais (Moris, 2008; Kimmel e Connell, 2005). Alguns permaneceram por anos casados, mantendo segredos sobre suas relações homoeróticas. Outros, mesmo tendo tomado a decisão da separação, passaram por período de muito sofrimento até firmarem o divórcio e definirem os rumos para a própria vida futura. Ainda assim, mesmo tendo conseguido encontrar soluções eficazes para o momento da separação, não se livraram facilmente da culpa e do desejo de preservar os vínculos familiares constituídos até então.

Os desafios masculinos

O maior desafio de homens que optam por reformular seu projeto masculino é o de buscar ou construir outras referências não heterossexuais. Nesse complexo percurso de ressignificar a própria identidade como homem, deparam-se com desafios: continuar sendo

valorizado no trabalho; manter os amigos próximos; manter o autorrespeito e o respeito da família; não prejudicar os filhos e não se afastar deles; trazer o novo parceiro para sua rotina familiar com os filhos; e reformular a relação com a ex-mulher e mãe de seus filhos.

A grande maioria dos homens que nos procura está no momento de transição entre o casamento com uma mulher e um novo relacionamento com um homem, e teve em seus casamentos um convívio próximo e igualitário com as esposas, nos quais elas foram as grandes parceiras na constituição de seus projetos masculinos. Nesta condição, a casa funcionava, a vida era agradável, as crianças felizes, eles viajavam e faziam programas com os amigos, sendo que tudo isso atestava seus projetos masculinos. Para alguns, o casamento acabou num determinado momento não necessariamente pela saída do armário, enquanto para outros o término coincide com a consciência da homossexualidade. Outros, ainda, tentaram seguir com o casamento em uma condição de duplo padrão, mantendo casos esporádicos com homens. Entretanto, parte deles não concordava com essa vida clandestina, buscando garantir o direito de viver a própria vida sem ter que esconder a orientação sexual. Tudo isso os leva à necessidade de modificar o lugar ocupado até então na família.

O divórcio e as negociações sobre a guarda e pensão, temas que geralmente estão impregnados de conflitos e de estressores em toda situação de separação de casais, no caso destes homens são acrescidos de maior ansiedade devido à homoafetividade. Eles querem encontrar formas de não se afastarem dos filhos e da ex-mulher, que muitas vezes é também uma grande amiga a quem eles querem bem e admiram. Muitos manifestam o desejo de transformar seu casamento em amizade, o que nem sempre é simples, visto que a ex-mulher pode não aceitar facilmente essa nova situação. Alguns conseguem boas soluções para uma rotina pós-separação em virtude da relação de carinho e respeito construída ao longo da vida de casado. Outros se envolvem em conflitos que se avolumam.

Para ilustrar melhor este contexto do homem pai homossexual que estamos discutindo neste ensaio, reproduzimos a seguir um trecho do relato de um dos participantes do grupo de pais. Orlando³ tem 56 anos, é advogado e mora em São Paulo.

Estou separado há 7 anos, em razão da homossexualidade, e, vivendo esta nova fase, percebi que pais homoafetivos ainda permanecem carregando um peso emocional e financeiro muito grande por talvez entender que isso seja uma culpa pela separação. Superei a culpa, acho que todos têm o direito de se separar, seja qual for o motivo... outra mulher, falta de amor, um vício, um outro homem, uma doença... muitos motivos. O que conta é a vida digna que você viveu.

Minha ex-mulher se casou e se mudou. Nossos 3 filhos permaneceram comigo, na antiga casa de nossa família; eles tinham então 15, 20 e 21 anos, todos estudando. Agora neste momento pandêmico (junho de 2020, na quarentena da pandemia de Covid-19), parei para refletir.

Inicialmente, olho para trás e vejo quantas histórias intensas vivencio com os filhos, desde suas preocupações quanto à profissão escolhida, até a formatura e o retorno à faculdade novamente que a filha mais velha está cursando. De outro lado, reflito que as decisões tomadas no passado têm um custo financeiro. “O pai trabalha a mãe cuida dos filhos” e parece que foi esse o curso que eu segui no casamento, mas também no divórcio, e isso não se adequa à minha realidade hoje. Recentemente, fui surpreendido pela exigência da ex-mulher que deveria continuar pagando o aluguel para ela da metade da casa, que é nossa, na qual eu vivo com nossos filhos. Desde meados do ano passado eu planejei suspender esse aluguel. Estava com dificuldade de manter o padrão de gastos com os filhos crescidos, no início de carreira, estudando. Também não achava justo ela nunca ter se responsabilizado pela manutenção da vida dos filhos, nunca contribuiu em nada; com o divórcio, todo ônus dos filhos coube a mim.

3 Nome fictício.

Temos um bom relacionamento; ela e o marido recebem a mim e meu companheiro (Kaio, 36 anos, filha de 8 anos) em sua casa para celebrações da nossa família, como festas de final do ano, aniversários. A minha vida com meu companheiro e com nossos filhos é muito agradável nessa grande família; ela e seu marido sempre nos aceitaram e respeitaram muito ao Kaio e a mim. Porém, o fato dela pedir para manter o pagamento do aluguel em que eu moro com nossos filhos me levou a pensar a possibilidade de perder essa convivência harmônica com ela... Eu sei que no meu íntimo não poderia deixar que motivos como esse pudessem me fazer continuar a aceitar, tudo e a todo tempo, o que a sociedade impõe. Conversei com ela e chegamos a um denominador.

Hoje, mais do que nunca, minha convicção de que minha homoafetividade em nada me diminui, ao contrário, me fortalece para garantir uma vida digna para mim e meus filhos, afastando os medos de que ceder a tudo e a todos em razão da sexualidade, não tem mais espaço para uma sociedade homofóbica.

Orlando nos faz ver que trabalhou arduamente sua relação com a ex-mulher, que ele respeitou seu lugar de pai e se manteve próximo, cuidando dos filhos. Percebe-se que ele se orgulha da relação que construiu nos últimos anos, desde que se assumiu homossexual e se separou. Ele não refere nesse breve texto, mas seu percurso foi longo e sofrido, com muita conversa, negociação, dor e medos, principalmente de não ser aceito pelos filhos quando se revelasse homossexual e de que não o respeitassem mais, de que se afastassem dele. Os medos naquela fase mais difícil, de decidir se divorciar porque se percebeu homossexual, se revelou e entendeu que estava apaixonado por outro homem, foram enfrentados. Atualmente, está revendo a vida que vem levando e tendo que reformular antigos arranjos que fez e que de certa forma reasseguraram seus privilégios masculinos, porém com ônus excessivo. Ele mesmo refere que uma vida nesses moldes não lhe serve mais. Mora com seus filhos já adultos, alguns iniciando vida profissional, e busca manter seu padrão de vida numa casa com despesa significativa.

Quando existe a associação dos estressores do divórcio com a necessidade de um homem assumir sua homoafetividade, ele se confronta com a necessidade de perpetrar mudanças significativas que ameaçam a autorreferência internalizada do homem que ele foi até então, pautada em um ideal masculino hegemônico. A separação pode dar oportunidade para o homem que se assume homossexual reformular as relações familiares, encontrando formas de relacionamento e convivência nas quais todos os envolvidos podem crescer e se desenvolver.

Divorciar-se após assumir a homossexualidade e manter-se agindo e se conduzindo como antes se mostra uma tarefa difícil e complexa. Há inúmeras escolhas com as quais um homem pode se identificar sem com isso sentir que abandona seus filhos, que não é mais homem por trair sua “essência masculina” ou frustrar a todos que ele ama. Pelo relato de Orlando, percebe-se que ele está nesse caminho. Está abrindo novas negociações com a ex-mulher e já cogita redistribuir as responsabilidades, rever a obrigação de ser aquele que centraliza o poder, isto é, não ser o único responsável por sua família divorciada e agora homoafetiva.

O interessante é pensar que mesmo após a separação Orlando não atentou para uma divisão igualitária das despesas com a manutenção da casa onde mora com os filhos. Ainda pautado pelo projeto masculino construído quando se apresentava com homem heterossexual, manteve a crença de que deveria continuar garantindo satisfatoriamente a rotina e o padrão de vida para os filhos, algo que atesta a dificuldade que muitos homens que passam por experiência semelhante enfrentam quando se veem diante do abandono de um projeto masculino de gênero validado socialmente. Sob a pressão da lógica hegemônica, o homem e pai deve assumir para si todo o ônus do divórcio.

Esse imperativo para manter o lugar do homem, marido e pai provedor atinge uma grande parcela dos homens que nos procuram. Por conta dele, se sentem culpados e acreditam estar magoando a todos e decepcionando a família. Sem dúvida, dão a entender quanto é difícil sair de um casamento satisfatório e abrir mão de uma configuração familiar valorizada para se assumirem homossexuais.

Quando o divórcio acontece e eles formam uma família com o novo parceiro homem, parecem ainda precisar atestar seu lugar de poder como homem, ex-marido, bom pai e bom provedor, o que sem dúvida propicia alguns ganhos próprios das masculinidades subordinadas (Kimmel e Connell, 2005).

Parece que Orlando realizou uma transição satisfatória do homem pai da família heterossexual constituída com a mãe de seus filhos para o atual homem pai de família homoafetiva. Ainda assim, a cada dia novas demandas exigem outras negociações e acordos em sua busca de usufruto de uma vida sem segredos e em consonância com o homem gay com quem agora ele se identifica. Quando começou seu relacionamento com Caio⁴, procurou uma aproximação gradual do seu então namorado com os filhos nos finais de semana, nas atividades sociais, formaturas e festas de casamento. Os filhos de Orlando sempre estiveram próximos de outras famílias homoafetivas em encontros sociais e festas, e ele não escondeu deles seu companheiro, o que facilitou a aproximação de todos. Esta é a sua almejada família homoafetiva, resultado de uma construção cuidadosa e afetiva por parte de um homem pai que se assumiu homossexual.

Como fica evidente na história de Orlando, o sexo biológico não garante a masculinidade, pois ela é múltipla e exige reafirmações e negociações contínuas ao longo da vida de um homem.

Considerações finais

Para finalizar, lembro quando fui discutir a possibilidade de publicação do livro *Coragem de ser* (Moris e Paranhos, 2017) com a pessoa responsável pela edição e ela questionou se esse tema — os homens se casarem com mulheres porque não se aceitam como homossexuais — não seria datado. Se hoje em dia, explicou ela, devido à maior aceitação da homossexualidade e às conquistas legais, não seria possível, desde criança, eles se sentirem aceitos e assim

4 Nome fictício.

assumirem a sua homossexualidade. E completou: “não seria mais propício agora para alguém se assumir, sem precisar se esconder ou ter medo?”. Minha resposta e do meu parceiro na autoria do livro foi a de que nosso trabalho prático tem revelado haver entre meninos e homens um forte peso de valores rígidos associados a uma ideia hegemônica de masculinidade na qual a heterossexualidade é a norma que baliza costumes, padrões, comportamentos, funções e corpos. Mas também pensamos que talvez seja um fato social que para algumas famílias e grupos a assunção da orientação sexual não normativa seja acolhida sem julgamentos. Parece-nos que num mundo mais tolerante com relação às diferenças de gênero, não mais subordinado à inflexível ideologia heteronormativa, poderá existir a possibilidade de meninos sentirem que podem se tornar homens sem as amarras de injunções de gênero que só causam sofrimento e discriminação. E talvez nesse mundo futuro, imaginado, não haja mais esse homem que se enamora, se casa e tem filhos somente para provar que é um “homem normal”. Afinal, as expressões masculinas são múltiplas.

Mudanças culturais, educacionais, políticas, sociais e nas famílias implicam mudanças para o indivíduo. Mas quanto tempo será necessário para que possamos sentir que algo mudou de fato à nossa volta? Que um menino desde pequeno poderá então ser criado em contextos em que as prerrogativas de gênero serão mais flexíveis?

De fato, encontramos ao nosso redor homens que são fortes ou fracos, que choram ou não quando estão tristes, que são só provedores, só cuidadores ou que exercem ambos os papéis. Homens que sentem e demonstram seus afetos, e homens que os reprimem e só conseguem se relacionar com base em suas performances sexuais. Os homens podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais ou ainda ter alguma outra orientação distinta dessas, conforme seu desejo e afeto. Há diferentes formas de um homem ser pai e constituir família, para além dos homens que são mostrados nas propagandas televisivas de margarina.

É comum observar em meu trabalho com homens pais homossexuais diversas transformações e apropriações pelos homens nas

atividades e cuidados que envolvem a família, sendo o vínculo de afeto um de seus principais ganhos. Temos visto alguns homens e pais de recém-nascidos conseguirem judicialmente o direito de ter um afastamento do trabalho pelo período necessário para participarem ativamente deste período inicial da vida dos bebês. Mesmo após a separação, os pais permanecem atentos aos cuidados dos filhos e de suas rotinas. Alguns alternam com a mãe uma guarda compartilhada extensiva a todas as atividades da parentalidade, para ganho maior de todos.

Essa realidade mais flexível do lugar do homem e da mulher nas famílias hoje em dia é uma ampliação e apropriação de regras mais flexíveis que atualmente pautam algumas relações na ordem de gênero vigente, e que se pautam em bem-estar, cuidado, satisfação nas relações, reconhecimento e acolhimento dos afetos, valores que sem dúvida podem contribuir também para reformulações no âmbito das masculinidades não heterossexuais.

Referências

- BLANKENHEIM, Thaís, OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de e SILVA, Denise Regina Quaresma da (2018). Homoparentalidade: um diálogo com a produção acadêmica no Brasil. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, maio/ago.
- EPSTEIN, Rachel (2005). Queer parenting in the new millennium: resisting normal. *Canadian Woman Studies*, v. 24, n. 2.
- FENDER, Marcelo (2016). *A experiência e os desafios da adoção por pais que se declaram homossexuais*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- GATES, Gary (2013). *LGBT Parenting in the United States*. Los Angeles, The Williams Institute. Disponível em: <http://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/LGBT-Parenting.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- KIMMEL, Michael S., HEARN, Jeff e CONNELL, Robert W. (eds.). (2005). *Handbook of studies on men and masculinities*. Thousand Oaks, Sage Pub.
- MACIEL JÚNIOR, Plínio de Almeida (2013). *Tornar-se homem: projetos masculinos na perspectiva do gênero*. Rio de Janeiro, Livre Expressão.

- MORIS, Vera (2008). *Preciso te contar?: paternidade homoafetiva e revelação para os filhos*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MORIS, Vera Lúcia e PARANHOS, Fabio (2017). *Coragem de ser: relatos de homens, pais e homossexuais*. São Paulo, Summus GLS.
- RIBEIRO, Letícia Jóia (2018). *A experiência parental de casais homoafetivos: uma abordagem psicanalítica*. Dissertação de mestrado em Psicologia. Campinas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- ROSA, Jéssica Moraes (2017). *Etnoteorias parentais: a parentalidade em casais homoafetivos masculinos*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- SAMMARCO, Pedro (2017). *Homofobia Internalizada, o preconceito homossexual contra si mesmo*. São Paulo, Annablume.
- TOMBOLATO, Mário Augusto (2019). *As famílias homoparentais nas vozes de pais gays, mães lésbicas e seus/suas filhos(as)*. Tese de doutoramento em Ciências. Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

Particularidades da paternidade quando o filho tem uma enfermidade crônica

Erika Campos Gomes

Frequentemente, quando pensamos na parentalidade, temos como foco a demanda de proteger e cuidar dos filhos para que estes cresçam em segurança. Como expressou Bowlby (1979/2015, p. 125), a função do cuidador é : “estar disponível e pronto a atender, quando solicitado, e intervir quando quem é cuidado parece prestes a se meter em apuros”. Mas há também o outro lado da moeda, ou seja, como o exercício do cuidado ressoa no cuidador.

Cuidar de filhos é tarefa para toda a vida que irá sofrendo ajustes e adaptações em consequência das influências recíprocas que se estabelecem entre pais e filhos. Tornar-se mãe ou pai é vivenciar uma transição individual e familiar complexa, nem sempre tão visível, previsível ou compreendida. Mudança e transição não são necessariamente a mesma coisa. Um complexo de mudanças pode ser considerado transicional quando envolve uma modificação qualitativa “de dentro para fora”, na concepção do eu, do outro, do mundo e da regulação das emoções, e “de fora para dentro”, na reorganização do nível pessoal ou familiar de competência, dos arranjos de papéis e dos relacionamentos significativos com outros (Cowan, 2016).

Gerar não torna nem homens nem mulheres pais ou mães. Tornar-se um parental incide em transformação pessoal. Envolve alto nível de estresse e pode ocorrer antes ou durante os primeiros anos

do nascimento do primeiro filho, quando da vinda do segundo, deflagrado por uma crise familiar, ou mesmo em função do adoecimento de um filho, que é o tema deste ensaio.

A despeito de muitas mudanças sociais que vivemos nas últimas décadas, ainda prevalece a ideia de que a mãe “naturalmente” possui melhores habilidades para realizar os cuidados dos filhos do que o pai (Souza, 1994; Pereira, Prola e Silva, 2015), dificultando identificar a transição envolvida na paternidade. E não se trata apenas de um fenômeno privado, as instituições frequentemente sustentam a lógica da naturalização do cuidado feminino, e de forma ainda mais contundente quando se trata de adoecimento da prole. Assim, a maioria dos estudos realizados são com as mães. E quando o pai aparece é junto com a figura materna, por meio do termo “pais” (Lucca e Petean, 2016).

Um exemplo que evidencia ainda com mais clareza o viés materno provém da revisão realizada por Macdonald et al. (2010) sobre perspectivas parentais em cuidados paliativos pediátricos. Constatou-se que “parental” nessa literatura continua sendo principalmente mãe, e que das 2.374 vezes em que se fez uso do termo “pais”, em 45 pesquisas realizadas entre os anos de 1988 e 2008, em 75% delas pais eram, de fato, mães.

Há uma preferência pelas mulheres como interlocutoras e informantes nas pesquisas sobre adoecimento e cuidado familiar. São poucos os estudos que abordam o ajustamento do homem com filhos com doença crônica (Lucca e Petean, 2016). Mas é fundamental entender o que acontece quando o pai tem um filho que manifesta uma doença? Que modificações essa experiência pode gerar na vivência paterna? Que alterações a doença provoca na forma de encarar a paternidade? O objetivo deste ensaio é trazer algumas considerações para o debate da paternidade quando o filho apresenta uma enfermidade crônica.

Adoecimento crônico

A enfermidade crônica é definida, segundo Silva (2001, p. 30), como:

[...] uma desordem que tem base biológica, psicológica ou cognitiva, tem duração mínima de um ano e produz uma ou mais das seguintes sequelas: (a) limitação de função ou atividade, ou prejuízo das relações sociais, quando comparadas com outras crianças da mesma idade, tanto em nível físico, como cognitivo, emocional e de desenvolvimento geral; (b) dependência de medicação, dieta especial, tecnologia médica, aparelhos específicos e assistência pessoal; (c) necessidade de cuidados médicos, psicológicos ou educacionais especiais, ou ainda acomodações diferenciadas em casa ou na escola.

O cotidiano familiar permeado de eventos estressores relacionados aos cuidados de longo prazo de um filho com adoecimento crônico compromete a saúde mental da família. Nesse sentido, é relevante compreender o sistema interacional da doença com o indivíduo, sua família e seus contextos mais próximos. Torna-se necessário considerar três aspectos em interação: a fase de desenvolvimento da doença, seus efeitos nos ciclos de vida do indivíduo e no desenvolvimento familiar (Rolland, 1995).

Para auxiliar os profissionais a identificarem preocupações e funções familiares quando se trata de adoecimento, Rolland (1995) elaborou uma tipologia psicossocial das enfermidades crônicas diferenciando-as quanto ao início (agudo, gradual), curso (progressiva, constante e episódica), consequências (encurtam a vida ou não) e grau de incapacitação (cognição, movimento, sensação, deformidade, etc.).

No que tange ao *início*, as enfermidades podem ser divididas entre as que apresentam um começo agudo, que incluem doenças cardiovasculares como o infarto e derrame, exigindo uma mobilização

rápida da família para administrar a crise; e as de início gradual, como a artrite e obesidade, nas quais há um ajustamento gradativo à doença (Rolland, 1995).

Quanto ao *curso*, as doenças podem ser progressivas, constantes ou episódicas. As progressivas, como a artrite reumatoide e o *diabetes mellitus* juvenil, são caracterizadas por serem sintomáticas e com desenvolvimento severo. Neste tipo de enfermidade, em função das incapacidades irem aumentando e da necessidade ininterrupta de cuidados, ocorre um aumento das tensões entre os cuidadores, o que pode levá-los à exaustão. As famílias precisam ter flexibilidade, pois será necessária uma reorganização interna dos papéis e abertura para se empregarem recursos externos para contribuir com o tratamento (Rolland, 1995).

As enfermidades de curso constante acontecem a partir de um evento inicial, no entanto o quadro se estabiliza; sob essas condições, pode haver uma crise inicial, mas sem o estressor de ocorrência de novas crises. As de curso reincidente ou episódico, como a asma, por outro lado, caracterizam-se pela alternância de períodos estáveis, com ausência ou baixo nível de sintomas, e momentos de crise. A família que vivencia esse tipo de enfermidade pode estabelecer uma rotina, sem a necessidade de gerenciar os sintomas; no entanto, o estresse tende a ser alto ante a iminência de uma recorrência, o que exige uma adaptação diferenciada, visto que necessitam de um menor número de cuidados contínuos e de alteração nas funções familiares, mas demandam flexibilidade para transitar entre fases de crise e estabilidade (Rolland, 1995).

No que se refere às *consequências*, a possibilidade de ocasionar a morte ou diminuir a vida gera um profundo impacto. Enfermidades que encurtam a vida ou que apresentam a possibilidade de morte repentina estão incluídas nesta categoria, como é o caso da asma, diabetes e a parte das alergias alimentares. Nas famílias que vivenciam essas enfermidades pode ocorrer uma superproteção e ganhos secundários para o membro adoecido, dado relevante quando pensamos em enfermidades infantis (Rolland, 1995).

Quanto à *incapacitação*, esta pode ocorrer em diferentes domínios: movimento, cognição, sensação e desfiguramento, trazendo a possibilidade de estigma e preconceito, não só em relação à criança doente, mas também a seus irmãos. Os efeitos da incapacitação na vida da família estarão relacionados com as formas com que esta se ajustará à limitação imposta, com sua estrutura e recursos (Rolland, 1995).

Tanto o doente quanto seus familiares são afetados de maneira significativa quando alguém recebe um diagnóstico, e, por vezes, não se encontram preparados para os desafios de sua gestão. Em decorrência do estresse envolvido no processo que leva ao diagnóstico, muito frequentemente se estabelece uma crise.

É importante diferenciar estresse e crise. Estresse é uma ocorrência que provoca uma quantidade variável de mudança no sistema familiar, relativa tanto a eventos negativos, como uma internação hospitalar, quanto positivos, como um novo casamento. A perturbação pode ser proveniente do contexto externo, do contexto interno do sistema familiar ou de ambos e é identificável em dificuldades no desempenho das rotinas e tarefas, em sintomas físicos ou emocionais dos membros da família. Estresse não necessariamente resulta em “problema”, pois este depende do significado atribuído aos eventos, das crenças relativas a eles e aos recursos existentes ou potenciais para seu enfrentamento. Em geral é o acúmulo de diversos eventos estressores, mais do que a natureza deles, que gera crise (Boss, Mancini e Bryant, 2016).

Enquanto estresse é uma variável contínua, crise é um ponto de desequilíbrio agudo tornado evidente na dificuldade de autocuidado dos pais, de cuidar dos filhos, de seu trabalho, de tomar decisões ou resolver problemas, e desempenhar os papéis e as tarefas do dia a dia (Boss, Mancini e Bryant, 2016). No caso de uma crise produzida pelo adoecimento de um filho, o sistema tem que se abrir para a equipe de saúde, o que por si só já acumula estresse e altera o poder familiar; mas, além disso, a cronicidade implicará ausência da possibilidade de cura, enquanto a família espera exatamente reverter ao seu estado funcional anterior ao surgimento impactante dos sintomas.

Embora, como indicamos, os impactos e demandas devam ser analisados considerando a forma de início, curso, consequências e grau de incapacitação, o diagnóstico de cronicidade, *per se*, e principalmente quando se trata de filhos, após a crise inicial se torna necessário: a aceitação do diagnóstico, a busca por conhecimentos, a necessidade contínua de cuidados, aprender a lidar com a equipe de saúde, preocupações financeiras com o controle dos sintomas, divisão de cuidados entre os cônjuges, preocupações com o sofrimento e limitações do filho, estigma, preconceito e preocupação com o bem-estar dos demais filhos (McDaniel, Hepworth e Doherty, 1994).

O enfrentamento da crise inicial implicará redefinição de papéis e fronteiras entre o pai e a mãe e trará um teste complexo na relação masculinidade-paternidade; feminilidade-maternidade.

Ser pai de um filho com enfermidade crônica

Alguns desafios e oportunidades de revisão da posição do homem no mundo podem decorrer do enfrentamento do adoecimento crônico de um filho. Mas, muito frequentemente, os primeiros impactos emocionais vividos pelo pai tendem a levantar um complexo de defesas psicológicas, dentre elas a imersão no papel tradicional do provedor e da mãe como cuidadora, o que, interessantemente, não é acompanhado de conflito conjugal, e sim da aceitação feminina.

Faz parte do desenvolvimento da parentalidade diferenciar o filho idealizado que se construiu internamente desde a infância, e aceitar-adotar aquele que se gerou e que raramente complementa as fantasias. Acreditamos que ninguém idealiza um filho que nasça com algum tipo de adoecimento, ou que este surja em determinado momento. Faz parte do desenvolvimento da parentalidade o luto pelo filho idealizado, mas este nem sempre é percebido como uma ocorrência normativa (Cowan et al., 2016). No caso do filho adoecido, no entanto, o luto relativo à idealização foi apontado por Lucca e Petean (2016) como um importante aspecto vivenciado pelos homens que apresentam dificuldades em lidar com as perdas funcionais que

ocorrem durante o curso da doença. Há um sentimento de angústia e de frustração dos pais ao se depararem com a impossibilidade de cura ou com a degeneração progressiva e letal, vendo-se como impotentes.

Mas a impotência é mais geral e complexa para a masculinidade. O adoecimento crônico impossibilita sustentar a fantasia de cura e a ideia de que tudo voltará ao normal de antes do diagnóstico, obrigando o pai a, mais cedo ou mais tarde, rever a forma mesma de pensar a realidade. Se um homem que é homem é racional e está no controle de sua vida e experiência (Maciel Jr., 2006), o abalo à masculinidade se expande ainda mais quando se atenta ao fato de que, para cuidar devidamente da criança ou adolescente adoecido, o pai deve aceitar a diminuição de poder sobre a prole, no mínimo dividindo-a com a equipe de saúde.

De acordo com Lucca e Petean (2016), os pais vivenciam os mesmos sentimentos que as mães. No entanto, o papel de provedor se sobrepõe, dificultando muitas vezes a expressão ou elaboração dos sentimentos. O que ocorre com o homem, de fato, fica mais claro quando compreendemos quanto o adoecimento do filho impacta sua masculinidade.

A impotência, a diminuição do controle, a irracionalidade do adoecimento de uma criança ou adolescente geram estresse acumulado, mas muitas das famílias congelam a crise potencial por meio da imersão na divisão tradicional de papéis pai provedor, mãe cuidadora. O exercício do papel tradicional garante a ordem de gênero (Connell, 2015) e amortece os afetos, ao menos por um tempo. Com isso, mesmo os pais mais participativos encontram refúgio no “pai provedor”, que, por meio do dinheiro, pode oferecer a melhor qualidade de cuidado à prole.

Mas, ao se voltarem para a função de provedor da casa, os pais enfrentam outras limitações, como acompanhar o filho em consultas ou conseguir visitá-lo, fato que os deixa angustiados. Há uma dificuldade de lidar com o sentimento de medo que ocupa seu pensamento por não saber realmente como o filho está (Dupas et al., 2012).

Difícilmente o bloqueio de sentimentos e a fuga no trabalho são suficientes para lidar com o desamparo afetivo. Os pais com filhos acometidos com câncer, por exemplo, assim como as mães, apresentam reações de choque, confusão e medo e tensão que se refletem em toda a família. Sentem-se responsáveis pela criança, buscam informações e compressão sobre a doença, para que possam se sentir capazes de cuidar efetivamente do filho, e para que consigam contribuir para a diminuição de sua ansiedade e estresse (Dupas et al., 2012). E percebe-se a relevância do papel do pai na melhoria da qualidade de vida de seu filho enfermo e na busca da recuperação da saúde. E essa maior aproximação paterna contribui para a recuperação da criança (Dupas et al., 2012).

Um novo continente

Não ser covarde é um atributo da masculinidade desejável e mesmo que o homem faça uma imersão no trabalho, de modo a afastar-se da impotência e medo, o mais comum é que em algum momento o nível de estresse se torne exponencial e a crise, como ponto de virada, redunde em transição: uma modificação qualitativa na concepção do eu, do outro, do mundo e da regulação das emoções com reflexos nas competências e nos arranjos de papéis e relacionamentos significativos (Cowan, 2016). A transição vivida faz com que o homem ressignifique a paternidade e com ela sua masculinidade, bem como o potencial dos filhos.

Ramos et al. (2018) estudaram a percepção materna sobre os cuidados paternos, concluindo que o pai participa do cuidado com o filho doente de diversas maneiras, sendo atencioso e preocupado com o mesmo. As mães observam que os pais atuam principalmente tentando promover momentos de lazer, no intuito de garantir o bem-estar da criança, fato também apontado por Oliveira (2018) em seu estudo realizado com os pais no contexto da paralisia cerebral.

Mas, para além de um papel lúdico, os pais de crianças com adoecimento crônico não só questionam a crença de que “homem não

chora”, eles se permitem perder, ao menos em determinados momentos, o controle dos sentimentos, deixando-se invadir pelo sofrimento e medo da perda, revendo sua relação paterna, tornando-se mais dedicados, valorizando mais a paternidade e a si mesmos como pais (Souza, 1994; Lucca e Petean, 2016; Dupas et al., 2012; Santos et al., 2018).

Na direção da transformação, Oliveira (2018) identificou que os pais percebem mudanças na forma de ser e de significar a vida ao longo de sua relação com a enfermidade do filho. Paciência, compreensão e humanização são pontos que os homens destacaram como importantes para a promoção do seu amadurecimento pessoal. De fato, podemos observar que os pais se sentem mais amadurecidos em função da vivência da paternidade envolvendo um filho com doença crônica, e que não há uma diferenciação no que se refere aos sentimentos que surgem entre eles e nas mães. No entanto, a forma de expressar essas emoções é diferente e se relaciona aos modelos de comportamentos esperados pelos homens e mulheres.

A experiência de pai de um filho doente induz o homem à reconstrução de seu papel paterno, conduzindo-o a maior interação e afetividade com o filho. Estabelece um redirecionamento de sua vida, no sentido de superar os ditames da masculinidade hegemônica, revendo a necessidade de expressar suas emoções e seu lugar apenas no mundo do trabalho, promovendo o sustento de sua família.

Considerações finais

Cuidado envolve sensibilidade para identificar a necessidade do filho e suas mudanças desenvolvimentais, para perceber quando ele pode mais e estimulá-lo a correr o risco, acolhê-lo na queda e estimular a voltar a tentar (Souza, 1994). O adoecimento de um filho traz um impacto avassalador para seus pais, questionando a lógica da vida, papéis e funções. É aceito socialmente que as mães expressem livremente as emoções e os impactos do adoecimento de filhos, enquanto espera-se que os homens sejam contidos e falem menos de suas fragilidades.

O adoecimento gera crise e transição individual e familiar. Transição pressupõe uma nova organização psicológica, que é precedida de desequilíbrio e conflito interno, sentimento de descontinuidade entre o antigo e o novo, tratando-se de um “ponto de virada” na trajetória de vida. O sucesso na transição leva a um nível de adaptação psicológica mais diferenciado e integrado, enquanto o insucesso leva a atrasos no desenvolvimento e regressão. Enquanto as mudanças e transições na infância e adolescência tendem a ser facilmente identificáveis, as que ocorrem na vida adulta implicam ampla possibilidade de escolhas, ainda que as decisões sobre si estejam envoltas em pressões e expectativas sociais (Cowan, 2016).

Voltar-se para a divisão tradicional de papéis mãe cuidadora e pai provedor não protege da invasão de sentimentos por muito tempo, mas traz uma demanda de reposicionamento dos profissionais de saúde, que normalmente direcionam suas práticas e discursos para a figura materna (Oliveira, 2018), havendo pouca abertura para a inclusão do pai, não se oferecendo incentivos suficientes para a participação do homem. O mesmo pode ser dito para os terapeutas familiares. Mas é fundamental compreender o atravessamento da masculinidade na expressão do cuidado paterno.

Os estudos e revisões bibliográficas acerca de adoecimento e paternidade ainda são poucos, mas os que pudemos acessar neste ensaio ressaltam a necessidade de mais estudos sobre a paternidade para que os homens/pais possam ser melhor compreendidos e integrados no contexto dos cuidados familiares. Diante disso, é significativo que se ampliem as investigações, que se aprofunde a compreensão do envolvimento paterno no âmbito das enfermidades crônicas, oportunizando a construção de espaços de promoção de saúde em que os homens possam ser escutados, apoiados em seu sofrimento e estimulados a se expressar.

Referências

- BOSS, Pauline, MANCINI, Jay e BRYANT, Chalandra (2016). *Family Stress Management: A Contextual Approach*. Thousand Oaks, Sage Publications.
- BOWLBY, John (1979/2015). *Formação e rompimento de laços afetivos*. São Paulo, Martins Fontes.
- CHERON, Taline e SANTOS, Cláudia Simone Silveira (2017). Percepção materna sobre a participação do pai na hospitalização do filho em investigação diagnóstica de doença crônica. *Barbarói, Revista de Departamento de Ciências Humanas*, n. 49, jan./jun.
- CONNELL, Raewyn e PEARSE, Rebecca (2015). *Gênero: uma perspectiva global*. 3 ed. São Paulo, nVersos.
- COWAN, Philip A. (2016). "Individual and Family Life Transitions: a proposal for a new definition". In: COWAN, Philip A. e HETHERINGTON, Mavis (orgs.). *Family transitions*. Nova York, Routledge Press, pp. 3-30.
- COWAN, Carolyn Pape et al. (2016). "Becoming a Family: marriage, parenting and child development". In: COWAN, Philip A. e HETHERINGTON, Mavis (orgs.). *Family transitions*. Nova York, Routledge Press, pp.79-110.
- DUPAS, Giselle et al. (2012). Câncer na infância: conhecendo a experiência do pai. *Revista Mineira de Enfermagem*, n. 16, jul./dez.
- LUCCA, Silvana Aparecida e PETEAN, Eucia Beatriz Lopes (2016). Paternidade: vivências de pais de meninos diagnosticados com distrofia muscular de Duchenne. *Revista Ciência e saúde*, n. 10, out.
- MACIEL JR, Plínio de Almeida (2016). *Tornar-se homem: o projeto masculino na perspectiva de gênero*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MCDANIEL, Susan, HEPWORTH, Jeri e DOHERTY, William Joseph (1994). *Terapia Familiar Médica: um enfoque biopsicossocial às famílias com problemas de saúde*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- MCDONALD, K. M. et al. (2010). Care coordination measures atlas. *Agency for Healthcare Research and Quality*, Rockville, v. 3, nov.
- OLIVEIRA, Gláudia Ariclênia Bernardo Lindolfo de (2018). *O envolvimento paterno no contexto da paralisia cerebral: o que os pais têm a dizer?* Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica. Recife, Universidade Católica de Pernambuco.

- PEREIRA, Caroline Rubin Rossato, PROLA, Caroline de Abreu e SILVA, Susan Lusca da (2015). "O pai se separa da mãe, e os filhos? A relação pai-filho(s) após a separação conjugal". In: GOETZM, Everley Rosane e VIEIRA, Mauro Luís (orgs.). *Pai: percursos, desafios e possibilidades*. Curitiba, Juruá, pp. 149-170.
- RAMOS, et al. (2017). Cuidado paterno à criança e ao adolescente com doença crônica: percepção materna. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, n. 3, dez.
- ROLLAND, John S. (1995). "Doença Crônica e o Ciclo de Vida Familiar". In: CARTER, Betty e MCGOLDRICK, Mônica. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. 2 ed. Porto Alegre, Artmed.
- SANTOS, Robson Nogueira Costa et al. (2018). Men's position in family care on situations of chronic illness. *Revista da Escola de Enfermagem*, n. 10, dez.
- SILVA, Maria G. (2001). Doenças crônicas na infância: conceito, prevalência e repercussões emocionais. *Revista Pediátrica*, n. 2, pp. 29-32.
- SOUZA, Rosane Mantilla (1994). *Paternidade em transformação: o pai singular na família*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Quando um homem perde um filho: gênero e vivência do luto

Fabíola Mancilha Junqueira

Maria Helena Pereira Franco

A importância da distinção entre diferentes modos de viver um luto reside na necessidade de decidir sobre a oferta – ou não – de ações terapêuticas e, havendo-as, de que ordem devem ser, buscando recursos da pessoa enlutada que possam beneficiá-la nesse processo. Esta proposição geral é base para questionamentos que, mesmo não conclusivos, possibilitam avanços no conhecimento sobre questões referentes à saúde mental de pessoas que vivem perdas. Questiona-se sobre a duração considerada normal para um processo de luto, o peso que o tipo de morte, se violenta, repentina, após um período de doença, tem para o desenvolvimento desse processo, por exemplo. Entre essas questões, destaca-se a relevância de se identificar a distinção entre o luto vivido pelo homem e o luto vivido pela mulher. Ainda refinando a questão, agrega-se o papel do pai e da mãe na distinção de gênero. Naturalmente, o lugar da cultura na construção de um vínculo e nas consequências de seu rompimento não pode ser desconsiderado.

Cacciatore e DeFrain (2015) trazem o olhar para a compreensão da cultura, mais ampla do que aquela composta pela etnicidade, a religião praticada ou a região de residência. Desenvolveram a ideia dos Blocos de Construção da Cultura, aqueles que colocam luz nos blocos de identidade que nos fazem humanos. O primeiro bloco é o da cultura biológica, baseada nos genes e na ancestralidade. O segundo é o

da cultura de família, determinada pela família de origem e a cultura onde a pessoa reside. Portanto, pode dinamicamente sofrer mudanças ao longo da vida, em razão de mobilidade e normas sociais e sofre influência de região geográfica, linguagem, religião, condição socioeconômica, crenças e valores. O terceiro bloco, também dinâmico, o da cultura de escolha, é relacionado à identidade escolhida, à pertinência a grupos significativos geralmente da infância e da adolescência e pode mudar ao longo da vida. O quarto grupo é o da cultura experiencial, baseia-se em experiências não resultantes de escolhas, mas que se colocam na vida dos indivíduos. Podem, porém, ser passadas de geração para geração.

Levando em conta as sempre atuais palavras de Morin (1988), o estudo do luto, visto no contexto sociocultural, revela diferenças quanto ao significado da perda e quanto à forma de lidar com o processo de luto. A questão foco deste ensaio está posta, portanto: havendo distinção entre o luto masculino e feminino, e mais especificamente, entre o pai e mãe pela morte de um filho ou uma filha, essa especificidade amplia e aprofunda a compreensão do fenômeno ou o reduz a categorias tipificadas?

Sobre o luto

Entende-se por luto o processo psíquico de elaboração de uma perda. O luto é a consequência natural do rompimento de um vínculo, e nesse processo o enlutado cria um lugar para o ente querido do ponto de vista cognitivo, comportamental, espiritual e afetivo, manifestando-se em várias áreas da expressão e vivência humana. É um processo vivido de forma singular, condizente às particularidades do indivíduo e da relação rompida.

O luto é uma grande ameaça ao equilíbrio psíquico, a segurança é colocada em um estado extraordinário, ele traz a necessidade de dar sentido ao que aconteceu. É um processo de construção de significado muito importante que vai por caminhos conhecidos, com encruzilhadas que convidam a explorar novas formas de significado, permite

colocar aquela pessoa perdida em um lugar adequado, na memória construída. Há uma trajetória de reorganizar e integrar a possibilidade de viver sem aquela pessoa, não é possível falar que o luto se dá de uma única e de determinada maneira (Franco, 2020).

O enlutado elabora o rompimento aceitando a realidade da perda, vivenciando sinceramente o pesar, ajustando-se a um meio onde o ente querido já não está mais fisicamente, transformando e ressignificando a relação com o falecido (Worden, 2018). Quando um homem não se permite viver esses momentos de elaboração, por não estarem de acordo com a forma preestabelecida de masculinidade, ocorre a interrupção ou suspensão no processo de luto e um grande risco de adoecimento psíquico.

Quando se trata de luto, é comum também identificarmos frases que representam essa estrutura hegemônica enraizada e polarizada, como, por exemplo, os conceitos de “força e fraqueza”. A elaboração do luto é um processo que acompanha a biografia do enlutado com movimentos psíquicos que se intensificam e se suavizam ao longo do ciclo vital. A dor da ausência de um ente querido se apresenta como ondas de sentimentos a cada momento significativo de quem viveu a perda. As lembranças e o desejo de compartilhar de sua presença física em momentos importantes ou datas especiais do ciclo natural de desenvolvimento do indivíduo ou da família podem surgir e ser percebidos como um sinal de fraqueza no processo de elaboração e despedida daquela relação, quando os laços de afeto continuam e apenas se transformam por não ser mais possível a continuidade do relacionamento como era vivenciado. Ao compormos essa compreensão com a discussão sobre comportamentos e ações esperadas de uma masculinidade baseada na competição, na luta, na vitória, na sobreposição de uma ação em detrimento de uma experiência, podemos supor que há possibilidade de um homem enlutado ver-se e ser visto socialmente como não representante da masculinidade hegemônica (Connell e Pearse, 2015).

Indo além da perspectiva reducionista sobre gênero e com foco no luto, Doka e Martin (2014) pesquisaram as reações masculinas

diante da experiência de uma perda significativa. A conclusão dos seus estudos clínicos mostra que não há uma relação direta da resposta com o gênero propriamente dito. Há estilos de expressão de luto que geralmente são condizentes com o estilo de personalidade e de reações do indivíduo diante de situações de estresse. Isso significa que o modelo operativo interno de cada indivíduo e a maneira como cada um expressa e vive o processo de luto são formados no decorrer das experiências de relação com o outro e também das respostas esperadas pelo meio.

Doka (2020) apresenta o conceito de estilos de luto, que podem ser intuitivo, instrumental ou misto. Em cada um dos estilos, o indivíduo reage de uma determinada forma à experiência da perda. Tais estilos existem em um *continuum*, podendo estar presentes em homens e mulheres, em diversos graus de expressão e intensidade. No estilo de luto intuitivo, o indivíduo experimenta fortes reações afetivas, a expressão espelha sentimentos internos e a adaptação envolve a expressão e a exploração desses sentimentos. Muitas vezes essas reações são mais associadas ao conceito feminino de ser. No estilo de luto instrumental, o indivíduo experimenta o luto primeiramente de forma cognitiva ou física, o sofrimento é frequentemente expresso cognitiva ou comportamentalmente e a adaptação geralmente envolve pensar e fazer. Este estilo mais ativo e cognitivo pode ser associado ao modo preconcebido de masculino. Existe ainda o estilo misto com características de ambos.

Há diversos fatores que influenciam o indivíduo a estabelecer seu estilo de luto, entre eles estão gênero, biologia, cultura, temperamento, biografia e transições de papéis, como, por exemplo, mudança de gênero, ou mudança no papel assumido no sistema familiar. Tais fatores influenciam, porém não são determinantes. Uma mulher mãe pode se perceber sem permissão para viver um luto de forma intuitiva, por exemplo, por ser responsável pelo cuidado e manutenção de uma família com outras crianças. Esta situação exige cuidados e ações diretas de trabalho e atividades domésticas para manter o funcionamento do dia a dia familiar. Um pai pode contar com uma estrutura de apoio

de outros familiares e perceber que há espaço para viver um luto de forma intuitiva, por exemplo, sem ser questionado sobre sua masculinidade a partir dos comportamentos de elaboração (Doka, 2020).

Um pai nasce homem ou torna-se pai porque é homem?

A partir das últimas décadas do século XX, as discussões sobre as diversas masculinidades têm sido mais frequentes. O trabalho de abertura de espaço para a livre expressão de afetos e emoções surge daqueles que se sentem privados, calados e questionados sobre sua masculinidade quando se expressam de uma forma que não representa a força que socialmente se espera de um homem. Estas novas possibilidades de expressão dos sentimentos acabam por trazer à tona a outros homens o questionamento sobre meios de se tornar mais íntimo e familiarizado com seu mundo interno, criando possibilidades de comunicar o que vivem, sem que a forma dessa expressão esteja relacionada a uma definição heteronormativa.

Quando analisamos as dinâmicas de gênero pela lente do que é esperado em termos de comportamentos que expressam afetos e emoções, é possível observar também a ideia predefinida de que a área dos sentimentos é mais fácil de ser vivida, acolhida e compreendida pelas mulheres, e entre elas, do que pelos homens e os grupos sociais por onde circulam. Porém, a realidade em geral não é essa de fato e, sobretudo a partir das últimas décadas, o questionamento desses conceitos e expectativas tem sido tema de estudos sobre gênero.

Uma pesquisadora que contribui significativamente para a discussão do tema é a professora australiana Raewyn Connell (Connell e Pearse, 2015), que desde essa sua primeira publicação vem discutindo temas relacionados a gênero, masculinidades, classes sociais e educação, contextualizando e buscando a compreensão histórica das movimentações e expressões de poder que envolvem a construção do significado de múltiplas masculinidades. Entende que ser homem ou ser mulher não é algo definido apenas pela condição biológica do corpo ou por tarefas socialmente preestabelecidas, pois não há apenas

uma maneira de ser homem. Em um grupo de homens, é possível observar diversas formas de expressão de si mesmo e da masculinidade. A criação de meninos e meninas é bem distinta. Nas sociedades ocidentais heteronormativas, os homens envolvidos em violência e competição foram preparados para isso por seus pais, pares e escolas e pela mídia de massas. Assim se comportando, podem obter aceitação e reconhecimento.

O nascimento biológico de um filho pode ser considerado a concretização da potência criadora associada ao masculino hegemônico, mas é no processo de construção de vínculo com esta criança e na relação diária que o laço da paternidade é realmente estabelecido. O exercício da paternidade pode ser um importante momento para o homem explorar novas formas de ser e questionar em si padrões rígidos preestabelecidos, já que os sistemas de apego e cuidado são essenciais para a sobrevivência humana independentemente do sexo da criança e do adulto cuidador.

No Brasil, um estudo que traz à tona a discussão sobre a construção do gênero masculino foi realizado por Maciel Jr. (2006), abordando o processo de definição da masculinidade em diferentes momentos do ciclo vital. Apontou quanto a construção da masculinidade é definida e negociada ao longo do tempo, seja no âmbito da família – copartícipe nesse processo –, seja de outras associações. A masculinidade hegemônica associa-se a heterossexualidade, força, resistência e competência física. Por meio da interlocução com a mulher, a hegemonia se estabelece, com feições de privilégio, que vem a fazer a contraparte feminina, desprovida do mesmo.

Tal privilégio, garantido pela posição de poder e controle, tem efeito reverso e se transforma em armadilha quando se trata da liberdade de expressão, contato genuíno com os afetos e reconhecimento das emoções. Em situações difíceis, como na vivência do luto pela morte de um filho, por exemplo, essa maneira de ser não dá espaço para que o processo ante a finitude da vida seja vivido de forma verdadeira, dificultando a elaboração e proporcionando grande sofrimento,

que pode se transformar em sério adoecimento mental. Ou seja, a manutenção da posição de privilégio tem alto custo para todos que estão envolvidos nessa forma de organização social.

A parentalidade oferece uma oportunidade importante de desenvolvimento pessoal. Coloca o indivíduo diante de situações que exigem contato real com o outro e consigo mesmo, como uma dança em que ambos os lados investem sua energia e disponibilidade para formar uma relação mútua e sensível que convoca a capacidade de adaptação a cada instante. Os repertórios de cuidado não estão ligados ao gênero, homens e mulheres têm a mesma capacidade de cuidar de uma criança. No fluir desta relação, o que direciona as ações não é o instinto, mas a sensibilidade de perceber o outro e a si mesmo, manter a disponibilidade e controlar a ansiedade (Souza, 1994).

Em julho de 2016, o Ministério da Saúde publicou o relatório final da pesquisa “Os cuidados masculinos voltados para a saúde sexual, a reprodução e a paternidade a partir da perspectiva relacional de gênero” e, em 2018, uma cartilha que faz parte da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, com o objetivo de informar e engajar o público masculino em “ações consideradas ainda hoje responsabilidades das mulheres, como, por exemplo, o planejamento reprodutivo, o pré-natal, o parto, a amamentação, o compartilhamento dos cuidados com as crianças e a divisão das atividades domésticas em casa” (Brasil, 2018, p. 3). As ações públicas em prol da promoção de saúde do homem chamam a atenção para a autorresponsabilização sobre os cuidados com a família e com o exercício da paternidade na tentativa de esclarecer que as atividades domésticas e atividades que envolvem o desenvolvimento de crianças são dever dos adultos, independentemente do gênero também.

Tal movimento de informação e cuidado não parece ser tão claro e disponível quando se trata de atendimento ao homem, pai, enlutado pela perda de um filho. A vivência da dor da perda de um filho parece ser permitida muito mais à mãe em uma estrutura social heteronormativa, deixando para o pai o papel de ser forte para dar assistência à companhia. No entanto, cabe considerar que o homem e a mulher

contam com as mesmas capacidades inatas de se vincular ao seu filho. “A maioria das diferenças psicológicas é mais adquirida do que inata e a maioria das características psicológicas é considerada derivada da cultura” (Parkes, 2009, p. 175).

Um dos aspectos importantes para a formação da parentalidade é a construção subjetiva do mundo presumido relacionado à maternidade e à paternidade. Entende-se por mundo presumido a interpretação individual sobre o que o indivíduo pensa e conhece sobre o mundo, incluindo suas crenças, projetos e sua versão (Franco, 2020). Tornar-se pai e mãe e perder um filho impacta a ambos, mas o pai frequentemente é esquecido. Por exemplo, faz parte da nossa cultura o pensamento limitado de que a perda gestacional é sentida apenas pela mãe, devido aos aspectos físicos de gestação, porém a perda nessas situações significa ver em ruínas uma construção de mundo presumido, perder a possibilidade de realizar sonhos e planos repletos de significados que foram sendo construídos subjetivamente. A perda do ser amado antes mesmo do seu nascimento coloca tanto mães quanto pais diante do rompimento de suas premissas de planejamento e construção do futuro.

O luto do pai como uma construção cultural

O pensamento excludente masculino-feminino na situação de luto pela perda de um filho pode deflagrar crises conjugais que intensificam o sofrimento. O pai pode não se autorizar a viver o luto por seu filho, inibindo seus sentimentos e evitando entrar em contato com os sentimentos dos outros. Consequentemente, este comportamento acarreta o distanciamento da parceira, que também está em processo de luto, segundo Parkes (2009).

Nessa relação, que antes deu origem a um novo ser, apoiou a construção de uma nova relação de cuidado, serviu de base para a reformulação de si mesmo, surge então a evitação do contato com o outro. Abre-se uma fenda na relação, a mulher pode buscar o apoio do homem, que, por sua vez, lida com seu pesar de modo evitador,

e a parceria estabelecida na divisão complementar cria o paradoxo, de forma que ela não pode mais contar com ele e ele não tem mais com quem fazer o contraponto força-fragilidade.

Como reflexo dessa forma de construir relações, Fish afirmou que “enquanto as mães ficam enlutadas pela perda de um filho de qualquer idade, os pais se enlutam mais pela perda de um filho adulto do que por aqueles mais novos” (Fish, 1986 apud Parkes, 2009, p. 177). Novamente, é possível refletir sobre o envolvimento dos homens na relação de cuidado, questionando: qual é a disponibilidade afetiva e emocional do homem para assumir o papel de cuidador de outros indivíduos que passam pela fase da infância?

Independentemente de o gênero oferecer ao enlutado um espaço de respeito para a elaboração de sua dor, é também um ato de cuidado. A estrutura heteronormativa que coloca o masculino em uma posição de superioridade parece destituí-lo da necessidade humana de ser cuidado, e assim resta ao homem enlutado a solidão e a incompreensão de sua dor diante da perda de um filho. Essa condição pode ser autoimposta, pois o luto precisa ser validado pelo enlutado, que, em decorrência de uma vida de experiências assimiladas a masculinidades restritivas, não se habituou a checar e validar seus sentimentos e atender às próprias necessidades.

Em relação à busca por ajuda psiquiátrica em casos de sofrimento, as mulheres apresentam maior probabilidade nesse sentido e também de admitir problemas que envolvam ansiedade, enquanto os homens apresentam mais comportamentos de inibição dos sentimentos. Assim, os homens se beneficiam muito mais das terapias focadas nas emoções, focadas em possibilitar a expressão dos sentimentos, enquanto as mulheres se beneficiam mais de terapias que ajudam a organizar e repensar a vida (Parkes, 2009).

Wainstock (2013) aponta as comunidades virtuais como um recurso possível para a elaboração de luto de pais a partir da morte de um filho. Em um momento de extrema dor, estes homens encontraram nos grupos virtuais de apoio ao luto paterno um espaço de compartilhamento e validação necessário para compreender o que

estavam vivendo. Entre os benefícios elencados, destacam-se a possibilidade de compartilhar o peso deste sentimento com os demais membros e de desabafar sem interrupções ou recriminações, aprender com quem superou, poder ler, escrever ou receber depoimentos similares; dar e receber palavras de carinho, incentivo e apoio genuínos.

Em uma busca na base de dados de publicações científicas, a Biblioteca Virtual de Saúde-PSI, utilizando os descritores “luto” AND “pai”, nos anos de 2015 a 2020, foram encontradas apenas seis publicações brasileiras. Entre elas, apenas um estudo (Grizafis e Baumkarten, 2018) sobre a tragédia da Boate Kiss em Santa Maria, RS, tratou do luto de um pai pela morte de um filho. Os demais trabalhos trataram de temas como o pai diante da perda do mundo presumido pelo adoecimento de um filho (Díaz-Gordon et al., 2018; Lucca e Petean, 2016), as percepções do pai sobre as demonstrações de tristeza (Duarte, Brito e Reis, 2016), ou luto do filho decorrente do divórcio (Gorin, Féres-Carneiro e Machado, 2017) e relação do luto e uso de crack (Horta et al., 2015). Portanto, temos um campo imenso a explorar.

Considerações finais

O apresentado neste ensaio permite compreender o luto do homem como não reconhecido, conforme elaborado por Doka (2008). Na sua definição, luto não reconhecido é aquele que não pode ser expresso e vivenciado abertamente, por censura da sociedade, do próprio enlutado, quando o vínculo rompido não é validado ou quando o enlutado não é entendido como tal.

Neimeyer e Jordan (2002), por sua vez, descreveram o não reconhecimento de um luto como uma quebra ou falha na empatia. Para um luto ser reconhecido, não é necessário que a pessoa tenha a mesma experiência do enlutado. Com empatia, ela poderá se conectar ao enlutado e, dessa conexão, criar uma experiência humana importante. A falha na empatia acarreta, portanto, a necessidade de uma nova

linguagem, de maneira a se fazer entender (por parte do enlutado) e também uma maneira de entender essa pessoa a partir dela mesma, sem os preconceitos que prontamente iriam julgar sua experiência.

Sendo assim, a compreensão do luto de um homem que perde seu filho ainda é um campo a ser estudado e merece ser visto, considerando a complexidade de cada indivíduo a par com questões culturais presentes nessa construção. A proposta de Cacciatore e DeFrain (2015) a respeito dos blocos de construção da cultura propicia uma visão dinâmica e que se aplica ao movimento para a compreensão das masculinidades e de onde se insere o não reconhecimento para o luto paterno. Muitas são essas possibilidades, bem como muitos são os riscos de não validação de seu luto. Vale também ressaltar a importância de um olhar crítico para as ações da sociedade no que diz respeito ao acolhimento deste sofrimento, que pode ser prejudicado em razão de preconceitos na compreensão das masculinidades, sua construção e comportamentos esperados.

Referências

- BRASIL (2018). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Como envolver o homem trabalhador no planejamento reprodutivo, pré-natal, parto e desenvolvimento da criança*. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_trabalhador_envolver_planejamento.pdf.
- CACCIATORE, Joanne e DEFRAIN, John (2015). "I remember your hand in mine: an introduction to the world of bereavement". In: CACCIATORE, J. e DEFRAIN, J. (orgs.). *The World of Bereavement; cultural perspectives on death and families*. Nova York, Springer, pp. v-xi.
- CONNELL, Raewyn e PEARSE, Rebecca (2015). *Gênero, uma perspectiva global*. São Paulo, InVeros.
- DÍAZ-GORDON, Patrícia et al. (2018). Personality traits of parents or caregivers of children attending health check-ups at public and private healthcare entities. *MedUNAB*, v. 21, n. 2. DOI: <https://doi.org/10.29375/01237047.2424>.

- DOKA, Kenneth J. (2008). "Disenfranchised grief in historical and cultural perspective". In: STROEBE, M., HANSSON, R., SCHUT, H. e STROEBE, W. (orgs.). *Handbook of bereavement research and practice: Advances in theory and intervention*. Washington, American Psychological Association Press, pp. 223-240.
- DOKA, Kenneth J. e MARTIN, Terry (2014). Masculine Responses to Loss: Clinical Implications, *Journal of Family Studies*, v. 4, n. 2 DOI: <https://doi.org/10.5172/jfs.4.2.143>.
- DOKA, Kenneth. J. (2020). Luto e Gênero. Videoaula plataforma *One Life Alive*. Disponível em: <https://www.onelifealive.org/course/luto-e-genero-palestra-sobre-luto-e-comportamento-com-o-prof-dr-kenneth-j-doka/>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- DUARTE, Tamara Elen, BRITO, Bruna Franco Leite e REIS, Aline Henriques (2016). Parents Dealing with the Expression of Sadness by their Children. *Psico-USF*, v. 21, n. 1. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712016210110>.
- FRANCO, Maria Helena Pereira (2020). A poderosa necessidade humana de segurança: o que você pode fazer como profissional diante de uma crise?. Videoaula plataforma *One Life Alive*. Disponível em: <https://www.onelifealive.org/course/curso-a-poderosa-necessidade-humana-de-seguranca-o-que-voce-pode-fazer-como-profissional-diante-de-uma-crise/>.
- GORIN, Michelle Christof, FÉRES-CARNEIRO, Terezinha e MACHADO, Rebeca Nonato (2017). Aniversário dos filhos: juntos ou separados? Repercussões do divórcio na perspectiva dos pais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 17, n. 3. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451857286016.pdf>.
- HORTA, Rogério Lessa et.al. (2015). Condições associadas à cessação do uso de crack entre usuários em atendimento. *Trends in Psychology / Temas em Psicologia*, v. 23, n. 4. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513751493008>.
- LUCCA, Silvana Aparecida de e PETEAN, Eucia Beatriz Lopes (2016). Paternidade: vivências de pais de meninos diagnosticados com distrofia muscular de Duchenne. *Ciênc. saúde colet.* v. 21, n. 10. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.20302016>.
- MACIEL JÚNIOR, Plínio de Almeida. (2006) *Tornar-se homem: o projeto masculino na perspectiva de gênero*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica.

- MORIN, Edgar (1988). *O homem e a morte*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- NEIMEYER, Robert A. e Jordan, John R. (2002). "Disenfranchisement as empathic failure". In: DOKA, Kenneth J. (org.) *Disenfranchised grief: New directions, challenges and strategies for practice*. Champaign, Research Press, pp. 95-118.
- PARKES, Colin Murray (2009). *Amor e perda: as raízes do luto e suas complicações*. São Paulo, Summus.
- WAINSTOCK, Betty Carakushansky (2013). *Filhos que vão, pais que ficam: a web como recurso de comunicação durante o luto*. Tese de doutoramento em Psicologia Clínica. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- WORDEN, James William (2018). *Grief Counseling and grief therapy: a handbook for mental health*. 5. ed. Nova York, Springer Publishing Company.

CARLOS DAVID DE FREITAS

Doutorando em Psicologia Clínica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Graduado em Filosofia pela Unesp. Graduado em Psicologia pela Universidade de Marília (Unimar). Atualmente exerce a função de Psicólogo Judiciário no Fórum de Marília.

EDSON LUIZ DEFENDI

Possui graduação em Psicologia pela Universidade São Francisco, mestrado e doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Terapia Familiar e de Casal pela PUC-SP e em Psicologia Hospitalar e Reabilitação pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). Professor de Desenvolvimento Humano no curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Membro do comitê de Diversidade e Inclusão da Associação Brasileira dos Profissionais de Recursos Humanos (ABPRH). Coordenador técnico da área de empregabilidade e diversidade da Fundação Dorina Nowill.

ERIKA CAMPOS GOMES

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestra e doutoranda em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade Fumec em 2018. Formação em terapia EMDR e em Terapia Familiar Sistêmica. Atua como psicóloga clínica há 20 anos e pesquisa na área da alergia alimentar e seus efeitos psicológicos. Implementa o programa Grupo de Ação Alergia na Escola (Gaee) em escolas, visando à melhoria da conscientização e gerenciamento de alergia alimentar neste contexto.

FABÍOLA MANCILHA JUNQUEIRA

Mestranda em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas. Especialista em Arteterapia pelo Instituto Sedes Sapientiae. Pós-graduada em Pesquisa de Mercado, Mídia e Opinião com ênfase em Gestão da Informação pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Instrutora de Mindfulness (MBHP) pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Participante do Laboratório de Estudos e Intervenções sobre Luto (LELu), da PUC-SP, e da equipe de atendimento a situações de emergências e desastres do Instituto Maria Helena Franco.

LECTÍCIA MARIA ZAMBRANO DE ARAÚJO RAPOSO

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestra em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Terapia de Família pelo Instituto de Terapia Familiar (ITF-RJ), em Psicoterapia Infanto-Juvenil pelo Instituto Fernandes Figueira (Fiocruz) e em Mediação de Conflitos pelo Instituto Mediare. Certificada em Práticas Colaborativas Dialógicas pelo Interfaci, Houston-Galveston Institute e Taos Institute. Terapeuta de família e casal, crianças e adolescentes. Terapeuta Comunitária Integrativa e membro associada do Noos-SP, onde coordena o Núcleo de Terapia Comunitária.

LUCAS THIAGO PEREIRA DA SILVA

Bacharel em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP). Membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Perda e Luto (NIPPEL). Atua em projetos de pesquisa nas linhas: Experiências dos profissionais de saúde frente ao processo de morrer e Bioética na situação final de vida. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no biênio 2018-2020. Associado à Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (Sobope), International Family Nursing Association (IFNA) e International Association for Hospice & Palliative Care (IAHPC).

MARCELA CORDEIRO FELIX DE LIMA

Graduada em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas e em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Psicoterapia, Orientação e Mediação Familiar pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Psicologia Clínica pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Mestra em Psicologia Clínica pela PUC-SP, sob orientação da Profa. Dra. Rosane Mantilla de Souza. Atua como psicóloga clínica.

MARIA HELENA PEREIRA FRANCO

Psicóloga, doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com pós-doutorado pela Universidade de Londres e na University College London. Professora Titular da PUC-SP, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica. Fundadora e coordenadora do Laboratório de Estudos e Intervenções sobre o Luto (LELu), da PUC-SP. Psicoterapeuta de pessoas, famílias e comunidades enlutadas. Membro da diretoria da Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP) e da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH). Presidente da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos e Intervenções sobre o Luto (ABMLuto).

MARIA THEREZA DE ALENCAR LIMA

Psicoterapeuta e supervisora clínica em São Paulo, mestra pela Universidade de Genebra e doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bolsista Capes no Institut des Sciences de la Famille, em Lyon/FR. Professora do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FCHS) da PUC-SP. Coordenou cursos de extensão no Instituto Sedes Sapientiae e na Coordenadoria Geral de Especialização Aperfeiçoamento e Extensão (Cogeae). Atua em pesquisa nos temas: famílias contemporâneas, parentalidade e relações proximais em todo ciclo vital.

NATÁLIA NIGRO DE SÁ

Psicóloga. Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Perda e Luto (Nippel-USP), com interesse em familiares no contexto dos cuidados paliativos, bem como da sexualidade e gênero da infância à adultez. Coordenadora e cofundadora do Cereus, projeto que visa promover conhecimento e debate sobre gênero, sexualidade e pluralidade. Associada ao departamento LGBTQI+ da Associação Brasileira de Estudos em Medicina e Saúde Sexual (ABEMSS) e à Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida (SBRA).

PLÍNIO DE ALMEIDA MACIEL JÚNIOR

Possui graduação em Psicologia (1993), mestrado em Psicologia Clínica (1999) e doutorado em Psicologia Clínica (2006) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor assistente-doutor do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento Humano e diretor adjunto da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP. Vice-líder do grupo de pesquisa CNPq Interfaces Psicobiológicas do Desenvolvimento Humano. Atua principalmente nos seguintes temas: gênero, masculinidades, sexualidades, desenvolvimento humano, vida adulta e relacionamentos interpessoais.

REGINA SZYLIT

Professora Titular, diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP) e editora-chefe da *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. Em 2004 participou do programa de pós-doutorado na School of Nursing Yale University (New Haven, EUA), em pesquisas na temática de cuidados paliativos. Desde 2008 é líder do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Perdas e Luto (Nippel), dedicando-se à produção de conhecimentos em enfermagem da família, morte, luto e cuidados paliativos. Fundadora da Red Internacional de Enfermería en Cuidados Paliativos/Enf Americas OPS. Integra o International Work Group in Death, Dying and Bereavement (IWG).

RONALD SETTON

Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Terapeuta de Casal e Família pelo Instituto Sistemas Humanos de São Paulo. Mediador Judicial pelo Instituto Mediativa de São Paulo. Engenheiro pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

RENATO CAIO SILVA SANTOS

Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre e Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorando em Filosofia na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP. Fundador e responsável técnico do Centro de Estudos de Psicologia e Neurociências RSantos. Especialista em Neuropsicologia pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Especialista em Sexualidade Humana pela Faculdade de Medicina da USP. Especialista em Psicologia Hospitalar pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-SP). Aprimoramento em Psicologia Hospitalar no Instituto de Infectologia Emílio Ribas.

ROSANE MANTILLA DE SOUZA

Psicóloga, mestra e doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP. Especialista em mediação familiar e social pelo New Mexico Center for Dispute Resolution e Fundación Diálogos Buenos Aires, tendo desenvolvido programas de prevenção de violências para a Pró-mulher, Família e Cidadania, Escola Profissionalizante da BM&F e Secretaria da Educação da Prefeitura de Santo André. Pesquisa e orienta estudos sobre diversidade de arranjos familiares, relacionamento amoroso, gênero, prevenção e promoção de saúde.

SONIA LIGIA ANGÉLICO

Graduação em Psicologia. Mestra e Doutoranda em Psicologia Clínica, Núcleo Família e Comunidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Terapia de Casal e Família pela PUC-SP. Especialista em Abordagem Gestáltica em Psicologia pelo Instituto Sedes Sapientiae São Paulo. Diretora do Instituto Casa Yasmin. Atendimento em psicologia clínica em consultório particular desde 1982.

VALÉRIA MARIA MEIRELLES

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), com especialização, mestrado e doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Neste último, estudou Psicologia do Dinheiro, com a tese Atitudes, crenças e comportamentos de homens e mulheres em relação ao dinheiro ao longo da vida adulta. Especialização em Psicologia Econômica pela PUC-SP. Atua como psicoterapeuta, *coach*, supervisora e palestrante em temas relativos a dinheiro, mulher, família, ciclo vital e carreira e em projetos de Educação Financeira voltados à população de baixa renda. Autora e organizadora de livros nas áreas acima.

VERA LÚCIA MORIS

Graduada em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestrado em Psicologia Clínica e doutorado em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Psicoterapeuta especializada em adolescente e adulto, de orientação psicodinâmica com enfoque sistêmico abrangendo o atendimento ao indivíduo, famílias, grupos e comunidade. Formação em coordenação de Grupos Operativos. Atua na área de gênero, diversidade e sexualidade. Idealizadora e coordenadora responsável pelo Homopater, direcionado a homens e pais que mantêm envolvimento homoafetivo.